

RENATO JOSÉ SARAIVA CARVALHO

**TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE PESCADORES
ARTESANAIS: PRAIA DO PEREQUÊ, GUARUJÁ - SP**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

RENATO JOSÉ SARAIVA CARVALHO

**TERRITORIALIDADE DA COMUNIDADE DE PESCADORES
ARTESANAIS: PRAIA DO PEREQUÊ, GUARUJÁ - SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local - *Mestrado Acadêmico*, como exigência parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Local, sob orientação do prof. Dr. Olivier François Vilpoux.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL
MESTRADO ACADÊMICO
CAMPO GRANDE - MS
2010**

Ficha catalográfica

Carvalho, Renato José Saraiva
C331t Territorialidade da comunidade de pescadores artesanais: praia do Perequê, Guarujá - SP / Renato José Saraiva Carvalho ; orientador, Olivier François Vilpoux, 2010
102 f.: + anexos

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento local) -
Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande, 2010

Pesca artesanal - São Paulo 2. Territorialidade.
3. Desenvolvimento local I. Vilpoux, Olivier François II. Título

CDD - 338.3727098161

FOLHA DE APROVAÇÃO

Área de concentração: Desenvolvimento local em contexto de territorialidades

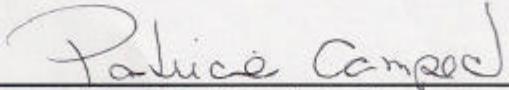
Linha de Pesquisa: Desenvolvimento local em territorialidades de micros e pequenos empreendimentos

Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Conselho do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Local.

Dissertação aprovada em: 15 / 12 / 2009

BANCA EXAMINADORA


Prof Dr Olivier François Vilpoux- orientador
Universidade Católica Dom Bosco


Profª Drª Patrícia Campeão
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul


Profª Drª Cleonice Alexandre Le Bourlegat
Universidade Católica Dom Bosco

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial a minha esposa Ana Cristina e aos meus filhos Rafael e Ana Cláudia, pela compreensão em minhas constantes ausências e pelo incentivo incondicional que me deram durante este longo caminho.

Meu agradecimento especial ao meu orientador Prof. Dr. Olivier François Vilpoux, pela orientação, apoio, dedicação e valiosas contribuições durante todo o trabalho.

A todos os professores do mestrado, pela qualidade dos ensinamentos. Aos colegas da turma, Antonino sempre parceiro nos trabalhos em grupo, Irio, Michel, Rafael, José Luiz, César, Hélènemarie, Keiko, Pe. Osvaldo, Roberval, Marilda, Mariluce, pela amizade e ótimos momentos vividos na jornada.

Agradeço a Prof. Dra. Patricia Campeão, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, pela participação na banca examinadora e suas importantes orientações.

Especial agradecimento a Profa. Dra Cleonice Alexandre Le Bourlegat, pela participação quando da aprovação na qualificação, e na banca examinadora, pelas orientações e reflexões que provocou.

Aos pescadores filiados à Associação dos Pescadores do Perequê, que participaram da pesquisa e principalmente ao Sr. José Camilo e ao Sr. Domingos, pescadores que por tantas vezes e pacientemente me receberam em seus horários de descanso e me auxiliaram no contato com os pescadores, para que a pesquisa pudesse ser concluída, e partilharam comigo sua vasta experiência e conhecimento sobre a pesca e o mar.

Ao Banco do Brasil, empresa em que trabalho, por acreditar, e me ter permitido realizar o Mestrado.

RESUMO

A pesca artesanal apresenta grande importância para as comunidades tradicionais, como meio de subsistência dessas comunidades e pelas marcas culturais e de tradição e, pelo amplo conhecimento tradicional acumulado. Esse tipo de pesca representou 64,58%, no ano de 2007, do total do pescado extraído no país e empregava 700.000 pescadores na atividade. Apresenta características peculiares, diferente das características da pesca industrial que tem aspectos apenas econômicos. Essas características devem ser observadas no tratamento conferido, bem como na maneira como o poder político deve entender a pesca artesanal. Os pescadores artesanais conservam uma forma tradicional de vida e possuem vasto saber tradicional. Eventos mudaram a vida dessas populações, tais como a construção de estradas ligando o litoral aos grandes centros urbanos, violenta especulação imobiliária, invasão de área de trabalho pela frota industrial, migração de pescadores com outras culturas, e a invasão da atividade do turismo. Considerando estas questões, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de descrever e interpretar a territorialização e a territorialidade da coletividade de pescadores artesanais da Praia do Perequê, os novos usos dados à tradicional superfície de referência e possíveis ameaças que essa coletividade enfrenta. A metodologia adotada para a realização da dissertação compreendeu a pesquisa bibliográfica, através da seleção de livros, periódicos e apoiou-se em dados primários obtidos de pesquisa documental e de pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi dividida entre a pesquisa exploratória e pesquisa de observação participativa. O estudo compreendeu um aporte conceitual principalmente sobre Desenvolvimento Local, Território e territorialidade, comunidades, cultura e conhecimento tradicional, sustentabilidade ambiental e pesca artesanal. Também foi pesquisado o contexto territorial (espaço físico, sociocultural, instrumental e socioeconômico) ligado a Praia do Perequê. Foi feita a caracterização socioeconômica e cultural dos pescadores artesanais da Praia do Perequê, através da apresentação do resultado da pesquisa, análise e discussão. A conclusão abrange os impactos que a comunidade vem sofrendo em sua territorialidade ao longo de sua trajetória, com os novos usos em sua superfície de referência, a desterritorialização, do conhecimento construído, na estrutura de vida dos pescadores artesanais, nos hábitos, costumes e cultura. Por essas contingências é possível concluir que a territorialidade dos pescadores artesanais da Praia do Perequê encontra-se ameaçada, cristalizada a partir do pensamento tradicional que não busca apenas um saber, mas acima de tudo, a condição real do pescador artesanal.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. Pesca artesanal. Desenvolvimento local. Conhecimento tradicional.

ABSTRACT

Traditional fishing is of great importance for traditional communities as a way of survival for these very communities and because of the cultural marks, tradition and the ample knowledge accumulated. In 2007 this type of fishing represented 64.58% of the total of fish extracted in the country and employed 700,000 fishermen in the activity. It presents peculiar characteristics, different from those of industrial fishing which has only economic aspects. These characteristics should be observed in the treatment given as well as in the way political power understands traditional fishing. The individual fishermen maintain a traditional form of life and have a vast traditional knowledge. Events changed the life of these populations, such as the construction of highways connecting the coast to large urban centers, violent real estate speculation, the invasion of the work area by the industrial fleet, migration of fisherman to other cultures, and the invasion of the activity of tourism. Considering these questions, research was developed with the aim of describing and interpreting the territorialization and the territoriality of the collectivity of the traditional fishermen of Perequê Beach, the new uses given to the traditional reference surface and possible threats that this collectivity faces. The methodology adopted for the carrying out of the dissertation included bibliographical research, through a selection of books and magazines, this being supported by primary data obtained from documental research and field work. The field work was divided between exploratory research and participating observation. The study included a conceptual background on Local Development, Territory and territoriality, communities, culture and traditional knowledge, environmental sustainability and traditional fishing. The research also included the territorial context (physical, socio-cultural and socio-economic space) in relation to Perequê Beach. The socio-economic and cultural characterization of the traditional fishermen of Perequê Beach is presented with the result of the research, analysis and discussion. The conclusion included the impacts that the community has been suffering in their territoriality along their trajectory, the new uses of their reference surface, deterritorialization, constructed knowledge, the structure of the life of the traditional fishermen, their habits, customs and culture. From these contingencies it is possible to conclude that the territoriality of the traditional fishermen of Perequê Beach is threatened, crystallized as of the traditional thought which seeks not only knowledge, but above all, the real situation of the traditional fisherman.

Key words: Territory. Territoriality. Traditional fishing. Local development. Traditional knowledge.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Produção pesqueira (Marítima e Continental) estimada em 2007	60
Tabela 2 - Produção pesqueira marítima por espécie no Estado de São Paulo	61
Tabela 3 - Produção pesqueira estimada em 2007	61
Tabela 4 - Produção pesqueira marítima estimada em 2007 nos 10 maiores estados produtores.....	62
Tabela 5 - Idade dos pescadores	71
Tabela 6 - Número de filhos	72
Tabela 7 - Tempo de residência na Praia do Perequê	73
Tabela 8 - Tempo de experiência na pesca artesanal.....	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO 1 - REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	14
1.1 Desenvolvimento local	14
1.1.1 Lugar.....	15
1.1.2 Território, territorialidade e desterritorialização	17
1.1.3 Comunidade.....	22
1.2 Cultura e conhecimento tradicional.....	24
1.3 Desenvolvimento sustentável.....	27
CAPÍTULO 2 - PESCA ARTESANAL	30
2.1 Contexto histórico da pesca artesanal no Brasil	30
2.2 Comunidades pesqueiras	31
2.3 Conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras artesanais	35
2.4 Aspectos jurídicos da atividade pesqueira artesanal	40
2.5 O pescador artesanal e as políticas de meio ambiente	43
CAPÍTULO 3- O TERRITÓRIO PRAIA DO PEREQUÊ	48
3.1 Contexto territorial em que se insere a Praia do Perequê	48
3.1.1 Significado etimológico, espaço físico e população.....	49
3.1.2 Contesto histórico	50
3.1.3 Roteiros turísticos	51
3.1.4 Tradições e manifestações culturais dos pescadores artesanais da Praia do Perequê	51
3.2 Dificuldades sociais, ambiental-legais e econômicas	53
3.3 Atividades de pesca em Perequê	55
3.3.1 Equipamentos e embarcações	57
3.3.2 Navegação	59
3.3.3 Produção e comercialização	60

3.4 Habitação.....	64
3.5 Cooperativas e Sociedade Amigos do Perequê (SAPE).....	64
CAPÍTULO 4 - METODOLOGIA	67
4.1 Caracterização metodológica	67
4.1.1 Tipo de pesquisa	67
4.1.2 Seleção do local.....	70
4.1.3 Instrumento de coleta de dados e período de coleta	70
CAPÍTULO 5 - TERRITORIALIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA PRAIA DO PEREQUÊ	71
5.1 Descrição geral dos pescadores	71
5.1.1 Identificação da população-alvo	71
5.1.2 Padrão habitacional	73
5.1.3 Situação social.....	76
5.1.4 Tradições e manifestações culturais	77
5.2 Situação econômica	78
5.2.1 Renda	78
5.2.2 Período de defeso	80
5.3 Pesca artesanal.....	82
5.3.1 Padrão de conhecimento tradicional e sua transmissão.....	82
5.3.2 Sentimento de pertença.....	86
5.4 Síntese da análise.....	87
CONCLUSÕES	92
REFERÊNCIAS	95
APÊNDICE	102
ANEXO	103

INTRODUÇÃO

Além de apresentar grande importância para as comunidades tradicionais, a pesca artesanal traz profundas marcas culturais e de tradição nas comunidades onde se insere. Reconhece-se nesse tipo de pesca, a forte influência dos acontecimentos históricos, um sinal de que a pesca artesanal não constitui propriamente uma simples atividade comercial, com importância que reside muito além do aspecto econômico.

Para as comunidades tradicionais, a pesca artesanal reveste-se de grande importância quer pelo lado econômico, representado pela quantidade de pescado extraído (60% da produção pesqueira nacional), quer pelo lado social, representado pelo número de pessoas que emprega. Os pescadores brasileiros são estimados em 700.000, espalhados por 400 colônias em 23 Estados. Borguetti (2000) estima ainda que quatro milhões de pessoas dependam direta ou indiretamente da atividade pesqueira e que das 54.000 embarcações que compõem a frota nacional utilizadas na pesca, 95% são artesanais.

Apesar dessa representatividade, a pesca artesanal passa por uma situação crítica, que se reflete na condição social e econômica dos pescadores. Entre as prováveis causas dessa condição, Cardoso (2001) identifica a queda de produtividade no trabalho, a cadeia de intermediação do pescado e o uso conflitivo do espaço litorâneo e ribeirinho (espaços de vida reduzidos pelo avanço da especulação imobiliária no litoral). Segundo o autor, é na terra e não no mar que as causas desta situação são manifestadas, refletindo situações de moradia, saneamento, nutrição, escolaridade e saúde inadequadas, presentes na maioria das colônias de pescadores. De igual forma, Diegues (1983) afirma que nas regiões sudeste e sul, o impacto do processo de acumulação de capitais e a devastação dos recursos pesqueiros aumentam e aceleram esses problemas.

A pesca artesanal traz profundas marcas em sua historicidade, presentes até os dias de hoje. Contudo, as mudanças promovidas na comunidade pesqueira possuem maior impacto sobre o pescador artesanal. Segundo Cardoso (2001), os pequenos pescadores

artesanais, alijados das políticas públicas da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE)¹, que havia financiado até então a indústria da pesca, tiveram sua áreas de trabalho invadidas pelo avanço da frota pesqueira de armadores e empresas, o que desencadeou uma competição pelo pescado. Para o autor, parte dessa frota industrial atuou com técnicas predatórias em baixas profundidades, próximas à costa. Na opinião de Lopes (1996) os barcos grandes possuem, em média, uma eficiência de esforço relacionado à pesca, cerca de quatro vezes maior do que os barcos pequenos, acarretando a diminuição da oferta do pescado para os demais pescadores.

Diegues (1983), por sua vez, explica que na ânsia de recuperar o capital investido nos meios de produção, as empresas lançaram-se na captura intensiva de camarão que em poucos anos sofreu os efeitos dessa sobrepesca. Esta sobrepesca é preocupante, pois a captura do camarão sete-barbas (*Xiphopenaeus Kroyeri*) é a principal atividade econômica da comunidade pesqueira na Praia do Perequê. O camarão sete-barbas é uma das principais espécies-alvo da captura no Estado de São Paulo, com grande relevância econômica e social. Sua produção tem flutuado bastante no decorrer dos anos, instabilizando, por via de consequência, o setor pesqueiro que se apeia em sua exploração (LOPES, 1996).

Diegues e Arruda (2001) salientam que a pauperização das populações tradicionais, fruto desses processos, é muitas vezes extrema, associada à perda dos direitos históricos sobre as áreas em que viviam. Essa pauperização conduz as comunidades de moradores tradicionais a explorar intensamente os recursos naturais, o que desencadeia uma condição socioeconômica precária.

A Colônia de Pesca da Praia do Perequê é composta, basicamente, por pescadores caiçaras. Conforme Clauzet, Ramires e Barrella (2005, p. 1), os caiçaras são comunidades de pescadores artesanais que, no Estado de São Paulo, Paraná e parte do Rio de Janeiro, são nomeadas de populações caiçaras. Essas populações tiveram ‘origem com a miscigenação entre índios, europeus, negros’ e têm ‘uma cultura particular que as diferencia das comunidades moradoras no interior desses Estados’.

¹ A Lei 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, criou o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), extinguindo a SUDEPE, autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura.

Até a década de 60 conservavam uma forma tradicional de vida e possuíam vasto saber tradicional, adquirido de geração em geração, que interagia com o ambiente natural. Após este período, conforme descreve Silva (2004), ocorreram eventos que modificaram a vida dessas populações, tais como a construção de estradas ligando o litoral aos grandes centros urbanos, comercialização do pescado por barcos industriais, violenta especulação imobiliária e, por fim, deslocamento dos agricultores rurais, principalmente os mais pobres, para os grandes centros urbanos. O autor conclui que todo um mundo histórico-cultural acabou, sobretudo como resultado da penetração intensa das relações capitalistas no universo da pequena pesca.

A comunidade pesqueira presenciou a forte chegada de pescadores nordestinos e catarinenses, que conforme afirma Diegues (*apud* SILVA, 2004), eram pescadores motorizados, vindos do Estado de Santa Catarina, que começaram a pescar camarão sete-barbas e outros peixes na faixa costeira e também de nordestinos. Em face dessa situação, alguns caiçaras passaram a adquirir motores e a explorar ambientes costeiros além das barras.

Para Saldanha (2008), as comunidades pesqueiras tradicionais são marcadas por uma cultura marítima que se constrói e se acumula através de gerações. De igual forma, Adams (1994) sustenta que é surpreendente a desatenção que ainda se dá ao conhecimento, acumulado por séculos de coexistência com a natureza, pertencente às populações tradicionais. No mesmo sentido, Dias (*apud* DIEGUES; ARRUDA, 2001) explica que conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais, como o estilo de vida tradicional, são essenciais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica, que vem se perdendo em proporções alarmantes. Afirma, ainda, que os conhecimentos tradicionais são uma valiosa herança para as comunidades e culturas que os desenvolvem e os mantém, além do que representam uma fonte significativa de informações para as sociedades de todo o mundo.

Todos esses fatos conduziram à precarização da condição socioeconômica dessas comunidades. O saber tradicional, acumulado pelo pescador artesanal durante vários séculos, da arte da pesca, apesar de sua importância para o desenvolvimento da atividade pesqueira e sobrevivência da comunidade, corre o risco de não ser transmitido para as novas gerações e se perder caso não seja investigado e registrado. Uma modalidade de pesca só é plenamente caracterizável na medida em que for avaliada a partir de seu conteúdo cultural, de suas origens primitivas. Assim, impõe-se percorrê-la em suas tradições sociais e culturais.

O objetivo principal deste estudo é descrever e interpretar a territorialização e a territorialidade da coletividade de pescadores artesanais da Praia do Perequê, os novos usos dados à tradicional superfície de referência e possíveis ameaças que essa coletividade enfrenta.

Conhecer os valores culturais, sociais e econômicos nada mais é que percorrer as estruturas mestras desse universo, observando que a realidade da pesca artesanal no litoral brasileiro está intimamente ligada à existência pessoal desse tipo de pescador.

O problema da pesquisa pode ser formulado através da seguinte pergunta: até que ponto a territorialidade dos pescadores artesanais da Praia do Perequê/SP está sendo ameaçada por novos usos em sua superfície de referência?

A partir do objetivo principal, a pesquisa deverá analisar a pesca artesanal e as comunidades pesqueiras no Brasil e respectivas políticas públicas. Procura-se também definir o território da Praia do Perequê como contexto de vida dos pescadores artesanais e a atividade turística, assim como verificar a territorialidade construída pelos pescadores artesanais e o impacto dos novos usos na prática profissional, na transmissão do conhecimento e na sustentabilidade da vida humana e ambiental.

Nesse sentido, a pesquisa pode ser considerada um passo adiante na identificação do perfil atual do pescador artesanal na Praia do Perequê. Duas questões podem ser consideradas como de importância na análise sobre a pesca artesanal: a base efetiva para a distinção desses pescadores como importante gerador de empregos e divisas para as camadas mais pobres da população, como também as consequências em termos de sustentabilidade ambiental.

A parte introdutória procede-se aos esclarecimentos sobre o tema, o porquê da pesquisa, problema e objetivos. Contextualiza-se no capítulo 1 a teoria do desenvolvimento local, através do aporte conceitual, caracterização de território, territorialidade e comunidade. Estuda-se ainda o conceito de cultura e conhecimento tradicional, como também, aborda-se a sustentabilidade ambiental.

O capítulo 2 analisa a pesca artesanal de forma geral. O capítulo 3 trata de especificidades ligadas à Praia do Perequê, através da análise do Contexto territorial em que se insere, tratando o espaço físico, sociocultural, instrumental e socioeconômico. No capítulo

4 descreve-se a metodologia, justificando-se a escolha metodológica, a natureza das informações e as fontes de pesquisa.

No capítulo 5 identificam-se as condições socioeconômica e cultural dos pescadores artesanais da Praia do Perequê. Apresenta-se ainda a súmula da pesquisa, discutindo-se os resultados e sua análise conclusiva, abordando-se os aspectos existentes em torno da pesca artesanal. Na conclusão reúnem-se as considerações que melhor traduzem o perfil dos pescadores artesanais da comunidade pesquisada, os aspectos da territorialidade, sustentabilidade ambiental e conhecimento tradicional da Praia do Perequê.

CAPÍTULO 1

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

1.1 Desenvolvimento local

A interpretação correta de desenvolvimento local enquanto objeto específico de estudo, postula um esclarecimento prévio sobre conceitos determinados. Para o ensinamento de Petitinga (2008), este não se liga unicamente à questão do crescimento econômico de uma determinada região, mas relaciona-se, sobretudo com a melhoria da qualidade de vida e com o ambiente sustentável. Segundo a autora, o crescimento econômico, a qualidade de vida e a conservação do meio ambiente são fatores que se inter-relacionam e são interdependentes entre si.

O desenvolvimento econômico compreende o aumento da renda e riqueza, como também de condições dignas de trabalho, resultando em novas oportunidades sociais (PETITINGA, 2008). Contudo, os modelos de desenvolvimento local aplicados no Brasil foram importados de países com características físicas e humanas diferentes das do Brasil, que não observaram as diferenças físicas, biológicas e socioculturais existentes. Essas diferenças fizeram com que a importação desses modelos de desenvolvimento, decorrentes do papel que cada país tem na economia mundial, provocasse, além de alterações do meio ambiente, profundos desequilíbrios sociais observáveis nas diferenças existentes entre as populações mais e menos favorecidas.

Morin e Kern (1995, p. 74 *apud* BECKER, 2002), advertem que “a ideia de desenvolvimento continua ainda tragicamente subdesenvolvida, porque presa à racionalidade econômica”. Nesse sentido, ao discorrer sobre o tema, Ávila (2003, p. 20) explica que:

[...] o ‘núcleo conceitual’ do desenvolvimento local consiste no efetivo desabrochamento - a partir do rompimento de amarras que prendam as pessoas em seu *status quo* de vida - das capacidades, competências e habilidades de uma “comunidade definida”.

Ávila (2003) explica que uma “comunidade definida” compreende não só interesses comuns, como também localização espacial demarcada, identidade social e histórica. A comunidade exige a colaboração de membros externos e internos que possam desenvolver uma “cultura da solidariedade” e que paulatinamente venha a tornar-se apta a agenciar e gerenciar todas as potencialidades próprias da comunidade.

A respeito da “comunidade definida”, Ávila (2003, p. 20) acrescenta a necessidade de uma “metabolização comunitária de insumos e investimentos públicos e privados externos”, que processe a procura “de soluções para os problemas, necessidades e aspirações, de toda ordem e natureza, que mais direta e cotidianamente lhe dizem respeito”.

Surge, portanto, a necessidade de se especificar alguns conceitos inerentes ao desenvolvimento, em seus diferentes aspectos.

1.1.1 Lugar

Medeiros e Leite (2004, p. 21) assinalam que a análise regional é cada vez mais percebida na literatura especializada sob um prisma multidimensional e multidisciplinar: não se trata de privilegiar aspectos físicos, ambientais, econômicos, mas de resgatar as dimensões sociais, culturais e políticas na própria definição de região.

Desse ponto de vista, essa análise envolve desde o âmbito local até os grandes blocos continentais. Para Giddens (1991, p. 69 *apud* MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 21) deve-se considerar “a intensificação das relações sociais em escala mundial que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância, e vice-versa”.

Por sua vez, Santos (2007, p. 114) salienta que “[...] o papel do lugar é determinante”, e assinala que não se trata de “um quadro de vida, mas de um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada”. O lugar permite que se reavaliem as heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. O autor conclui: “a existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo” (SANTOS, 2007, p. 114).

A esse respeito, Santos (2007, p. 113) afirma que “o mundo, como um conjunto de essências e de possibilidades, não existe para ele próprio, e apenas o faz para os outros. É o

espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado”.

Tuan (1983, p. 6) escreve que “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor” e que lugar “é uma entidade única, um conjunto 'especial', que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado” (TUAN, 1983, p. 143).

A concepção de lugar é o mundo reproduzido especificamente, individualmente, diversamente. Santos (2007, p. 113) argumenta que os lugares “são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares”. Por sua vez, a dominação social ocorre também através do local e/ou região, em especial a dominação ideológica, aquela que se oculta ao olhar do dominado. O poder político é exercido, em parte, por intermédio do espaço local, assim como a exploração econômica, partindo-se daí para a compreensão dos diversos espaços, maiores e menores, atingindo-se em consequência a totalidade dos espaços.

Para Corrêa (2005, p. 1) o lugar pode ser considerado:

[...] como a expressão geográfica da singularidade, o resultado da ação combinada de processos universais, particulares e singulares, de determinações contingenciais. Não é único, mas singular. No lugar condensam-se processos em ação que são multi-escalares e caracterizados por distintas temporalidades. O conceito de lugar é hoje mais importante que no passado devido ter sido re-elaborado como conceito que estabelece limite ao processo de globalização sem, no entanto, negá-lo.

Compreende-se como espaço total “uma multiplicidade de influências superpostas: mundiais, nacionais, regionais, locais” (SANTOS, 2007, p. 27). Contudo, para o autor “o espaço é maciço, contínuo, indivisível” e, consequentemente, ele é “tão indivisível quanto a sociedade total, de que ele é o território e com a qual sua relação é igualmente indivisível. A região aparece como um espaço de conveniência, um quadro a utilizar para a reprodução das relações sociais”.

1.1.2 Território, territorialidade e desterritorialização

Para Haesbaert (2007) o conceito de território pode ser encontrado não apenas na ciência jurídica, como também na geografia, ciência política e antropologia. Apesar das diferentes concepções (binômio materialismo e idealismo e histórico-relacional), é possível sintetizar estes enfoques, traduzindo-os para uma correta abordagem do mesmo, como mostra a Figura 1.

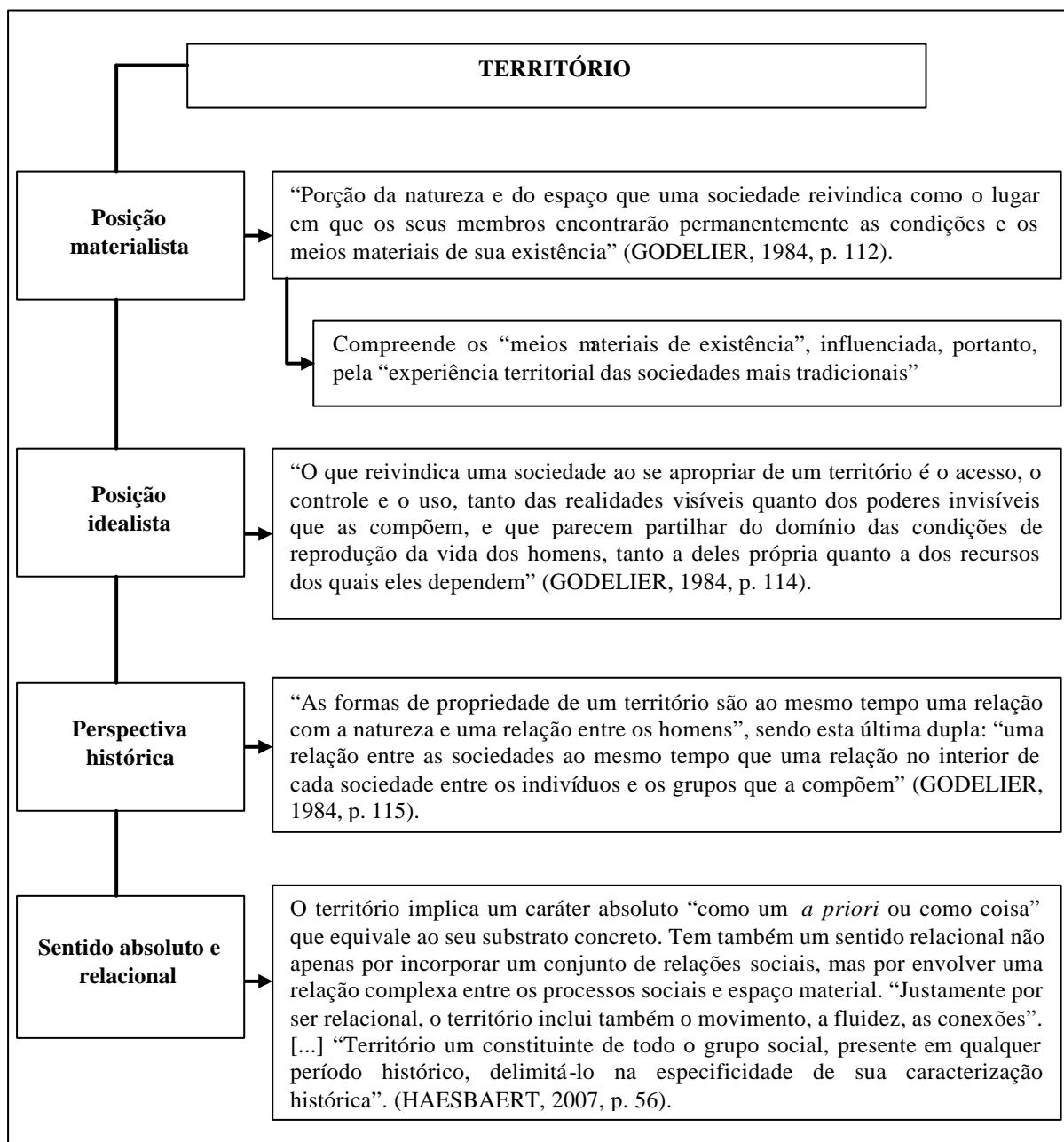


Figura 1 - Concepções sobre território

Fonte: adaptado de Haesbaert (2007, p. 46-56)

Moraes (1984 *apud* CARDOSO, 2001, p. 79), escreve que o conceito de território teve sua origem nos estudos de botânica e zoologia (final do século XVIII) e, gradativamente, incorporou-se às análises geográficas. Santos (1994) possui outra concepção e para ele “é o uso do território e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”.

Na visão de Santos (2007, p. 96) o território “é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. É, por conseguinte a totalidade “a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí”. Logo, o território compreende um conjunto de variáveis incorporado por uma população. Um lugar cuja história apresenta todas as manifestações da existência humana.

Pertencente à concepção idealista-simbólica, Bonnemaison (1996, p. 13-14 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 50) assim se refere:

[...] pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamo-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer.

Na linha relacional, Souza (1995, p. 86), diz que o território “não é o substrato, o espaço social em si, mas sim um campo de forças, as relações de poder espacialmente delimitadas e operando, destarte, sobre um substrato referencial”. Souza (1995, p. 97), enfatiza que “[...] sem sombra de dúvida pode o exercício do poder depender muito diretamente da organização espacial, das formas espaciais”.

Adverte esse mesmo autor para o fato de que não se deve ultrapassar limites ou exceder na “sociologização, desgeografizando o território ao sobrevalorizá-lo como relação social e menosprezá-lo como base material que envolve, na condição de constituinte indissociável, essas relações” (SOUZA, 1995, p. 97).

Godelier (1984 *apud* HAESBAERT, 2007), afirma que ‘território’ é a porção da natureza e do espaço que uma sociedade reivindica como o lugar em que os seus membros encontrarão permanentemente as condições e os meios materiais de sua existência. Logo, a concepção de território é complexa e revela-se na “existência de inúmeras interações entre

agentes sociais, pautadas que são tanto pela cooperação como pela competição” (CARVALHO, 2009, p. 1).

Por sua vez, Santos (2007) explica que quando se fala em território deve-se, pois, entender que se está referindo ao território utilizado por uma dada população.

Para Maldonado (1993, p. 34), a territorialidade “corresponde aos processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes”. Corrêa (2005, p. 1) afirma que,

A organização espacial tem significados distintos segundo os diversos grupos sociais. [...] Lugar, região, organização espacial, mas também paisagem e território são conceitos chaves [...] e devem estar no âmago de nossas preocupações [...]. O conceito de região é um conceito permanente, porém não é um conceito congelado. Ao contrário, tem sido submetido a inúmeras re-interpretações, o que denota a sua força. O que eu entendo por questão regional, em seu sentido amplo, sem especificação, é exatamente esse processo complexo de desestruturação/reestruturação das antigas regiões.

Corrêa (1998, p.49) escreve que territorialidade refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas.

Godelier (1974 *apud* MALDONADO, 1993, p. 24) salienta que a territorialidade representa uma “dimensão do comportamento humano”, orientada explícita e implicitamente, com o objetivo de posse para posterior territorialização, transformando-o em recursos conforme o interesse de suas ações e dos esforços para mantê-los.

Maldonado (1993) vai além, explicando que embora os territórios possam equivaler a uma realidade vivida que abrange diferentes relações humanas, neles sobressaem relações de poder, dominação e, sobretudo da ideologia dominante. Para Foucault (1995, p. 157) o “território é sem dúvida uma noção geográfica, mas é antes de tudo uma noção jurídico-política: aquilo que é controlado por um certo tipo de poder”.

E o que dizer sobre a territorialidade marítima? Como é concebida? Qual o seu real significado? Ela existe? Cordell (1982 *apud* DIEGUES, 2001, p. 50) acredita que “para as sociedades tradicionais de pescadores artesanais, o território é muito mais vasto que para os terrestres e sua “posse” é mais fluida”. E conclui que “apesar disso, ela é conservada pela lei do respeito que comanda a ética reinante nessas comunidades”.

Maldonado (1993, p. 105) afirma que no mar, os territórios vão além de espaços simplesmente demarcados: “são lugares conhecidos, nomeados, usados e defendidos. A familiaridade de cada grupo [...] com uma dessas áreas marítimas cria territórios que são incorporados à sua tradição”. O mar representa o espaço da subsistência onde o território torna-se duradouro como local (MALDONADO, 1993). Como consequência, para a autora os territórios são criados a partir dos procedimentos usuais dos pescadores com as áreas marítimas que se incorporam à tradição da pesca e dos pescadores.

A autora concorda com Cardoso (2001, p. 82) que afirma que “no caso da atividade pesqueira, em especial na pesca marítima, os pescadores produzem seu território”. O território é produzido “em um meio aparentemente indiviso e de grande mobilidade e a pesca pressupõe uma interação contínua com a natureza. Na apropriação deste meio se constreia os territórios da pesca”.

Para Raffestin (1993 *apud* CARDOSO, 2001, p. 79), o território se caracteriza como um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que revela relações marcadas pelo poder.

Diegues (2000) explica que há uma interdependência do território em relação ao meio físico como também referente às relações sociais. Considera que “o mar tem suas marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal” (DIEGUES, 2000, p. 49).

Maldonado (1994, p. 33) explica que “sendo o mar considerado patrimônio da humanidade e meio de posse comum, a sua exploração se viabiliza nas formas em que cada grupo social o percebe, delimita e divide, construindo territórios marítimos”. Nesse espaço não identificável são construídos, segundo a autora, “os códigos simbólicos que constituem a territorialidade marítima, viabilizando e ordenando a apropriação da natureza pelos pescadores” (MALDONADO, 1993, p. 33).

Estas conclusões mostram que o mar é um espaço “cheio de ‘marcas’, indicadoras de ‘territórios’, estabelecidas por pescadores artesanais dentro do processo tradicional de captura” (DIEGUES, 1995, p. 13).

Ao se falar sobre territórios, espaços, lugares e desenvolvimento local, há também que se observar o seu contrário, ou seja - a desterritorialização. Haesbaert (2007, p. 68) afirma que:

[...] a desterritorialização, antes de significar desmaterialização, dissolução de distâncias, deslocalização de firmas ou debilitação dos controles fronteiriços, é um processo de exclusão social, ou melhor, de exclusão socioespacial. [...] Na sociedade contemporânea, com toda a sua diversidade, não resta dúvida de que o processo de exclusão, ou melhor, de precarização socioespacial, promovido por um sistema econômico altamente concentrador é o principal responsável pela desterritorialização.

A desterritorialização consiste, segundo Haesbaert (2007, p. 67), em “espaços sobre os quais os grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica”, lugares onde se produz o “anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes”. Para o autor são muitas as versões de desterritorialização, as quais podem ser analisadas de acordo com a Quadro 1.

Quadro 1 - As versões de desterritorialização segundo Haesbaert (2007)

PROCESSOS	INTERPRETAÇÕES
Como domínio de redes, dos fluxos, da mobilidade	É o <i>lócus</i> da estabilidade e do enraizamento, onde a mobilidade proporcionada pela hegemonia das redes suplantaria a ordem mais estável do mundo territorial (Badie, 1996). No entanto, essa interpretação ignora que as redes e a mobilidade proporcionada são componentes indissociáveis do território, em qualquer contexto histórico.
Como perda de referências espaciais, concretos, sob o domínio das relações imateriais	O território é visto como o fundamento material/espacial da sociedade, confundindo a ideia de espaço geográfico. Essa interpretação ignora que mesmo o espaço virtual do ciberespaço não pode prescindir de bases materiais e contatos face-a-face, assim como a territorialidade - enquanto - qualidade necessária a constituição dos territórios.
Como perda do poder em termos do controle dos processos sociais através do espaço, especialmente do território dos Estados-nações	A crise do papel regulador do Estado levaria a uma crescente desterritorialização. Sob esse aspecto, não pode haver um acirramento da desterritorialização, pois a debilidade dos controles territoriais em uma escala pode estar significando a força do controle em outra (s) escala (s).
Como deslocalização econômica, a libertação dos principais fatores locacionais, o que favoreceria o seu deslocamento e a sua localização em inúmeros lugares	As condições locais não desapareceram, contudo mudaram de conteúdo, incorporando fatores ligados ao setor financeiro, à densidade do aparato tecnológico e aos incentivos fiscais localmente oferecidos. A localização em sentido amplo é revalorizada porque num mundo tão móvel, o fato de estar localizado é um trunfo a ser usufruído.
Como fruto da crescente homogeneização cultural do planeta	Ao sobrevalorizar uma pretensa homogeneização efetivada pela globalização, esquece-se a natureza contraditória deste movimento, seu caráter dialógico, na medida em que reúne num mesmo conjunto globalização e fragmentação, homogeneização e heterogeneização, condições culturais mundiais e locais.

Fonte: adaptado de Haesbaert (2007, p. 59-61)

Haesbaert (2007, p. 68) explica que a desterritorialização pressupõe o processo de exclusão sócio-espacial. Na vida contemporânea, esse processo de exclusão revela um sistema econômico altamente concentrador, relevante para a desterritorialização. Por conseguinte, entende-se que se o território é uma “experiência integrada do espaço”, o seu acesso somente ocorrerá quando o homem puder “vivenciar o mundo em suas múltiplas escalas” - já que o território “é multi-escalar e um território-rede” (HAESBAERT, 2007, p. 68).

Para este estudo dissertativo adota-se a posição de Santos (2007) quanto ao conceito de território, compreendendo-se que: a) o território é o chão e mais a população, é o fato e o sentimento de pertencer aquilo que nos pertence; B) a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre as quais ele influí.

A posição de Haesbaert (2007, p. 70) em relação ao conceito de desterritorialização foi aquela selecionada na pesquisa. Para o autor, a desterritorialização corresponde ao espaço sobre o qual “grupos sociais dispõem de menor controle e segurança, material e simbólica” e lugares onde se produz o “anonimato, a anulação de identidades e a ausência praticamente total de autonomia de seus habitantes”. Isto porque, se observar que a desterritorialização é o inverso da territorialização, sua origem no processo de desapropriação do espaço social ocorre tanto do ponto de vista concreto quanto simbólico. Por conseguinte, os lugares desligam-se dos fluxos que integram a sociedade capitalista: mercado de trabalho, consumo e cidadania, resultando na multiplicação dos aglomerados de exclusão (CARVALHO, 2009).

1.1.3 Comunidade

O Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (FERREIRA, 2008, p. 1) define comunidade como “quaisquer grupos sociais, cujos membros habitam uma região determinada, possuem um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica”. Ou ainda, como “um conjunto populacional considerado como um todo, em virtude de aspectos geográficos, econômicos e/ou culturais comuns” ou que compreendem um “grupo de pessoas considerado, dentro de uma formação social complexa, em suas características específicas e individualizantes; grupo de pessoas que comungam uma mesma crença ou ideal; grupo de pessoas que desenvolvem uma mesma atividade profissional”.

Para Durkheim (*apud* LIMA JÚNIOR, 2009, p. 1) o conceito de comunidade poderia ser explicado através do aspecto que mantinha a sociedade unida. Afeito aos conceitos de divisão do trabalho na sociedade, o conceito de comunidade foi interpretado por Durkheim, como duas dimensões de solidariedade: a mecânica e a orgânica. A mais antiga baseava-se em similaridades e localização compartilhada, a segunda em diferenças e interesses compartilhados.

Durkheim considerava que as sociedades ficaram mais complexas devido ao aumento na divisão do trabalho, onde a solidariedade mecânica foi substituída por um novo tipo de solidariedade. Assim, concebia que “as sociedades modernas requerem o desenvolvimento da solidariedade orgânica, na qual os valores são realçados individualmente” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 1). Pressupunha ainda que partes especializadas da sociedade funcionassem juntas e as pessoas tornavam-se mutuamente dependentes uma das outras. As pessoas, para Durkheim, eram partes de uma totalidade diferenciada.

O conceito de comunidade, segundo Lima Júnior (2009, p. 1) “tem sido umas das preocupações centrais da sociologia desde os seus primórdios”. Para o autor, a tradicional definição de comunidade inclui um grupo de pessoas, interesses comuns e uma localidade em comum.

Contudo, foi a partir da revolução industrial, com as mudanças tecnológicas e com a urbanização, que o conceito de comunidade foi introduzido, pelo menos em parte, como “um meio de explicar a ansiedade sobre os efeitos sociais da industrialização” (NISBET, 1967 *apud* LIMA JÚNIOR, 2009, p. 1). Segundo o autor são dois os elementos que integram a definição de comunidade, um estrutural e outro cognitivo, ambos entrelaçados: rede social e senso de comunidade. Tem-se, portanto, duas formas básicas de comunidades: comunidades locais e comunidades de interesse.

Bartle (2008, p. 1), por sua vez, afirma que o “conceito de comunidade não é apenas uma ‘construção’ (modelo), é uma ‘construção sociológica’. Ou seja: “um conjunto de interações, comportamentos humanos com significado e expectativas entre os seus membros”. Esse conceito compreende “um conjunto de ações que têm como base a partilha de expectativas, valores, crenças e significados entre os indivíduos”.

Para Traweek (*apud* LIMA JÚNIOR, 2009, p. 1) a comunidade é um grupo de pessoas com um passado compartilhado, com formas de reconhecer e mostrar as suas

diferenças em relação a outros grupos e como expectativa de compartilhar o futuro. Na verdade, o termo ‘comunidade’ conecta-se à ideia de agrupamento social de pequena dimensão, no qual há o compartilhamento de experiências comuns, laços de fidelidade, forte identidade cultural e solidariedade afetiva (RICCI, 2009).

Contudo, as comunidades não representam apenas agrupamentos homogêneos e integrados. O conceito evoluiu de simples categoria histórica, para uma nova categoria intrinsecamente diligente, com conteúdo dinâmico, quase sempre ambíguo e contraditório. Mourão (2003, p. 176) explica que quando se utiliza a expressão comunidade, apenas se tem “o significado de localismo, de localidade”. Não há por consequência “uma oposição de culturas, mas de graus diferentes de integração à sociedade”. Este autor aproveita-se do conceito de comunidade formulado por Tönnies que “enfatiza o impacto da modernização e degeneração da social estrutura na natureza da comunidade” (LIMA JÚNIOR, 2009, p. 1).

Muito das mudanças ocorridas e introduzidas no sistema socioeconômico, quer pelas modernas tecnologias, quer pela globalização, mudaram de maneira básica os antigos conceitos que presidiam a estrutura da vida de muitas comunidades, entre as quais as comunidades pesqueiras, que se mantiveram enclausuradas ou aprisionadas nos limites da economia artesanal.

1.2 Cultura e conhecimento tradicional

Antes de conceituar o termo conhecimento, faz-se necessário entender o que significa cultura. Cultura é “o conjunto de tudo aquilo que, nos planos material e espiritual, o homem constreia sobre a base da natureza, quer para modificá-la, quer para modificar-se a si mesmo” (REALE, 2000, p. 25).

Johnson (1997, p. 59 *apud* ÁVILA, 2005, p. 15) apresenta o conceito de cultura como “um conjunto acumulado de símbolos e produtos materiais associados a um sistema social, seja ele uma sociedade inteira ou uma família”. Esse conjunto acumulado de símbolos e produtos materiais não é uma característica isolada de apenas uma geração. A construção e a preservação das contribuições humanas que se explicam pela formação da tradição, favorecem a edificação futura no presente, ou seja, de um patrimônio social que é a cultura - um fenômeno eminentemente social.

Laraia (*apud* ÁVILA, 2005), embasado nas contribuições de Kroeber, apresenta algumas características descritivas sobre cultura. A primeira define o comportamento humano e justifica as realizações pessoais ao longo da vida. O padrão cultural resultaria do processo evolutivo. Ao romper as barreiras das diferenças ambientais, o homem transformou a terra em seu *habitat*, dependendo do aprendizado, deixando de agir por meio de atitudes geneticamente determinadas. A cultura como processo acumulativo, resultou, por conseguinte, da experiência histórica das gerações anteriores.

Silveira (2009, p. 1) afirma que a palavra conhecimento “é utilizado para caracterizar a relação que se estabelece entre um sujeito e um objeto”. Alves (*apud* SILVEIRA, 2009, p. 1), por sua vez, afirma que:

Conhecer é representar-se um objeto. É a operação imanente pela qual um sujeito pensante representa um objeto. É o ato de tornar um objeto presente à percepção, à imaginação ou à inteligência de alguém. É o ato de sentir, perceber, imaginar ou pensar um objeto. Esse processo cognitivo está fundado, portanto, em três elementos: a representação, o objeto representado e o sujeito que representa o referido objeto.

Cretella Júnior (1998 *apud* SILVEIRA, 2009, p. 1) assinala que “a relação de conhecimento implica, portanto, uma transformação tanto do sujeito quanto do objeto”. Ou seja, o novo saber é um instrumento para a transformação do sujeito e do objeto, em que o conhecimento irá lhe proporcionar um sentido.

Nesse sentido, Silveira (2009, p. 1) salienta que é no interior do conhecimento que o indivíduo evolui, através dos condicionamentos e por eles apoiado, que busca a realização existencial e profissional.

O conhecimento tradicional é constituído de práticas, conhecimentos empíricos, costumes passados de pais para filhos e crenças das comunidades tradicionais que vivem em contato direto com a natureza. Resulta de um processo feito ao longo do tempo por acumulação informal. O conhecimento tradicional é, portanto, um patrimônio da sociedade, de caráter difuso, isto porque pertence a toda comunidade que, por sua vez, deve beneficiar-se com sua exploração (SANTOS, 2009).

Diegues (2003, p. 1) entende como conhecimento tradicional “o conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades [...] com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. Berkes (1993), com base nos esclarecimentos de Gadgil, Berkes e Folke (1993), define esse

conhecimento como “um conjunto cumulativo de saberes e crenças transmitidas culturalmente através gerações sobre a relação dos seres vivos (incluindo os humanos) entre si e com seu meio-ambiente”. Nesse sentido, ‘tradicional’ não significa um conjunto de determinados conhecimentos, mas o modo tradicional de viver, produzir e construir, o que envolve todas as etapas históricas da existência humana.

O conhecimento tradicional é limitado por ser o intermediário de cada vivência por qual passa o homem, rica e complexa, não se podendo exprimí-lo por completo. Por isso, o conhecimento tradicional salvaguarda uma medida comum entre as pessoas.

Allut (2000 *apud* ANDREOLI; SILVA, 2009, p. 1), ao expor sobre o conhecimento tradicional, explica que “o saber de certas profissões e ofícios constitui um corpo de conhecimentos que transcende ao que geralmente entendemos por conhecimento vulgar ou leigo”. Nesse sentido, as culturas tradicionais são padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil (DIEGUES, 2000).

Como afirma Diegues (1994 *apud* GRANDO, 2006, p. 10) as culturas tradicionais “estão em constante mudança seja por fatores internos ou externos, sem que por isso deixem de estar inseridas dentro de um modo de produção que denominamos de pequena produção mercantil”. Logo, o conhecimento tradicional é o resultado de uma assimilação contínua de elementos culturais internos e externos.

As culturas e sociedades tradicionais se caracterizam, conforme explica Diegues (2000), pela dependência e até simbiose com a natureza, pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais, transferidas de geração em geração por via oral, noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente, moradia e ocupação desse território por várias gerações, importância das atividades de subsistência, reduzida acumulação de capital, importância da unidade familiar, doméstica e das relações de parentesco para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, simbologias, mitos e rituais associados à caça, a pesca e atividades extrativistas, tecnologia relativamente simples e de reduzido impacto sobre o meio ambiente, pequena divisão técnica e social do trabalho, cujo produtor domina o processo até o produto final, fraco poder político, identificação com uma cultura distinta das outras.

Diegues (2000) assinala ainda, que um dos critérios mais importantes para definição de culturas ou populações tradicionais, além do modo de vida, é o de reconhecer-se como pertencente àquele grupo social particular. A esse respeito, Grando (2006) salienta que a deficiente gestão de política pública para proteção e apoio aos direitos dessas comunidades ameaça a identidade cultural e as tradições dos pescadores artesanais.

1.3 Desenvolvimento sustentável

Faz cerca de 40 anos que os estudiosos do tema desenvolvimento - tais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) - alertaram para a necessidade de se repensar alguns valores da vida em sociedade, como o consumo, a economia, os recursos ambientais limitados, o desenvolvimento tecnológico e acima de tudo o aspecto ético deste desenvolvimento. Sachs (2002, p. 48; 50) cita que a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional.

Sachs (2002, p. 48; 50) escreve que após a Conferência da ONU em Estocolmo, uma série de encontros e relatórios internacionais ocorreu e culminou, vinte anos após, no Encontro da Terra no Rio de Janeiro, que ficou conhecido como ECO 92. Na ECO 92, 179 países e instituições da comunidade civil produziram um documento, denominado Agenda 21², que estabelece que o desenvolvimento da sociedade deva ser feito de forma sustentável, ou seja respeitando-se a limitação dos recursos naturais ainda disponíveis e harmonizando os interesses econômicos, sociais, o meio ambiente e, em especial, o homem.

Repensar o desenvolvimento, os valores da atual sociedade e a necessidade de um novo contrato social é o desafio para a humanidade, em razão das consequências indesejáveis geradas pela revolução industrial, como desequilíbrios ecológicos. Sachs (2007, p. 205-206) afirma que o impacto sobre o meio ambiente pode ser traduzido por meio de uma fórmula: “impacto sobre o meio ambiente = população x riqueza x tecnologia”, sendo, portanto, o impacto ambiental resultante da combinação das três variáveis: população, riqueza (Produto Nacional Bruto - PNB, por habitante) e da tecnologia empregada. Ressalta ainda, que a

² A denominada Agenda 21 consiste em um documento elaborado pelas autoridades governamentais e representantes da sociedade civil de 179 países, após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro, em 1992.

distribuição da população no planeta é um problema tão significativo quanto o crescimento demográfico, e afirma ser necessário:

[...] um programa para o meio ambiente que, concederia prioridade máxima à melhoria das condições habitacionais das concentrações urbanas, ao planejamento de novas configurações urbanas e às migrações organizadas - daquelas regiões cuja densidade populacional excede claramente as capacidades de carga, para outras que podem ainda absorver recém-chegados. As duas primeiras soluções têm importante componente de pesquisa científica e tecnológica, porquanto a terceira é eminentemente política e ética.

Após a realização da I Conferência sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo (Suécia), em 1972, conhecida como “ciclo social” da Organização das Nações Unidas (ONU), ocorreu uma mudança de paradigma para a avaliação do desenvolvimento dos países, a partir do Relatório de Meadows elaborado pelo MIT. Nesse relatório se relacionavam alguns problemas para a continuidade do desenvolvimento da humanidade: crescimento populacional, poluição, energia, meio ambiente, entre outros. A mudança de paradigma ocorre em razão da degradação ambiental e passa-se então a considerar o meio ambiente como uma das variáveis determinantes do desenvolvimento adequado³.

Sachs (2007, p. 61-64) informa que Maurice F. Strong na ‘Primeira Reunião do Conselho Administrativo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente’, em Genebra em 1973, apresentou o conceito de ecodesenvolvimento. Este conceito é considerado um estilo de desenvolvimento que busca soluções próprias para os problemas de cada eco-região, considerando além dos dados ecológicos, os culturais, as necessidades imediatas e as de longo prazo.

Na década de 90, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) da ONU, adotou o conceito de desenvolvimento sustentável, conceito elevado a princípio em 1992 na ECO 92.

Na Conferência da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, reunida em Joanesburgo em 2002, foi declarado que o desenvolvimento sustentável abrange a integração de três áreas: desenvolvimento social, econômico e proteção ambiental. Sachs (2007, p. 239 e 241), citando Goulet, sugere que a sociedade analise o novo papel a ser

³ O Relatório de Meadows é uma “pesquisa global” encomendada pelo Clube de Roma. Trata-se de um Relatório de “alerta para a impossibilidade de o mundo continuar nos então patamares de crescimento, sob pena de um drástico esgotamento dos recursos naturais” O Relatório sugere o controle populacional numa linha malthusiana e o crescimento zero, que congelaria tanto o crescimento econômico como as desigualdades em escala mundial (SCOTTO, CARVALHO, GUIMARÃES, 2007, p. 21).

desempenhado pela economia, harmonizando a ética, a técnica e a política. Ressalta ainda que se deve reconciliar a governabilidade, a democracia, a justiça social, a prudência ecológica e a eficácia econômica.

A Agenda 21 traz um conjunto de recomendações tendo em vista o novo paradigma de desenvolvimento para os países, qual seja o desenvolvimento sustentável, que abrange “sinergia da sustentabilidade ambiental, social e econômica”. De igual forma, há que se observar segundo Petitinga (2008), que quando se fala em desenvolvimento um dos marcos mais importante é o relatório mundial do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/1990). Este relatório identifica o índice de desenvolvimento humano (IDH), relativizando o Produto nacional Bruto (PNB) por habitante enquanto medida universal do desenvolvimento e “tem forte significado simbólico” (MILANI *apud* PETITINGA, 2008).

No Brasil, o direito ao desenvolvimento sustentável abrange diretrizes específicas que se corelacionam também com o desenvolvimento local. A Lei nº 6938, de 31 de agosto de 1981 - Lei da Política Nacional do Meio Ambiente, - determina em seu artigo 4º os objetivos da política nacional de meio ambiente. Destaca-se o inciso I: “à compatibilização do desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico”. Segundo Fiorillo (2007, p. 21 e 31), a Lei nº 6938 foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, observando que esta traz em seu artigo 225 o princípio do desenvolvimento sustentável. Nesse princípio, o poder público e coletividade têm o dever de defender e preservar o meio ambiente para as presentes e futuras gerações. O autor ressalta ainda que a opção do constituinte foi, segundo o previsto no artigo 170, pela ordem econômica fundada na livre iniciativa, na valorização do trabalho e no respeito ao meio ambiente, com o objetivo de que haja uma coexistência harmônica entre a ordem econômica e o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CAPÍTULO 2

A PESCA ARTESANAL

2.1 Contexto histórico da pesca artesanal no Brasil

A maior parte da literatura sobre o histórico da pesca artesanal focaliza apenas um contexto no qual se identificam leis, decretos, mensagens e relatórios de órgãos, como os da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE). Lopes e Silva (2009, p. 1) explicam que “a pesca é uma atividade anterior à agropecuária, pois remonta ao período que antecede ao descobrimento”. Tratava-se de um uso exclusivo dos índios, através de flechas e redes feitas com material vegetal.

Historicamente, em meados do século XVI, a pesca era praticada pelos índios ao longo do litoral, que “faziam uso de canoas, pirogas cavadas em tronco de árvore e também piperis (igapebas), jangadas feitas de paus amarrados, ambas as embarcações utilizadas na pesca litorânea” (DIEGUES, 2009, p. 1). No período colonial organizou-se a pesca da baleia, preservando-se a pesca indígena de subsistência. A pesca da baleia constituiu-se em um monopólio da Coroa Portuguesa, cuja concessão era dada para pescadores portugueses e bascos. Utilizava-se a mão-de-obra escrava oriunda da África (DIEGUES, 2009). Esse tipo de pesca, segundo informa o autor, desenvolveu-se na Bahia, no litoral sul de São Paulo (Ilha do Bom Abrigo) e litoral de Santa Catarina, terminando nos anos 70, em função da desativação da empresa japonesa em Cabedelo (Paraíba) e da concorrência com pescadores norte-americanos.

Nesse período, entre as culturas pesqueiras litorâneas, Diegues (2009) cita a jangadeira, em todo o litoral nordestino, do Ceará até o sul da Bahia, a caiçara, no litoral entre o Rio de Janeiro e São Paulo e a açoriana, no litoral de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Os jangadeiros dependiam economicamente da pesca costeira, os caiçaras e açorianos

praticavam simultaneamente à pesca e a atividade agrícola. O Quadro 2 sintetiza a atividade pesqueira de captura de sardinhas na região sul e sudeste do Brasil.

Quadro 2 - Atividade pesqueira de captura de sardinhas

Abordagem	Especificações
Período	• Meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX
Origem	• Pescadores açorianos (colonização do extremo sul do Brasil, sob ameaça espanhola) • Pescadores portugueses
Espaço marítimo	• Ilha Grande, Estado do Rio de Janeiro • Litoral, entre São Paulo e Rio de Janeiro
Atividade pesqueira	De pequena produção à escala comercial
Tipo de embarcação	Traineiras
Tipo de equipamento	Grande rede de cerco, traina (introduzida por um pescador espanhol, que a trouxe pronta de seu país, por volta de 1910)
Tripulação	De 15 a 20 homens
Tipo de peixe	Sardinhas

Fonte: Adaptado de Diegues (2009).

Sobre a pesca da sardinha, Diegues (2009) esclarece que por ter sido em grande escala, originou as indústrias iniciais de salga, secagem e conservas enlatadas no Rio de Janeiro e Santos. As indústrias pesqueiras do Rio Grande do Sul, originadas nas décadas de 20 e 30, processavam a merluza. O autor ainda salienta que grande parte das empresas do litoral centro-sul do Brasil usava *trawlers* na captura do camarão para a exportação, enquanto as que foram criadas no Ceará, visavam à captura da lagosta. Nessa época formou-se um proletariado que trabalhava com pesca e beneficiamento do pescado, opondo-se à pesca artesanal⁴ (DIEGUES, 2009).

2.2 Comunidades pesqueiras

O termo comunidade marítima vem associado a outros conceitos como ambiente, distanciamento da terra, etc. A comunidade litorânea combina pesca em ambientes fechados,

⁴ Nesse período a pesca artesanal baseava-se no modelo de equipagem própria da pesca ibérica. Influenciados por esse modelo, em 1922 surgiram as primeiras colônias de pescadores similares às associações de auxílio mútuo constituídas na Idade Média entre as corporações de operários, artesãos, negociantes ou artistas (guildas) (DIEGUES, 2009).

com outras eminentemente agrícolas. Há por isso necessidade de se diferenciar dois tipos de comunidades: a marítima e a litorânea.

A esse respeito, Diegues (1995, p. 15) afirma que “a inserção ou não das sociedades de pescadores no mundo camponês causou muito debate entre os antropólogos e sociólogos”. Ainda hoje, é razão de polêmicas quando o pequeno produtor combina pesca e atividades agrícolas.

Citando Geistdoerfer (1988), Diegues (1995, p. 15) conclui que os conceitos de unidade familiar, renda da terra, consumo familiar, que explicam as características das sociedades camponesas, “nem sempre podem adequar-se à realidade social das comunidades marítimas e às práticas fora da gente do mar”. A comunidade marítima pressupõe como afirma Diegues (1995, p. 18), “viver exclusivamente de um ambiente marítimo”, que se distingue do ambiente continental e, portanto, da comunidade litorânea.

A respeito das comunidades marítimas, Diegues (1995, p. 19) informa que sua constituição histórico-cultural relaciona-se “com o distanciamento da terra”. Caracteriza-se, de acordo com o autor, como “lugar de trabalho e vida e com a apropriação econômica e sociocultural do meio marinho, onde os pescadores, tanto artesanais quanto os vinculados à pesca empresarial-capitalista, passam uma parte considerável de seu tempo”. Para o autor “as comunidades marítimas se constituem pela prática dos pescadores num ambiente marcado pelo perigo, risco, mobilidade e mudanças físicas” (DIEGUES, 1995, p. 11).

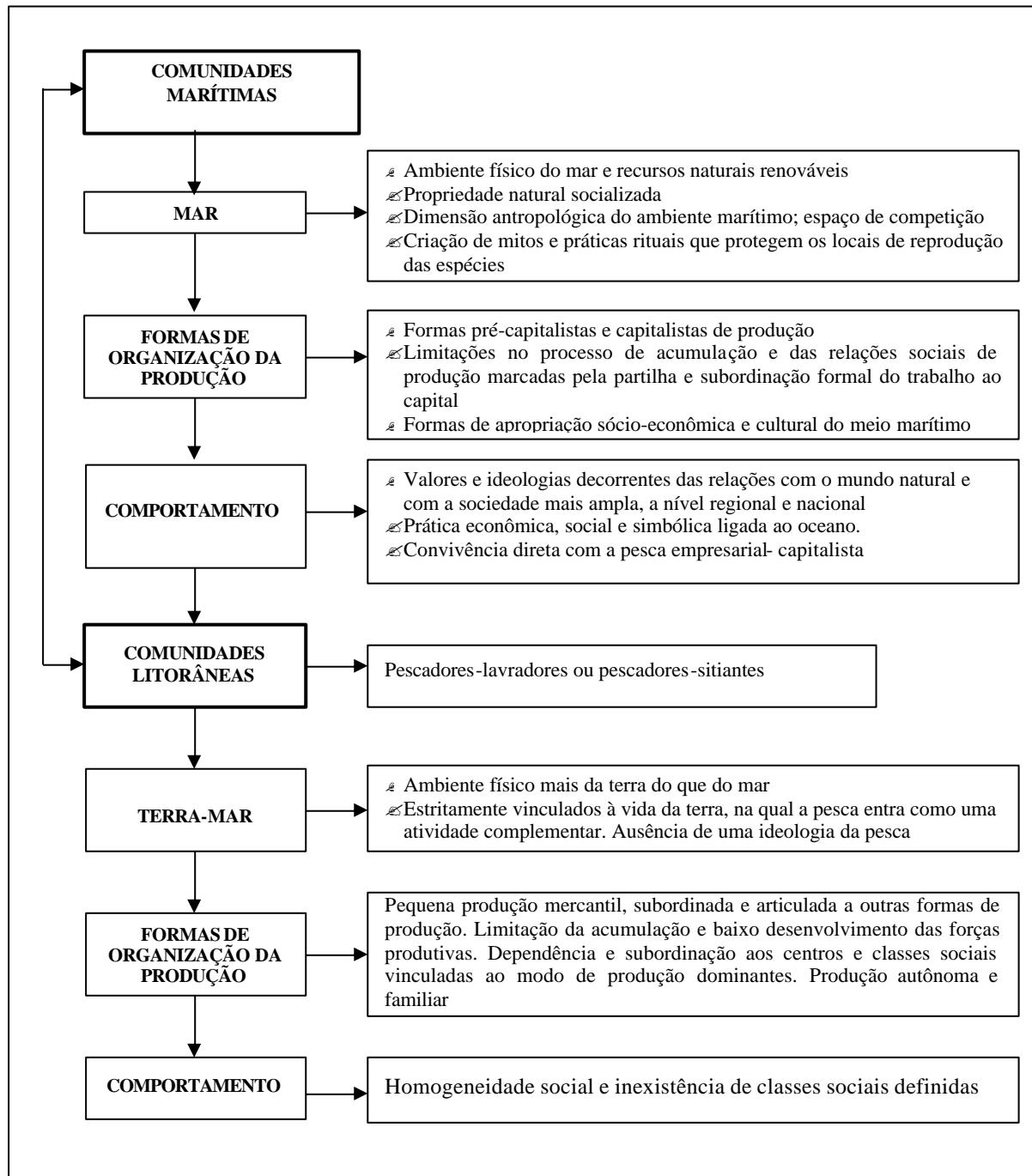
Corbin (1989 *apud* DIEGUES, 1995, p. 2) explica “que até o século XVIII, na Europa, o mar não se confundia com o litoral tranquilo, local de descanso e recreação, mas com as forças selvagens da natureza”. Corbin (1989 *apud* DIEGUES, 1995, p. 2) diz que a Bíblia, no gênese evidencia uma imagem assustadora:

[...] impõe a visão do ‘Grande Abismo’, lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus [...]. Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada do paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina.

O pescador marítimo apresenta diferentes formas “de apropriação social, econômica e cultural” do mar, como resume a Figura 2. “A característica de mar ‘socializado’ de ‘livre acesso’, combinada às outras variáveis naturais marca indelevelmente as comunidades marítimas como ‘móveis’ e dependentes da própria imprevisibilidade e

mobilidade dos recursos pesqueiros". Essas características encontram-se fundamentadas "no processo da acumulação e das relações sociais de produção marcadas pela partilha" (DIEGUES, 1995, p. 19).

Figura 2 - Diferenças entre comunidade marítima e comunidade litorânea.



Fonte: adaptado de Diegues (1995).

Por sua vez, a zona costeira caracteriza-se como um espaço entre o ecossistema marinho e o terrestre, com movimentos ascendentes e descendentes, que possibilitam uma transformação contínua. Representa um ambiente instável resultado de alterações por efeitos

naturais e humanos. Este fato explica o porquê de ser a comunidade litorânea mais suscetível às transformações das comunidades pesqueiras tradicionais.

Geistdoefer (1988 *apud* DIEGUES, 1995, p. 19) salienta que ao se analisar as “comunidades campesinas”, sejam elas litorâneas ou marítimas, observando-se os contextos familiares, renda e propriedade, “dificilmente se aplicam à realidade social marítima e às práticas da gente do mar”. Daí porque afirmar que apenas parte das comunidades litorâneas se transformou em comunidades marítimas. Observa ainda que “grande parte delas, sobretudo as que combinam pesca e agricultura em ambientes fechados (baías, lagunas, estuários), são comunidades litorâneas, mas não necessariamente marítimas” (DIEGUES, 1995, p. 19).

As comunidades litorâneas definem-se, portanto, pela combinação que fazem da pesca com demais atividades rurais, tais como pequena agricultura, extrativismo florestal e artesanato.

Vasconcellos, Diegues e Sales (2003, p. 1), ao avaliar a atuação do Departamento de Aquicultura e Pesca (DPA) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), concluíram que “as pescas costeira e continental sofreram um processo de estagnação ou de queda”. Esse resultado é consequência da gestão inadequada e da política aplicada, em função da ausência histórica de um ordenamento apropriado e da consequente sobreexplotação dos estoques. De igual forma, Diegues (1995, p. 250-253) descreve nas conclusões do capítulo ‘diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras’ que há um relacionamento complexo com o ambiente natural, que não é marcado somente por instâncias econômicas. Os valores, tradições, crenças religiosas e percepções possuem um papel fundamental na definição das relações com o ambiente e seus recursos, como também, a combinação de várias atividades com a pesca artesanal, através da pequena agricultura, manutenção da cultura e do conhecimento tradicional.

Face às características encontradas nas comunidades litorâneas, Diegues (1995) esclarece que o Programa de Apoio à Pesca Artesanal (PESCART)⁵, criado em 1973 para compensar a pesca artesanal, teve efeitos reduzidos. O plano baseava-se na necessidade da modernização tecnológica, na concentração de recursos, na eliminação do paternalismo, na integração dos programas assistenciais e na inter-relação entre a pesca artesanal e industrial.

⁵ A extinção do PESCART em 1989 agravou a situação dos pescadores que ficaram sem nenhuma instituição de assistência técnica e extensão que atendesse as suas demandas crescentes, derivadas da fragilidade social histórica da categoria e principalmente pelo fato de sua reprodução social depender fortemente da preservação do meio ambiente.

No entanto, deixou de considerar o contexto sócio-cultural e o sistema de poder reinante nas comunidades pesqueiras.

Nesse sentido, as comunidades litorâneas devem ser percebidas como sensíveis ao ser e ao valor do pescador artesanal, assim como às condições de sua existência, preservando-se o seu caráter tradicional e o conhecimento cultural. Essas comunidades devem ser respeitadas pela existência do saber tradicional e nesse sentido não poderão fugir das exigências da modernidade. Contudo, deve-se respeitar o seu alcance tradicional e cultural, mas amplo que seu alcance político e econômico.

2.3 Conhecimento tradicional das comunidades pesqueiras artesanais

A acepção para o termo ‘tradição’ compreende uma série de bens, ideias etc., transmitida de uma geração para outra. Assim, o conhecimento tradicional corresponderia ao universo do saber, transmitido oralmente de pessoa para pessoa, em uma determinada comunidade. Mortureux (1999 *apud* MOREIRA, 2009, p. 1) salienta que “o conceito de tradição capta esse sentido de identificação de um distinto modo de vida e crenças. Nesse sentido, pode se aproximar de concepções históricas ou identitárias de um grupo”.

Diegues (2009, p. 1) afirma que o conhecimento tradicional na pesca artesanal representa “um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida”. Nas comunidades de pescadores artesanais, o conhecimento tradicional compreende “um conjunto de conceitos e imagens produzidos e usados pelos pescadores artesanais em sua relação com o meio-ambiente aquático (marinho, lacustre, fluvial) e com a própria sociedade”.

Contudo, quando se analisa o conhecimento tradicional das comunidades de pescadores artesanais, um dos problemas que se encontra, conforme Allut (2000 *apud* ANDREOLI; SILVA, 2009, p. 1) é:

[...] a constante desvalorização destes pela comunidade científica e a sociedade em geral, por estarem localizados na parte mais baixa da ‘árvore do saber’, que coloca esse como um dos motivos pelos quais os saberes dos pescadores não são reconhecidos como uma fonte importante de conhecimento.

Em contrapartida, Diegues (2009), no artigo “Conhecimento Tradicional e apropriação social do ambiente marinho”, coloca que esta situação está mudando lentamente no Brasil. O autor cita que em uma pesquisa organizada pelo Núcleo de Apoio à Pesquisa Sobre População Humana em Áreas Úmidas Brasileiras (NUPAUB - USP) em 1999, sobre conhecimento tradicional e biodiversidade, constatou-se que 35% dos trabalhos selecionados (em número de 1.000), utilizaram o conhecimento tradicional e o enfoque etno-científico, e que a maioria dos trabalhos foi de autoria de antropólogos e etno-cientistas, comprovando o interesse crescente pela pesquisa sobre o conhecimento tradicional.

Para Ruddle (2000 *apud* DIEGUES, 2009, p. 1) tanto o conhecimento tradicional quanto as práticas associadas a ele “orientam as decisões diárias sobre o tipo de recurso pesqueiro a ser capturado, a área de pesca e o tipo de técnicas a serem utilizadas”.

Ruddle (2000 *apud* DIEGUES, 2009, p. 1) salienta que o conhecimento tradicional na pesca artesanal é “empírico e prático, combinando informações sobre o comportamento dos peixes, taxonomias e classificações de espécies e *habitats*, assegurando capturas regulares, e muitas vezes, a sustentabilidade em longo prazo das atividades pesqueiras”.

Muito embora se reconheça a importância do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, como também o aprofundamento dos estudos sobre tal, a situação atual, segundo Diegues (1983), é de confrontação entre dois tipos de conhecimento, o tradicional e o científico. Isto porque, conforme o autor:

[...] de um lado está o conjunto de saberes tradicionais sobre os ciclos naturais e sistemas de manejo. De outro lado, está o conhecimento científico, derivado principalmente das ciências naturais, muitas vezes reducionistas, que ignoram o saber tradicional (DIEGUES, 2003, p. 1).

Diegues (2004, p. 8) sugere que “a cultura dos pequenos pescadores no Brasil deve ser analisada em função do contexto cultural mais amplo no qual ela se formou. Esse contexto é dado pelo que pode ser denominado de “cultura das camadas populares”. Diegues (2009, p. 1) também enfatiza que o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais é caracterizado por sete elementos como mostra a Figura 3:

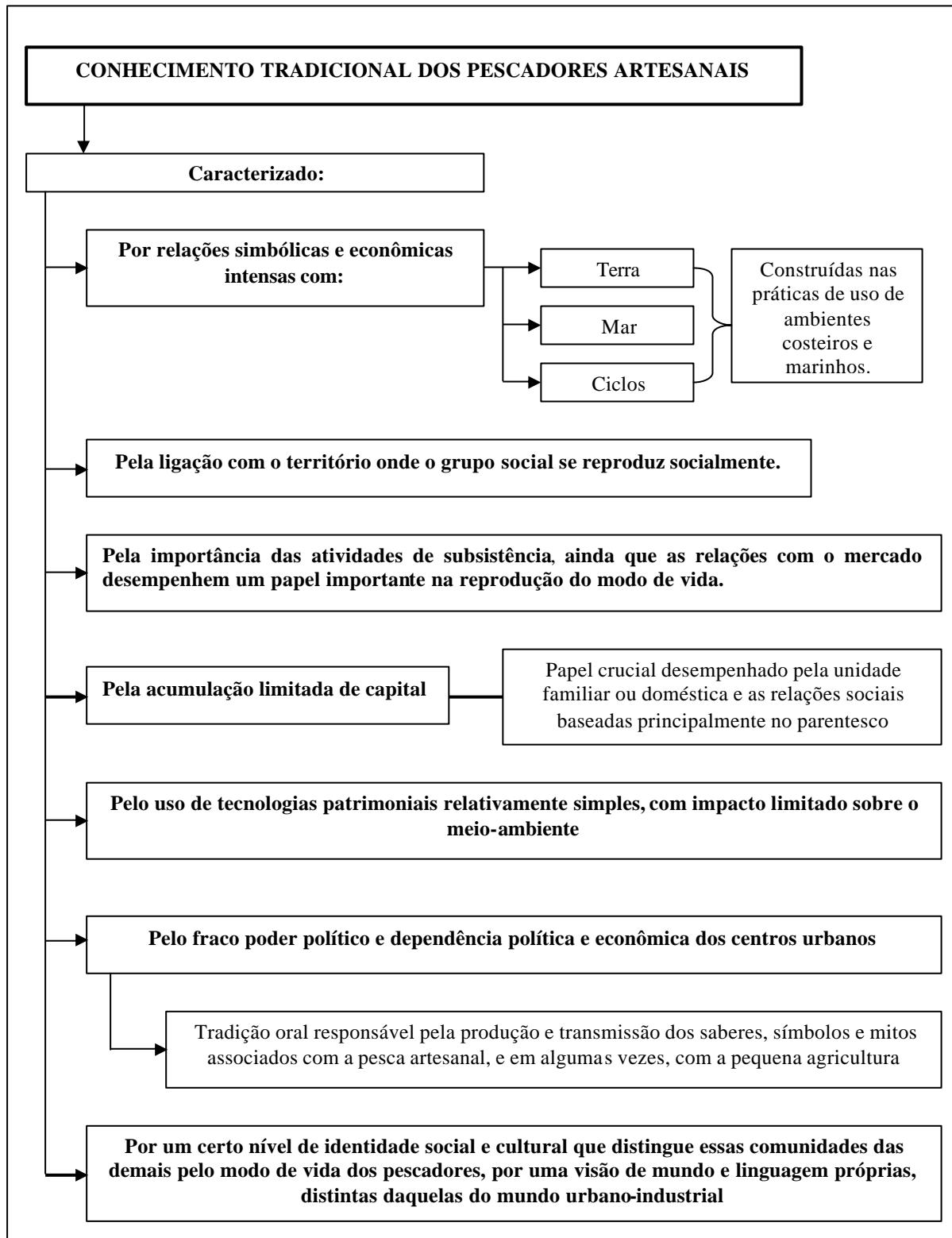


Figura 3 - Características do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais
 Fonte: Diegues (2009).

Segundo Andreoli e Silva (2009, p. 1), o conhecimento tradicional do pescador artesanal além de amplo é ainda especializado, pois compreende a “identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, as condições da maré, o clima etc.”. Para

Diegues (1995, p. 97) são todos esses conhecimentos que “formam a ‘essência’ da pesca artesanal”.

Andreoli e Silva (2009, p. 1), ressaltam que “este conjunto de conhecimentos faz parte dos meios de produção dos pescadores artesanais, uma vez que é através desses saberes que eles se configuram em profissionais da pesca”. Para Castro (2000 *apud* ANDREOLI; SILVA, 2009, p. 1), esses conhecimentos precisam “ser priorizados, objetivando valorizar os recursos naturais para poderem controlar e racionalizar seus usos segundo padrões ocidentais de sustentabilidade”.

Sobre o conhecimento tradicional dos pescadores artesanais, Diegues (2009, p. 1) afirma que “não é pré-lógico ou pré-científico”, mas como afirmado por Lévi-Strauss “é baseado em observação contínua de fenômenos naturais recorrentes”. É esse conhecimento que possibilita ao pescador conhecer o local apropriado para a pesca, o período ideal para a pesca e as técnicas adequadas ao tipo de pesca.

Por sua vez, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB), um dos mais importantes resultados da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992, resguardou os direitos relativos aos saberes, inovações e técnicas desenvolvidas pelos povos tradicionais em sua interação com a natureza. Sobre os conhecimentos tradicionais essa Convenção estabeleceu em seu preâmbulo que existe:

[...] estreita e tradicional dependência de recursos biológicos de muitas comunidades locais e populações indígenas com estilos de vida tradicionais, e que é desejável repartir equitativamente os benefícios derivados da utilização do conhecimento tradicional, de inovações e de práticas relevantes à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável de seus componentes (BRASIL, 2009, p. 1).

De igual forma, dispõe no artigo 8, alínea “j”, que “os países signatários devem preservar o conhecimento e práticas das comunidades locais e encorajar a repartição dos benefícios oriundos da aplicação destes conhecimentos”.

Assim, o reconhecimento da prioridade em relação à proteção não só da biodiversidade, como também da sociodiversidade e de suas inter-relações, em nível da Convenção da Biodiversidade é muito importante, pois esta Convenção foi incorporada no ordenamento jurídico constitucional como direito humano fundamental.

O conhecimento e saber tradicional, segundo Diegues (2009, p. 1), compreendem campos específicos como a “classificação de espécies aquáticas, comportamento dos peixes, taxonomias, padrões de reprodução e migração das espécies, cadeias alimentares”. Referem-se também “às características físicas e geográficas do *habitat* aquático, clima (nuvens, ventos, mudança do tempo), artes de navegação e pesca. O conhecimento tradicional também contextualiza as relações com o mundo sobrenatural”. Nesse sentido, o Quadro 3 evidencia alguns desses conhecimentos.

Quadro 3 - Campos do conhecimento tradicional dos pescadores artesanais

CAMPOS	ESPECIFICAÇÕES DO CONHECIMENTO TRADICIONAL
Taxonomias de peixes	A classificação dos peixes é peculiar, realizando-se conforme atributos (características externas) e categorias relacionados com a vida humana, e também com os animais terrestres e aves. Essa classificação hierárquica é diferente da taxonomia biológica clássica que estabelece subordinação até entre diversas categorias.
Classificação de habitats	O conhecimento tradicional marítimo é produzido e acumulado culturalmente através da prática profissional, sendo continuamente recriado de acordo com a especificidade do ambiente que se apresenta como cíclico, móvel e imprevisível. Em outras palavras, a apropriação do mar e de seus recursos requer o conhecimento de um código de saber fazer que é construído e ritualizado no mar pela tradição, aprendizado, experiência e intuição. Isso significa que a apropriação social desse espaço é simultaneamente um ato cultural e produtivo. Os pescadores percebem a natureza como feita por esses dois vastos mundos: o da terra e o do mar. A distinção entre esses dois mundos é uma base importante para a classificação, pois animais e plantas são vistos e organizados segundo pertençam a um desses dois mundos. Os que vivem na terra são vistos em relação de contiguidade com os pescadores e são classificados segundo os critérios humanos. Os que vivem no mar são ligados a terra por relações de analogia, sendo esse ambiente visto como a imitação da terra, reforçada pela similaridade das formas entre os seres desses dois mundos.
Comportamento dos peixes	Os pescadores usam o conhecimento dos hábitos de predação para escolher suas iscas. O conhecimento dos hábitos alimentares é usado também para organizar a pesca. Assim, durante as primeiras chuvas, quando o peixe “ronca”, ao colocar os ovos, é hora de preparar os covos de pesca. Os padrões de mobilidade e migração são também conhecidos, como também, o ajuntamento de peixes associado à reprodução. É conhecida a alta previsibilidade de concentração de peixes associada à reprodução, pois esse comportamento se correlaciona com as fases da lua. Estas são um indicador maior de eventos previsíveis em áreas de pesca, pois muitos peixes formam grandes concentrações em momentos de reprodução em locais conhecidos, durante certos meses e fases da lua.
Avaliação de estoques pesqueiros	O conhecimento tradicional pode fornecer uma base útil para se avaliar os estoques pesqueiros e a dinâmica de suas populações, sendo importante no que se refere ao período, localização, comportamento das concentrações de peixes para a reprodução em recifes e lagunas.
Conhecimento de micro-habitats	O conhecimento dos <i>habitats</i> e das espécies associadas pode ser usado para determinar a localização de reservas marinhas, para o estabelecimento de defesos e áreas fechadas de grande interesse para a reprodução das espécies.
Artes de pesca	Há uma grande variedade de equipamentos e artes de pesca, que podem ser relevantes para projetos adequados de desenvolvimento pesqueiro, como também, a experiência com técnicas visando à criação de <i>habitats</i> e recifes artificiais.

Fonte: Adaptado de Diegues (2009).

O processo de aprendizado do conhecimento tradicional é informal, com raras instruções verbais. Ferri (1997 *apud* DIEGUES, 2009, p. 1) relata que “os processos de transmissão do aprendizado muitas vezes são tão sutis que os aprendizes não se dão conta do processo”.⁶

Como afirma Ruddle (2001 *apud* DIEGUES, 2009, p. 1), “o conhecimento local pode ser entendido como um sistema de poder e, portanto, pode fornecer autoridade às comunidades para exercer seu sistema tradicional de manejo”.

2.4 Aspectos jurídicos da atividade pesqueira artesanal

Com a colonização europeia, através dos holandeses e portugueses, introduziram-se técnicas que melhoraram a eficiência das capturas, introduzindo os currais e os anzóis de ferro (LOPES; SILVA, 2009, p. 1). Salientam os autores que “nesse período colonial a caça da baleia tornou-se de significativa importância econômica, acarretando o surgimento de diversas unidades de extração de óleo e comercialização da carne, inclusive no Litoral Paulista”. Borges (2007, p. 1) afirma que “após alguns anos na estruturação desta atividade, cuja articulação se propagou durante o século XVIII e início do século XIX, o governo de Prudente de Moraes, em 1897 através da lei 478, trouxe a tona o interesse das oligarquias pela total nacionalização da pesca”.

A partir da revolução industrial registra-se o aparecimento de todo um conjunto de produção exclusivamente capitalista no cotidiano de diversos segmentos econômicos, incluindo-se a atividade pesqueira. A esse respeito, Diegues (1983, p. 83) explica que “o resultado da sobrepesca foi o esgotamento puro e simples desses recursos naturais renováveis dos mares contíguos dos países centrais e o deslocamento das frotas para as águas dos países ditos subdesenvolvidos”.

De 1800 a 1900 foram promulgadas três importantes leis: em 1846 a Lei 447 dividia os pescadores em “Distritos de Pesca” (embriões das futuras Colônias de Pescadores),

⁶ Diegues (2009, p. 1) relata que “o conhecimento tradicional ou conhecimento tradicional ecológico ou etnoconhecimento pesqueiro tem se tornado um campo de pesquisa cada vez mais pesquisado no Brasil, a semelhança do que ocorre em outras partes do mundo, sobretudo na Ásia. Esse campo é recente, mas teve crescimento rápido: num estudo organizado pelo NUPAUB/USP, (2001), do total de trabalhos publicados entre 1950 e 2000 sobre etno-conhecimento dos pescadores artesanais, cerca de 3.2% foi publicado antes de 1960, 14 % entre 1960 e 1979, 25.5% entre 1989- 1989 e 55.8% na década de 90 e o número desses trabalhos não cessou de crescer desde então. Quanto às descrições de sistemas tradicionais de manejo, somente 27% dos trabalhos mencionam sua existência”.

ao mesmo tempo em que atribuía à Marinha a responsabilidade administrativa pela pesca, além da obrigatoriedade da matrícula para os pescadores profissionais. Cinquenta anos depois, em 1897, foi promulgada a Lei 478 que determinava a total nacionalização da pesca. Em 1899 foi promulgada a Lei 678, organizando o serviço agronômico no Estado de São Paulo e determinando a criação de unidades voltadas para a investigação marítima (LOPES; SILVA, 2009).

No Estado de São Paulo, a evolução da pesca nos litorais norte e sul foi semelhante, diferenciada apenas quanto aos ecossistemas existentes. Em Santos, decorrente do sistema portuário e de sua infra-estrutura, a pesca de médio porte contribuiu para o desenvolvimento dessa atividade, incluindo-se as sub-regiões litorâneas norte e sul. Observa-se, contudo, que a atividade pesqueira nesse período desestruturou-se, trazendo danos para o meio ambiente. Assim, visando proteger a costa brasileira, o governo buscou como afirma Borges (2007, p. 1) “proteger o território e organizar de forma a garantir os seus recursos ainda não explorados como patrimônio nacional assim como definir a área que se tinha direito”.

No início do século XX a pesca no território brasileiro organizou-se como atividade econômica. A partir de 1900, novas leis e decretos foram promulgados. Observa-se que em 1912, período que marca o começo do processo de industrialização brasileira, no governo de Hermes da Fonseca, a atividade pesqueira ganha um novo enfoque. Como explica Borges (2007, p. 1) “[...] através das acumulações obtidas pela economia cafeeira, evidenciavam-se no Brasil os primeiros atos institucionalizando-a como atividade de iniciativa do poder estatal, seguindo interesses privados oligárquicos”.

Em 1912, através do Decreto 9.672 e Lei 2.544, a pesca vinculou-se ao Ministério da Agricultura que normaliza a atividade. Posteriormente, em 1914, através do Decreto nº. 10.798, a fiscalização da atividade pesqueira foi vinculada à inspetoria de Porto e Costas da república. Entre as metas encontravam-se a fiscalização, a inspeção e superintendência de todos os serviços a cargo das capitarias dos portos, que lhe eram diretamente subordinados

Até o ano de 1950, não existia um planejamento de metas para a pequena pesca. Somente a partir do governo Juscelino Kubistchek é que se iniciou propriamente o desenvolvimento industrial com um período de planejamento e planos (BORGES, 2007). Em 1961, com a promulgação do Decreto-Lei nº 50.872, foi criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca (CONDEPE), passando a Divisão de Caça e Pesca a ser executora

das recomendações daquele Conselho. Os objetivos do conselho eram elaborar o plano plurianual da pesca e programas para a formação de técnicos e profissionais na área de pesca, promover a assistência social aos trabalhadores da pesca, dar isenção fiscal às indústrias para a construção de barcos de pesca e ampliar o mercado de consumo dos grandes centros demográficos e cidades do interior.

Um ano depois, em 1962, através da Lei Delegada nº 10, criou-se a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, visando o desenvolvimento da pesca com grandes objetivos, entre os quais a elaboração do plano nacional de desenvolvimento da pesca, o “Plano de Metas da Pesca”. Cabia também à SUDEPE assistir técnica e financeiramente os empreendimentos da pesca, realizar estudos para o aprimoramento das leis, a fiscalização com base nos códigos de pesca inclusive coordenação de programas de assistência técnica nacional e estrangeira. Ainda em 1962, foi elaborado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Pesqueiro.

O Decreto-Lei 221, em 1967, traçou o divisor de água para a atividade pesqueira no Brasil. Definiu-se a indústria pesqueira como indústria de base. A atividade antes restrita encontrava respaldo nos incentivos fiscais para a possibilidade de concentrar, modernizar, dinamizar e expandir a indústria do setor, participando de uma industrialização pesada. O Decreto-Lei isentava até 1972 impostos sobre importações, produtos industrializados, taxas aduaneiras para a importação de embarcações de pesca, equipamentos, e também máquinas, aparelhos, instrumentos e apetrechos de pesca. Operava-se a fabricação de bens de produção destinados à indústria de pesca, aprovados pelos órgãos subordinados à comissão de Desenvolvimento industrial do ministério da indústria e comércio. Neste mesmo ano o senado federal aprovou o decreto nº. 60.401 e com ele o programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro no Brasil (PDP) e a comissão de pesca.

O Decreto-Lei nº 221/67 no artigo 1º prescrevia que “para os efeitos deste Decreto-Lei define-se por pesca todo ato tendente a capturar ou extraír elementos animais ou vegetais que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida” (SILVINO, 2009). Essa disposição é ainda utilizada para diversos atos normativos federais de hierarquia inferior que tratam da atividade de pesca. Contudo, o Decreto-Lei nº 221 de 1967 não conceituou pescador artesanal, restringindo-se ao pescador profissional.

Em 1973, foi criado, em convênio com o Ministério da Agricultura/INCRA/BNCC e SUDEPE, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCAT), com o objetivo de

prestar assistência técnica aos pescadores e às suas organizações. Através deste plano, muitas colônias foram reorganizadas administrativamente. Pela Portaria nº 471 do Ministério da Agricultura foram aprovados os novos Estatutos para as Colônias de Pescadores. Na década de 80, o Decreto nº 85.394/83 criou o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro e incluiu em sua estrutura uma Coordenação de Extensão, com o objetivo de prestar assistência técnica aos pescadores artesanais. O serviço anteriormente prestado pelo PESCART foi absorvido pelo novo órgão.

Em 1989 com a promulgação da Lei nº 7.735 que criava o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis e extinguiu a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, o fomento e o ordenamento da pesca passou para este Instituto. Com a extinção da SUDEPE e a transferência de suas atividades para o IBAMA, foram suspensos os trabalhos relativos ao fomento pesqueiro e coleta de dados estatísticos. A produção pesqueira passou a ser marginalizada e predatória em função mesmo da filosofia protecionista da nova entidade. Essa nova política trouxe muitos prejuízos para a atividade pesqueira perdendo-se espaço nos acordos internacionais para conservação de estoques.

Dez anos depois, através da Medida Provisória nº 1.795/99, as atribuições de fomento da Pesca e Agricultura passou a ser responsabilidade do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, através das Delegacias Federais de Agricultura (DFAs), nos respectivos Estados da federação, tendo uma coordenação através do Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA). Em 2003 a Medida Provisória nº 103 criava a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, órgão com caráter de ministério, visando assessorar direta e indiretamente o presidente da República na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e aquícola no País. Em julho de 2009, a Lei nº 11.958 transformou a Secretaria em Ministério da Pesca e Aquicultura.

2.5 O pescador artesanal e as políticas de meio ambiente

Apesar de recentes, as ciências ambientais dispõem de expressivas produções literárias, pesquisas e trabalhos científicos, sobre o gerenciamento costeiro. Alguns Estados litorâneos deram especial atenção à conservação ambiental da zona costeira em suas Constituições, uns de forma mais específica e outros de forma mais geral.

A Constituição Federal, no artigo 225, § 4º, dispõe: “[...] a Zona Costeira é patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais” (BRASIL, Constituição Federal, 2009, p. 1).

Essa regra constitucional é importante porque indica ao administrador público e à comunidade em geral que o desenvolvimento econômico não deve ser predatório, como torna claro que a gestão do litoral não deve interessar apenas às comunidades locais, mas a todo cidadão brasileiro, pois se trata de “patrimônio nacional”.

A Lei nº 7.661/88, de 16 de maio de 1988, em seu artigo 2º parágrafo único considera “Zona Costeira o espaço geográfico de interação do ar, do mar e da terra, incluindo seus recursos renováveis ou não, abrangendo uma faixa marítima e outra terrestre, que serão definidas pelo Plano” (BRASIL, Lei nº 7.661/88, 2009, p. 1).

A Resolução nº 1, de 21 de novembro de 1990 da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), aprovou o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). O Plano foi submetido, antes de sua aprovação, ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). Essa Resolução define Zona Costeira como:

A área de abrangência dos efeitos naturais resultantes das interações terra-mar-ar; leva em conta a paisagem físico-ambiental, em função dos acidentes topográficos situados ao longo do litoral, como ilhas, estuários ou baías; comporta, em sua integridade, os processos e interações características das unidades ecossistêmicas litorâneas; e inclui as atividades sócio-econômicas que aí se estabelecem (BRASIL, PNGC, 2009, p. 1).

A Zona Costeira compreende um sistema geográfico com características especiais. por sua acentuada produtividade orgânica, com áreas propícias à maricultura e à pesca (BRASIL, PNGC, 2009). Assim, o espaço conceituado como ZC - Zona Costeira encontra-se sujeito a um regime especial de autorizações e de estudo de impacto como também de conservação ambiental, segundo as prioridades estabelecidas na Lei 7.661/88 e pelo Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC). Os Planos Estaduais de Gerenciamento Costeiro não poderão desconsiderar e nem descumprir as normas gerais contidas no PNGC.

- Áreas Degradadas: segundo Reis *et al.* (1999) é a área que sofreu impacto, sem capacidade de retornar ao estado original, ou ao ponto de equilíbrio, pelos meios naturais. Já a degradação ambiental corresponde à perda ou a redução de

propriedades físicas, químicas e biológicas que comprometam a estabilidade de um ecossistema (RODRIGUES, 2002).

- Áreas Perturbadas: área que após o distúrbio ainda mantém meios de regeneração biótica (KAJEMYAMA *et al.*, 1992). Diferente das áreas degradadas, a área perturbada tem a capacidade de regeneração natural (acrescida, ou não, de ações para acelerar, incrementar e mesmo garantir o processo) ou a um novo patamar de organização interna (RODRIGUES, 2002).
- Educação ambiental e pesca artesanal: a educação ambiental tem hoje uma função vital para o indivíduo, não só para a proteção do meio em que vive, mas principalmente, como forma de assimilação da realidade, além de ser culturalmente útil para a sociedade como expressão dos atuais ideais comunitários.

No decorrer dos anos ocorreu uma transformação do meio ambiente, aumentando a preocupação da sociedade com a qualidade de vida no planeta. Esse fato fez com que se tivesse a ideia de “criar e definir a educação ambiental e sua importância” (SOARES *et al.*, 2002, p. 1). Dentre os conceitos de Educação Ambiental, Soares *et al.* (2002) sugerem a descrição da UNESCO (1977), internacionalmente aceita e recomendada desde 1970 (Conferência de Educação Ambiental, em Nevada-USA), sendo ainda hoje a mais utilizada:

A educação ambiental é o processo de reconhecimento de valores e elucidação dos conceitos que levam a desenvolver as habilidades e as atitudes necessárias para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios físicos. A E.A. também envolve a prática para as tomadas de decisões e para as auto-formulações de comportamentos sobre os temas relacionados com a qualidade do meio ambiente.

Para Pereira (2008, p. 1), “a educação ambiental possui entre suas prioridades, e como tarefa por excelência, a construção de uma nova racionalidade no uso dos recursos naturais bem como da condição saudável de vida entre os seres humanos”. É, portanto, o indivíduo que desde criança vai construindo os parâmetros de sustentabilidade ambiental. Nesse contexto, a educação ambiental ganha um espaço como uma ferramenta de construção de uma nova consciência.

Por sua vez, a educação ambiental como prática social entre os pescadores artesanais, como explica Pereira (2008, p. 1), evidencia que “a mudança na atividade pesqueira vem causando consequentemente maiores danos ao ambiente, agravando assim a

situação do estoque e comprometendo safras futuras". Segundo o autor esse fato traz como consequência uma "situação de pobreza das comunidades de pescadores e os coloca numa situação de vulnerabilidade social tornando-se um desafio ainda maior do ponto de vista da educação ambiental". A esse respeito, Pereira (2008, p. 1) acentua que,

A competição pela captura das espécies, a qual é preciso salientar, está diminuindo a cada ano fazendo com que as relações sociais se alterem e o contato com a natureza não se traduza numa vocação imediata para a defesa da sustentabilidade da atividade e do meio. A necessidade de alimento imediato a sua família parece ser um obstáculo às propostas que visam diminuir o esforço de pesca e usar petrechos mais adequados à preservação. Uma situação está intrinsecamente ligada à outra, pois quando se tem pouco recurso pesqueiro é preciso usar redes com malhas mais finas e pegar espécies menores para obter resultados similares aos de uma situação anterior.

Até mesmo a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99) tem encontrado dificuldades de se afirmar na sociedade brasileira, haja vista "a falta de capilaridade, isto é, da capacidade de fazer chegar suas ações o mais próximo possível dos cidadãos, a escassez de recursos financeiros e de pessoal, assim como falta de uma base legal revisada, consolidada e implementada" (PEREIRA, 2008, p. 1).

A complexidade dos problemas ambientais é maior quando se pensa em uma proposta de Educação Ambiental, isto porque problemas ambientais não decorrem "do número de pessoas existentes no planeta, e sim estão ligados à forma como o homem se organiza e produz em sociedade" (PEREIRA, 2008, p. 1). Nesse sentido emerge a necessidade de se investir em propostas de Educação Ambiental como ferramenta possibilitadora não apenas de conhecimento, mas, sobretudo de subsídio para trabalhar com questões pertinentes não somente aos conhecimentos básicos, como também à preservação do meio ambiente ligada às atividades pesqueiras, explorando-as enquanto forma de participação comunitária.

Pereira (2008, p. 80) afirma que as políticas públicas de educação ambiental relacionadas à pesca convidam à reflexão do papel dos Conselhos e Fóruns paritários de Meio Ambiente nos municípios, tendo como medida a participação popular. Torna-se necessário articular, junto com uma proposta de educação ambiental, um conjunto de medidas para o saneamento urbano.

Assegurar a educação ambiental de pescadores artesanais "significa estar articulado com lutas sociais, com a expectativa da emergência de atores sociais, com a preservação e o reconhecimento de processos reversíveis e outros irreversíveis e com as relações econômicas de forma crítica" (PEREIRA, 2008, p. 1).

Nesse sentido, a educação ambiental que reproduz formas de expropriação e exploração e mantém o *status quo*, não é objetivamente viável por ser uma educação comportamentalista. O ideal é que essa educação seja, ao mesmo, tempo transformadora e libertadora (PEREIRA, 2008). Sartre (BRANDÃO, 2003 *apud* PEREIRA, 2008, p. 79) coloca que o principal não é o que foi feito do homem, mas o que ele faz daquilo que fizeram dele.

É, portanto, sob novos parâmetros que as comunidades de pescadores devem compreender a articulação entre os poderes na sociedade e “o papel da política numa situação de desigualdade social como no Brasil” (PEREIRA, 2008, p. 79).

CAPÍTULO 3

O TERRITÓRIO PRAIA DO PEREQUÊ

3.1 Contexto territorial em que se insere a Praia do Perequê

A Praia do Perequê localiza-se no município de Guarujá e resulta de um contexto territorial marcado por irregularidades nas edificações e no parcelamento do solo. Ao longo do processo de ocupação, os moradores das comunidades caiçaras e os primeiros migrantes que ocupavam a orla foram sendo sistematicamente empurrados para os manguezais, pelo mercado capitalista de terras, movido pelo poder econômico e sem nenhum óbice pelo poder público.

A segregação social e espacial tem sido uma característica básica de muitas cidades litorâneas. Esta distribuição desigual é resultante da diferenciação da capacidade econômica, cultural e da herança social, ocorrendo mais frequentemente no ambiente urbano. A apropriação do espaço urbano na Praia do Perequê reflete esta desigualdade e diferenciação social, assim como também reforça e a reproduz.

O direito à cidadania, assim como o respeito ao indivíduo, relaciona-se à condição socioeconômica que favorece a distinção de tipos de cidadania. Koga (2003, p. 79) afirma que “os lugares de exclusão e pobreza revelam uma composição cada vez mais sólida, onde formam um verdadeiro mar de ‘déficit de cidadania’, em torno de algumas ilhas de inclusão e riqueza”.

Na Praia do Perequê a formação de um espaço urbano marcado por grandes diferenças na oferta de infra-estrutura e serviços essenciais, provocou a criação de áreas privilegiadas e de exclusão. O espaço urbano destinado aos pescadores artesanais pela falta de apoio do Poder Público e legislação, reforçou e acentuou diferenças, sobretudo na falta de saneamento básico, déficit habitacional crescentes, etc.

3.1.1 Significado etimológico, espaço físico e população⁷

O significado do nome Perequê é ‘Pira-Ikê’, ou seja, ‘entrada de peixe’. É na Praia do Perequê que se pode encontrar o caiçara autêntico do litoral paulista. No que diz respeito à sua importância histórica, ela se inicia a partir do século XVIII, com a construção da Capela dos Escravos.

Recanto de pescadores, a praia do Perequê possui diversas comunidades caiçaras. O comércio é constante na orla, em específico do setor gastronômico. Por volta do século XVIII, nesta praia foi construída a Capela dos Escravos. Localizada no município de Guarujá, também denominado Ilha de Santo Amaro, no litoral do Estado de São Paulo, a 82 quilômetros da capital, a praia de Perequê fica a oeste da ilha, com uma extensão de 2.200 metros.

O relevo da praia do Perequê decorre de sua situação geográfica, constituída por regiões acidentadas. A área urbana de Guarujá foi desenvolvida em locais planos, com pequenas diferenças de cota entre os pontos altos e os baixos. Muitas das áreas do município foram ligadas aos mangues, através de aterros. A área ocupada é de 138 km². O acesso marítimo à praia de Perequê fica a 6 km da Vila do Abraão. Para se chegar à praia do Perequê utiliza-se a Rodovia Ariovaldo de Almeida Viana (SP-61), conhecida como Estrada Guarujá-Bertioga.

O clima é intertropical, ou seja, quente e úmido, com temperaturas que variam entre 38° C (máxima) e 10° C (mínima). A sede municipal encontra-se em uma altitude média de 2,00 metros acima do nível do mar. As coordenadas geográficas são: 23° latitude sul, 46°15 longitude oeste.

No que se refere ao número de habitantes, segundo o censo 2000 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população fixa da cidade de Guarujá é de 265.155 habitantes. A população flutuante, composta por veranistas e turistas, nos finais de semana e temporada de férias (meses de julho e dezembro a março) gira em torno de 740.000 pessoas. Deste total, 136.830 pessoas residem no distrito de Vicente de Carvalho e 128.325 em Guarujá. Na praia do Perequê a população estimada gira em torno de 10.000 habitantes.

⁷ Os dados constantes deste item têm como fonte o acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá, disponível em: <www.portaldoguaruja.com.br/sys/templates/v2/canal.asp?canal=138>. Acesso em: 22 abr. 2009.



Figura 4 - Praia do Perequê - Guarujá

Fonte: Google Maps (2009)

4.1.2 Contexto histórico

Depois de sua descoberta, o Brasil ficou por muito tempo abandonado, pois o interesse prioritário de Portugal eram as Índias, como também, descobrir o maior número de colônias possíveis, visando concorrer com a Espanha na corrida marítima, as duas grandes potências da época.

O nome da Ilha - Santo Amaro - teve origem no nome da capitania que abrangia toda a extensão da ilha e terras vizinhas, limitadas pela Capitania de São Vicente. A ilha só passou a ser chamada efetivamente ilha de Santo Amaro a partir da construção da Capela de Santo Amaro, localizada pouco atrás da Fortaleza da Barra Grande, construção realizada por José Adorno em 1540.

A Vila foi inaugurada em 2 de setembro de 1893 pelo Dr. Elias Fausto Pacheco Jordão. Em 1926, a Vila de Guarujá foi alçada a condição de Prefeitura Sanitária, sendo nomeado como prefeito Juventino Malheiros. Em 1931, o interventor federal extinguui a Prefeitura Sanitária e Guarujá foi integrada ao Município de Santos, situação que perdurou até 1934 quando o governador do Estado, criou a Estância Balneária de Guarujá, com Prefeitura

subordinada ao Estado. Com a Lei Orgânica dos Municípios, promulgada em 18 de setembro de 1947, passou a município e teve sua primeira eleição para Prefeito. Em 1953, a antiga Vila Itapema passou a Distrito, recebendo o nome de “Vicente de Carvalho”, em homenagem ao poeta santista.

Conhecida internacionalmente por suas belezas naturais, praias e paisagens sofisticadas, a cidade recebia personalidades da sociedade paulista e atraía milhares de turistas interessados pela beleza de seus recursos naturais. Anos mais tarde, Guarujá viria a sofrer as consequências da exploração imobiliária, com o crescimento populacional e urbanização desordenados. Francisco (2007) complementa que a ocupação urbana se deu ao longo da orla marítima e que foi destinada principalmente às classes altas.

3.1.3 Roteiros turísticos

O roteiro da arquitetura passa por prédios e casas com valor arquitetônico, apresentando informações sobre autores dos projetos, história e desenvolvimento da cidade. O percurso é realizado no máximo em duas horas, com parada na casa da artista plástica Wega Néri. No Recanto do Tortuga, na Praia da Enseada, há infra-estrutura para esqui aquático, *windsurf*, vela e *jet-ski*. Por toda a costa existem vários pontos de mergulho como a praia do Guaiúba, Ponta das Galhetas, Praia das Astúrias, Praia do Éden, Costeira do Sorocotuba, Praia de Pernambuco e Prainha Branca, próximo à ilha.

Na praia do Perequê, as chamadas oficiais para efeito de atrair os turistas classificam a praia como uma acolhedora vila de pescadores, onde se pode encontrar o autêntico caiçara do litoral. Local para consumo de petiscos e restaurantes com grande variedade de pratos à base de frutos de mar e ponto de partida para passeios de barco pela costa do município. A existência da Capela dos Escravos, construída no século XVIII e a procissão marítima no dia de São Pedro, são outros eventos citados. Diversas bancas de venda de peixes e camarão são muito visitadas pelos turistas.

3.1.4 Tradições e manifestações culturais dos pescadores artesanais da Praia do Perequê

Na Praia do Perequê, as tradições e manifestações culturais acompanham às do município de Guarujá. As principais festas que acontecem em Guarujá possuem mote religioso. As procissões marítimas de São Pedro, realizada no dia 29 de junho na Praia do

Perequê, e a de Santa Cruz dos Navegantes, no dia 15 ou 16 de agosto, na praia de mesmo nome, são as principais.

Relacionada à pesca, a Procissão Marítima de São Pedro é a principal atividade tradicional. O objetivo é homenagear São Pedro, santo protetor dos pescadores. Tem início com uma procissão terrestre, levando a imagem do santo desde a Capela de São Pedro até a Praia do Perequê, onde tem início a procissão marítima, com diversos barcos enfeitados levando a imagem em alto mar. Os barcos que participam da procissão concorrem a um prêmio, que é conferido ao barco com o enfeite mais bonito. A celebração de missa e outras atividades como shows, fazem parte da comemoração.

Também se encontra nesta praia a Capela dos Escravos, na Fazenda Perequê, construída no século XVIII e restaurada pelo Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Em 29 de Junho, no dia de São Pedro, é realizada a Procissão Marítima. As festas juninas também se destacam em vários bairros da cidade, como Vicente de Carvalho, Vilas Zilda e Santa Rosa. As festas juninas, promovidas pela Prefeitura, iniciam-se em meados de junho e estendem-se até o final de julho. Outras festas são as Folias de Reis, a Capoeira, o Pau de Fita, Iansã, Omulu, Reisado Bumba-meu-Boi, Forrós, Grupo de Chorinhos, Conjuntos de Serenata e outras.

O Folclore de Guarujá vem sendo pesquisado desde 1968, pela Comissão Municipal de Folclore e Artesanato e a Associação de Folclore e Artesanato de Guarujá, com divulgação através do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal, além da grande contribuição dos estudos da baronesa Esther Sant'anna de Almeida Karwinsky.

Um evento tradicional é o Festival de Folclore de Guarujá, realizado no mês de agosto. A programação inclui apresentações de artefatos do artesanato autêntico de regiões do Brasil e de outros países, bem como a comemoração do Dia Universal do Folclore em 22 de agosto.

O Dia do Zumbi, 20 de novembro, também é uma data comemorada em Guarujá, que conta com uma vasta riqueza de grupos folclóricos, como o Pau de Fita de Santa Cruz dos Navegantes, Reisado e Bumba-meu-Boi de sergipanos radicados no Guarujá, Conjunto de Seresteiros da ABRASTI e Chorinho Quadra e Az de Dilermano, em Vicente de Carvalho. A prática da Capoeira se faz presente em Guarujá pelas associações de Mestre Sombra, Mestre

Sombrinha, Pedrinho e outros que ministram cursos e se apresentam em festividades folclóricas em Guarujá.

Dentre as manifestações de religiosidade popular, destacam-se o Dia de Santo Amaro, padroeiro da Cidade, festejado em 15 de janeiro com procissão, missa e shows populares, e a procissão de *Corpus Christi*, em junho, quando se enfeitam as ruas por onde passa a procissão.

3.2 Dificuldades sociais, ambiental-legais e econômicas

A Praia do Perequê abriga uma comunidade de pescadores que se dedica à pesca do camarão e de peixes diversos. Há, contudo, uma diferença entre esses pescadores, pois os de camarão são em sua maioria migrantes provenientes de Santa Catarina e do nordeste, enquanto os de peixe são principalmente caiçaras nascidos no local.

As dificuldades sociais, ambiental-legais e econômicas dos pescadores são muitas. Conforme Tortoriello Messias⁸, o analfabetismo é um dos principais problemas do cotidiano, atingindo 70% dos pescadores artesanais, o que dificulta iniciativas de fortalecimento e representação da categoria. De igual forma, prevalece o desprestígio profissional e exclusão social. Contudo, esta não é a realidade dos pescadores artesanais de Perequê, pois conforme os resultados da pesquisa, a grande maioria tem o curso fundamental incompleto.

A esse respeito Francisco (2007, p. 1) analisando o nível de escolaridade dos pescadores da Praia do Perequê, observou que “72% dos pescadores de peixe e 71% dos pescadores de camarão têm o ensino fundamental incompleto”. Esses dados obtidos pela autora em 2007 confirmam os resultados da pesquisa atual.

O Sindicato dos Pescadores de São Paulo e estudiosos do setor afirmam que não há cursos de capacitação profissional em pesca artesanal e/ou industrial, o que prejudica a reciclagem desses profissionais e inibe a formação de novos. Araújo Filho, Presidente do Sindicato dos Pescadores de São Paulo salienta que o pescador artesanal pode ser comparado ao índio, pois “todo mundo fala, tem pena, mas ninguém resolve nada”. Há alguns anos parlamentares da região conseguiram aprovar emendas no valor de R\$ 200 mil para a capacitação desses pescadores. O dinheiro foi liberado para uma fundação ligada ao Governo

⁸ Assessor da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca - SEAP, durante palestra no IV Oceanoarte, promovido pelo Centro Universitário Monte Serrat (Unimonte) em 16 de setembro de 2008.

do Estado, que não promoveu curso algum. Enquanto isso, muitos desconhecem técnicas de manipulação do pescado ou têm embarcações caindo aos pedaços (ARAÚJO FILHO, 2009). Outra dificuldade apontada é a ação dos atravessadores e a falta de recursos disponíveis de transporte e estrutura para armazenamento. Contudo, apesar do tratamento desprestigiado, o pescador artesanal responde por uma parte considerável da produção pesqueira nacional⁹, embora a região não proporcione qualquer suporte ou incentivo ao pescador artesanal, peça fundamental na cadeia produtiva, cujos principais núcleos mínguam gradativamente.

Em pesquisa realizada sobre a “viabilidade econômica da pesca de camarão sete-barbas com embarcação de pequeno porte na Praia do Perequê, Guarujá, Estado de São Paulo”, Souza *et al.* (2009, p. 1) concluem que:

- a) O investimento em novas embarcações para pesca de camarão sete-barbas deve considerar a capacidade de suporte do recurso e os condicionantes ambientais, que são fatores de risco à manutenção da produção nos níveis atuais. Os órgãos governamentais já vêm discutindo a necessidade de controle do esforço de pesca sobre esse recurso.
- b) O alto custo de produção, apesar da prática do subsídio governamental ao óleo diesel, parece estar funcionando como uma eficaz ferramenta para controle da dimensão da frota.
- c) Teoricamente, porém, há margem para um rearranjo de preços, uma vez que os pescadores da comunidade do Perequê não negociam o pescado fora da própria praia e áreas adjacentes, o que limita as suas possibilidades de ganho.

Souza *et al.* (2009, p. 1) recomendam que para melhor desempenho econômico dessa atividade extrativista, a implementação de medidas como “a criação de cooperativa comunitária para beneficiamento do pescado produzido; o aproveitamento da casca do camarão e da fauna acompanhante para a indústria; venda direta do camarão para os elos da cadeia produtiva que atuam no varejo (restaurantes, supermercados, peixarias)”, ao eliminar atravessadores, poderia resultar em maiores ganhos para esses pescadores e para a comunidade em geral.

A pesquisa realizada pela Unidade Laboratorial de Referência em Tecnologia do Pescado (ULRTP) - vinculada ao Centro Avançado de Pesquisa Tecnológica do Agronegócio do Pescado Marinho/ Instituto se Pesca - Santos, no trabalho intitulado “Diagnóstico do Perfil de Profissionais da Pesca Artesanal de Itanhaém/SP”, identificou algumas necessidades, tais como maior capacitação profissional sobre as diferentes técnicas de pesca, práticas de manipulação do pescado, na área de qualidade e/ou sanidade no processamento do pescado,

⁹ Não há registros oficiais sobre os valores da produção pesqueira artesanal no município de Guarujá (Praia de Perequê).

na manutenção das embarcações e na comercialização e empreendedorismo. Como também, treinamentos e seminários sobre associativismo e cooperativismo visando o fortalecimento da colônia, acesso às linhas de crédito disponíveis, legislação, pesca responsável e sustentabilidade ambiental.

Conclui a pesquisa, citando que é necessário o estabelecimento de parcerias nas áreas de saúde (como a viabilização de atendimento médico e dentário para associados à Colônia), de educação (inclusão digital) e de suporte jurídico. Como falta ainda apoio e suporte na formação de estratégias para adequação das estruturas de manipulação e comercialização do pescado existente (boxes), expansão dos módulos de boxes para atendimento a um maior número de profissionais, bem como para implementação de fábrica de gelo e de estrutura para armazenamento de pescado.

3.3 Atividades de pesca em Perequê

As pescas comerciais de sardinha, camarão e coleta de ostras começaram a se desenvolver na região estuarina de Iguape-Cananeia. Pescadores motorizados de Santa Catarina começaram a pescar camarão sete-barbas e outros peixes já na faixa costeira. Por sua vez, alguns caiçaras adquiriram motores e passaram a explorar ambientes costeiros além das barras.

Na região Norte, traineiras vindas do Rio de Janeiro e Santos introduziram a pesca industrial invadindo o espaço territorial dos pescadores artesanais. A partir daí, a dependência com negociantes e atravessadores de pescado das cidades se tornou maior. Na década de 60, o turismo e a especulação imobiliária deram início a uma violenta pressão sobre as terras das comunidades caiçaras, localizadas em lugares, em geral, de grande beleza cênica e potencial turístico (SILVA, 2004). Contudo, não houve por parte do Poder Público quaisquer iniciativas no sentido de promover segurança e melhorias aos pescadores artesanais.

Somente a partir de 2003, através da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), com o objetivo de “[...] promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial” (NISHIDA; NORDI; ALVES, 2008, p. 1), se iniciaram algumas poucas atividades, visando melhorar as condições da pesca artesanal. Contudo, os pescadores artesanais continuaram a sofrer a invasão de suas áreas de pesca pela frota pesqueira industrial.

O declínio da pesca é apontado pelos pescadores migrantes como um dos principais motivos para deixarem seus locais de origem. Diversos pescadores catarinenses, que se estabeleceram no Perequê relataram que se deslocavam muito em busca do pescado. Ao perceberem que a pesca local era mais abundante que no local de origem se estabeleceram no bairro. As primeiras famílias catarinenses acabaram por atrair outros parentes que estabeleceram um núcleo próximo ao manguezal local. Outros migrantes vieram em busca de melhores empregos ou procurando novos locais para viver.

Nesse sentido, os espaços territoriais dos pescadores foram reduzidos, quer pela especulação imobiliária, que provoca o uso conflitivo do espaço litorâneo, ou pela degradação ambiental que impede as espécies marinhas e estuárias de se recomponrem. Essa evolução põe em risco a diversidade marinha e a sobrevivência das comunidades pesqueiras (NISHIDA; NORDI; ALVES, 2008).

A pesca artesanal compreende produtores autônomos, que usam da força de trabalho, tendo sua produção destinada ao mercado. O que caracteriza, no entanto, a pesca artesanal não são apenas embarcações e instrumentos utilizados, mas as formas de organização social, havendo uma classificação em três tipos: a pesca artesanal avançada ou semi-industrial, a pesca artesanal tradicional e a pesca artesanal de subsistência (NISHIDA; NORDI; ALVES, 2008). Na praia do Perequê tem-se a pesca artesanal tradicional e a de subsistência, embora com o passar dos anos e a forte concorrência dos pescadores industriais tem surgido a pesca artesanal avançada ou semi-industrial.

Conforme esclarece Gianeli (2007, p. 1) “as técnicas utilizadas na pesca são adequadas ao ambiente de captura do pescado e a escolha de iscas relaciona-se com o hábito alimentar de cada espécie”. Em relação ao nível de conhecimento, a autora salienta que os pescadores de peixe e camarão demonstraram conhecimento similar sobre técnicas de pesca (GIANELI, 2007). Para o autor, essa similaridade pode ocorrer porque os dois grupos desenvolvem as atividades pesqueiras no mesmo local e entre as famílias de pescadores estão presentes membros que desenvolvem ambas as modalidades de pesca, o que pode propiciar a partilha do conhecimento. Em geral o conhecimento etno-ecológico é condizente com o conhecimento científico.

Nesse sentido, segundo Gianeli (2007, p. 1), pescadores de peixe e de camarão “conhecem o *habitat* e a dieta das espécies mais capturadas, como: robalo, tainha, corvina,

espada e garoupa. Ambos os grupos de pescadores fazem inferências sobre *habitat* e dieta a partir de aspectos morfológicos dos peixes". Sobre esse conhecimento, o autor assinala que:

Conhecimentos sobre migração e reprodução, foram mais escassos entre os pescadores estudados. Os pescadores apontam períodos específicos para a ocorrência de tainha, corvina e anchova: a tainha e a corvina que foram apontadas como espécies que se reproduzem no inverno, enquanto o robalo, o badejo e a garoupa se reproduzem em meses quentes. Essas espécies são de grande interesse comercial, o que pode explicar o conhecimento mais detalhado sobre elas em comparação com outras espécies menos conhecidas e de menor valor.

O autor conclui que há muitas características necessárias para a definição dos planos de manejo e fundamentais para o ambiente e à pesca local.

3.3.1 Equipamentos e embarcações

A frota pesqueira do Perequê tem aproximadamente 200 embarcações, mas enfrenta um declínio em sua produção. Para Valentini *et al.* (1991a, 1991b *apud* SOUZA *et al.* 2009, p. 30), a pesca de camarões é importante para a economia pesqueira no litoral Sudeste do Brasil.

Embora o camarão sete-barbas não tenha tido um declínio tão acentuado na produção como o camarão rosa, "a queda na sua produção é um fato e, já na década de 1970 Santos *et al.* (1973) alertavam para a necessidade de contenção do esforço pesqueiro dirigido a *X. kroyeri* (SOUZA *et al.*, 2009). Os autores alertavam que,

[...] além da regulamentação do petrecho de pesca, apenas o defeso (paralisação temporária da pesca) tem sido adotado pelo Poder Público como medida de gestão desse recurso. Por outro com a justificativa de equiparar o preço do óleo diesel com o praticado por outros países, o governo federal, por meio da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), subvenciona esse combustível, resarcindo os proprietários das embarcações cadastradas, após um determinado período, em até 25% do custo com o diesel. Ainda existe a isenção de 13% referente ao Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), concedida pelo governo de São Paulo, diretamente na bomba de combustível (SOUZA *et al.*, 2009, p. 30).

Entre os fatores apontados para esse declínio, encontra-se a atividade ilegal do uso de parelhas, ou seja, a pesca de arrasto, proibida pela legislação. No dia 01 de março de cada ano, entra em vigor o defeso (período de reprodução do camarão), e aí os pescadores artesanais ficam três meses vivendo apenas da venda do pescado, do seguro desemprego e de outras atividades extras à pesca.

O uso de embarcações por pescadores artesanais é bastante antigo. O processo de construção desses meios de transporte vem se perpetuando através das gerações, constituindo parte importante da cultura dessas sociedades. Esse tipo de conhecimento deve ser registrado e valorizado, pois o conhecimento de pescadores tem sido visto como uma fonte importante de informação para elaboração de planos de manejo (BORGES, 2008).

As embarcações utilizadas pelos pescadores artesanais foram evoluindo gradativamente, conforme o crescimento da pesca industrial, obrigando-os à se modernizar. De simples canoas, fabricadas pelos próprios pescadores, passou-se à utilização de barcos produzidos por pequenos estaleiros espalhados ao longo do litoral do Estado de São Paulo. Isto porque, como grande parte da floresta litorânea encontra-se em área de preservação ambiental, é proibida a extração de madeira.

Conforme esclarecem Castro *et al.* (2005) como resultado das dificuldades na construção de novas canoas, passou-se a usar chatas de alumínio, equipadas com motor de popa. Segundo os autores, “os insumos para a pesca - panagens de redes, cordas, boias etc. - são, geralmente, adquiridos no comércio local” (CASTRO *et al.*, 2005, p. 1). Contudo, devido à descapitalização do setor, a manutenção e reforma dos barcos passaram a ser feitas pelos próprios pescadores.

Usualmente, o motor dos barcos pesqueiros artesanais é a diesel ou gasolina, de potência entre 6 e 12 hps. As embarcações mais comuns são os botes-baleeiras, com dois tangones, geralmente maiores (7,5 a 9,3m), com ou sem casaria e potência de motor maior (10 a 90 hp). Conforme explica Mourão (2003), as baleeiras são de baixo custo operacional, recomendadas para a captura do camarão sete-barbas. O autor observa que os motores introduzidos pelos catarinenses devem-se não somente ao seu baixo preço e manutenção, como ainda ao manejo fácil. De igual forma, os equipamentos de navegação restringem-se a bússolas e rádios de curto alcance.

Alguns tipos de embarcações são utilizados na pesca artesanal na praia do Perequê, tais como canoas de madeira com comprimento de 6 a 10 m e motor de centro com 11 a 24 hp; canoas de fibra-de-vidro com 8 a 9 m; motor de centro com 11 a 24 hp; botes com 7 a 10 m e motor de centro com 9 a 36 hp, confeccionados com tábuas encaixadas de forma coplanar (*lisa*) e fundo quilhado ou chato (*plano*), algumas com guincho e tangones (dois por embarcação, utilizados para tração das redes de arrasto pelo costado); bateirinhas com 3,5 a 5 m, propulsão a remo, fundo chato que atuam sozinhas ou auxiliam as embarcações

motorizadas quando da pesca nos estuários, muitas vezes transportadas como salva-vidas de embarcações do tipo baleeira, na pesca em plataforma; bateiras com menos de 8 m, motor de centro com 11 hp ou superior, construídas com tábuas de madeira coplanares (*lisas*) ou imbricadas (*escamadas*), algumas com guincho e tangones; baleeiras com 8 a 13 m, motor de centro com 22 a 115 hp, a maioria com tábuas de madeira coplanares (*lisas*), todas com casario, convés, tangones e guincho, muitas com geladeira e banheiro (BORGES, 2009).

3.3.2 Navegação

Um dos grandes problemas dos pescadores da praia do Perequê tem sido a falta de normatização da pesca artesanal e industrial. Conforme o Departamento de Imprensa da Prefeitura Municipal de Guarujá, o Instituto Maramar mais a Prefeitura local resolveram alguns dos problemas frequentes entre pescadores artesanais e industriais: definição das “áreas de criação, de pesca, de aquicultura e de defeso”; definição dos locais de proibição para “a pesca de arrasto (camarão) e a pesca de parelha (barcos de pesca que praticam a pesca de arrasto, capturando todo tipo de espécie marítima)”. Essa construção de zonas de pesca no mar integra “uma política de disciplinamento inédita na região”.

Gandini (2006) explica que “com a criação das zonas, os conflitos existentes entre as diferentes frotas de barcos atuantes na região pode ser amenizado ou até dirimido”. Isto porque, uma das reivindicações dos pescadores é a de se criar zonas específicas para grandes e pequenos barcos. Ou seja, “grande barcos conseguem entrar em águas rasas, mas os pescadores do Perequê, com barcos menores, não conseguem ir para águas mais fundas. Limitar o acesso de outros barcos contribui para a sustentabilidade dos estoques pesqueiros”. O zoneamento marítimo, além de necessário na maioria das praias do litoral brasileiro, tem como objetivo melhorar a produção de camarão e peixes, preservando áreas de criação e desova.

Mas apenas criar as zonas específicas não é suficiente, é necessário que haja vontade em se fazer cumprir a lei, pois a grande maioria dos problemas não é pela inexistência de leis, mas sim pela falta de fiscalização e de seu cumprimento.

3.3.3 Produção e comercialização

As principais fontes de receita da Praia do Perequê são a pesca e o comércio, este último como consequência do turismo. Os pescadores artesanais já produziram, em outros tempos, 30 toneladas de camarão por dia. Atualmente a produção é pequena, mal conseguindo abastecer o mercado local e as unidades de processamento instaladas no núcleo. Os pescadores artesanais sofrem a concorrência de outros centros, especialmente de Santos, onde se pesca em abundância e abastece-se o varejo.

O camarão sete barbas, a pescada amarela, a tainha e o robalo ainda são vendidos pelos artesãos, mas em quantidades reduzidas. A pesca já viveu tempos melhores, pois hoje a produção pesqueira local é de uma ou duas toneladas por dia de camarão.

A pesca industrial estimada do Estado de São Paulo em 2007, representa 10,4% em relação à produção nacional industrial, enquanto a pesca artesanal representa apenas 2,8% (Tabela 1). Em relação ao total/tonelada nacional, a pesca industrial e artesanal representa um percentual de 5,5%.

Tabela 1 - Produção pesqueira (Marítima e Continental) estimada em 2007

PESCA EXTRATIVA			
	Industrial (t)	Artesanal (t)	Total tonelada
Brasil	277.364,5	505.812,0	783.176,50
São Paulo	28.982,0	14.485,0	43.467,0

Fonte: IBAMA (2007).

A produção pesqueira por espécie (peixes, crustáceos e moluscos), industrial e artesanal marítima, no litoral paulista em 2007, deixa evidente a diferença entre os dois tipos de pesca (Tabela 2).

Tabela 2 - Produção pesqueira marítima por espécie no Estado de São Paulo

Principais Espécies	Total (t)	Industrial (t)	Artesanal (t)
Peixes	29.585,0	26.794,0	2.791,0
Crustáceos	2.604,5	1.932,0	672,5
Moluscos	1.189,0	256,0	933,0
Total Geral	33.378,5	28.982,0	4.369,5

Fonte: IBAMA, 2007.

A produção estimada obtida pela aquicultura (produção de organismos aquáticos em cativeiro, peixes, crustáceos, moluscos, quelônios e anfíbios) no ambiente marinho em 2007 no Estado de São Paulo, representa apenas 0,17% da produção nacional, e no ambiente continental 11,15% (Tabela 3). Em relação ao total/tonelada nacional, a produção obtida pela aquicultura no Estado de São Paulo representa um percentual de 8,17%.

Tabela 3 - Produção pesqueira estimada em 2007

AQUICULTURA			
	Marinha (t)	Continental (t)	Total tonelada
Brasil	78.405,0	210.644,5	289.049,5
São Paulo	137,0	23.490,5	23.627,5

Fonte: IBAMA (2007).

Nas regiões Sul e Sudeste a pesca industrial predomina em alto percentual sobre a pesca artesanal, representando em Santa Catarina 92,64%, São Paulo 86,82%, Rio de Janeiro 74,99%, sendo menos expressiva apenas no Rio Grande do Sul com 55,06%. Nos estados do Norte e Nordeste ela é inexpressiva ou inexistente como no caso da Bahia e Maranhão (Tabela 8)

Tabela 4 - Produção pesqueira marítima estimada em 2007 nos 10 maiores estados produtores

PESCA EXTRATIVA			
	Industrial (t)	Artesanal (t)	% industrial
Santa Catarina	138.162,5	10.968,0	92,64
Rio de Janeiro	61.892,0	20.636,5	74,99
Pará	5.177	60.283,0	7,90
Bahia	0	44.932,0	0
Maranhão	0	41.839,5	0
São Paulo	28.982,0	4.396,5	86,82
Rio Grande do Sul	12.991	10.602,0	55,06
Espírito Santo	8.251,0	13.508,0	37,91
Rio Grande do Norte	6.186,5	11.971,0	34,07
Ceará	706,0	17.214,0	3,93

Fonte: IBAMA (2007).

Ferreira (2006 *apud* SOUZA, 2007), em pesquisa com apoio da *Fisheries and Food Institute* (FIFO), estudou a nomenclatura e o conhecimento ecológico sobre espécies de camarão pelos pescadores da praia do Perequê. O autor concluiu que pouco se sabe a respeito da ecologia e comportamento das diferentes espécies de camarão, o que vêm causando má exploração dos estoques pesqueiros, ocasionando declínio na produção. Segundo o autor, uma das alternativas para aumentar este conhecimento é através do uso da etnobiologia¹⁰. Este conhecimento pode ser utilizado para diversos fins, entre eles a criação de diretrizes para a exploração de determinados recursos pesqueiros.

Há, de acordo com Ferreira (2006 *apud* SOUZA, 2007), oito espécies científicas diferentes de camarão, as quais são descritas pelos pescadores por 15 nomes locais e taxados comercialmente como camarão-sete-barbas. Nesse estudo, os pesquisadores verificaram que os pescadores mais experientes apresentam maior conhecimento sobre características gerais das diferentes espécies estudadas. Já os pescadores mais jovens apresentam maior conhecimento sobre comportamentos ecológicos e reprodutivos dos camarões. Estes conhecimentos, quando comparados com a literatura científica, mostraram-se na maioria das

¹⁰ Ciência que estuda o conhecimento e conceitos sobre biologia desenvolvidos dentro de determinadas comunidades a respeito do mundo natural, do papel da natureza no sistema de crenças e da adaptação do homem a determinados ambientes, empregando uma metodologia própria.

vezes equivalentes, exceto em relação aos períodos de defeso de algumas espécies, que até o ano de 2006 possivelmente foram determinados de forma inadequada pelos órgãos oficiais.

Nesse sentido, a queda da produção do camarão-sete-barbas, principal recurso explorado pelos pescadores locais, e os problemas correlatos, como período de defeso e licenciamento de embarcações, repercutem sobre a situação financeira dos pescadores e de suas famílias. Por conseguinte, segundo o Instituto de Pesca (2006) há necessidade de se estabelecer algumas providências, como o estabelecimento de maior interação entre pescadores, instituições de pesquisa e órgãos gestores da pesca, visando permitir a continuidade da pesca de modo sustentável e a identificação da produção individual de cada pescador, para comprovação, quando necessário, de sua atividade profissional e renda. É também necessária a disponibilização desses dados para facilitar o acesso ao crédito oficial e à regularização profissional e elaboração de políticas públicas mais adequadas.

Usualmente, o armazenamento da produção pesqueira é feito utilizando-se gelo, em caixas de isopor ou carcaças de geladeira, e, por vezes, em *freezers*. As câmaras frias (0-5°C) são raras e “de propriedade de pescadores ou de suas associações, nas próprias praias” (CASTRO *et al.*, 2005, p. 1).

A comercialização, em geral, é direta com o consumidor ou com intermediários (peixarias, atacadistas, atravessadores). Não existe industrialização do pescado capturado. Toda a pesca de pequeno porte destina-se ao mercado e à subsistência. A pesca de subsistência é geralmente praticada com linha e anzol, rede de espera ou, eventualmente, como parte de outra atividade de pesca, principalmente cerco (CASTRO *et al.*, 2005). Conforme enfatizam Castro *et al.* (2005, p. 1) “a produção desembarcada da pesca artesanal, em geral, não é computada nas estatísticas oficiais, principalmente quando provém de locais distantes dos centros de comercialização”.

De igual forma, segundo Maldonado e Santos (2006, p. 327), na comercialização dos produtos pesqueiros predomina o sistema de intermediação do atravessador individual às empresas de compra e financiamento da produção. Por isso, no dizer dos autores “fica claro que são os intermediários que ditam os preços a serem pagos pelos produtos pescados”. Para os autores inexiste uma relação comercial direta entre o pescador com o mercado consumidor, não ocorrendo acumulação de valor ao pescado, que predispõe à informalidade. Para Diegues (1983) é a pesca artesanal que abastece a pesca industrial, ao mesmo tempo em que cria uma relação viciosa onde predominam a complementaridade e a subordinação.

3.4 Habitação

Os pescadores artesanais representam uma das categorias profissionais com maior *déficit* habitacional no país. A baixa renda e a informalidade dificultam o acesso aos programas convencionais de financiamento, tornando impraticável a aquisição da casa própria. Visando superar este *déficit*, em 2006 a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) assinou um termo de cooperação com o Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Secretaria do Patrimônio da União e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A partir de então, a SEAP começou a apresentar os programas a comunidades pesqueiras de diversos Estados e intermediar a organização dos pescadores para sua inserção no crédito.

Com o programa de habitação para pescadores artesanais, instituído pelo governo federal através da Caixa Econômica Federal, as moradias devem ter entre 41,6 e 49 m², com um custo estimado de R\$ 24 mil cada. Desse total, os pescadores devem pagar R\$ 20,5 mil em até 20 anos, com prestações de R\$ 130 por mês, além de bonificações para os adimplentes. Esse programa de habitação permite financiamento com juro zero para famílias com renda de até três salários mínimos. As casas poderão ser construídas em área adquirida pela Cooperativa ou no próprio local onde vive o pescador, se for proprietário do terreno.

3.5 Cooperativas e Sociedade Amigos do Perequê (SAPE)

As cooperativas têm uma longa história. A partir da Constituição de 1988 ficou claro o reconhecimento e a garantia do direito de criação de associações e cooperativas. Para Maldonado e Santos (2006, p. 323), nas cooperativas prevalece uma filosofia baseada “em conceitos e valores humanísticos, como solidariedade, confiança e organização funcional de grupos e têm como propósito substituir o individualismo pela ação coletiva”.

Pinho (1984 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006) esclarece que as cooperativas de pesca são sociedades que têm por objetivo a aquisição de bens e serviços inerentes à atividade de pesca e a venda do pescado. Os serviços desenvolvidos pelas cooperativas têm como característica a diminuição do custo operacional e o combate da ação de intermediários. Contudo, a precária organização socioeconômica dos pescadores artesanais é um obstáculo ao cooperativismo como opção inteligente no regime de economia de mercado.

Maldonado (1986, p. 53) afirma que de modo geral a principal razão para a criação de cooperativas é dar acesso econômico a indivíduos com objetivos sociais e produtivos comuns, mas que não podem realizá-los, contudo, pela ação individual.

A atividade pesqueira possui características que a tornam complexa, dentre as quais se encontram o alto custo dos equipamentos, manutenção e reposição de peças, além das dificuldades para aquisição de combustível e/ou lubrificantes. Outros problemas ligam-se às dificuldades de infra-estrutura em terra, como comercialização deficitária, falta de entrepostos, ausência de rampa para desembarque de embarcações utilizadas na pesca artesanal. Outros fatores podem ser citados e evidenciam o porquê das dificuldades existentes na implantação das cooperativas pesqueiras. A carência de conhecimento básico sobre cooperativismo para adoção da filosofia, conceitos, direitos e deveres envolvidos nesse modelo de organização, a dificuldade de compreensão sobre legislação cooperativista e suas implicações práticas, falta de informações básicas e recursos necessários para constituição e legalização das cooperativas, ausência de capacitação administrativa e gerencial dos negócios da cooperativa e noções de empreendedorismo (MALDONADO; SANTOS, 2006).

Rocsanski (2003 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 328), argumenta que dentre os motivos para o baixo êxito das cooperativas encontram-se a inconstância do apoio estatal para programas de capacitação, ausência de educação cooperativista, falta de capacidade gerencial e de gestão, empecilhos criados por atravessadores e intermediários e interesses antagônicos dos diferentes atores.

Por sua vez, Melo (1984 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006) afirma que a pesca impõe um sentido de cooperação, pois se trata de um trabalho de equipe. Como usualmente esses trabalhadores encontram-se unidos através de colônias e/ou associações, que visam à defesa de direitos e o atendimento dos problemas econômicos, acabam por cumprir metas educacionais e sociais. As atividades individuais dos pescadores artesanais exigem um sistema cooperativo, considerando-se que incluem um fluxo contínuo de classificação, congelamento, processamento, industrialização, armazenamento e aproveitamento dos subprodutos. Além do que, no sistema de cooperativa há ainda a possibilidade de contratação de profissional especializado para análise das condições de mercado (PINHO, 1984 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006).

No seu estudo sobre cooperativas de pesca, Michael Orbach, citado por Maldonado (1986, p.52), argumenta que grande parte da literatura antropológica sobre esse

cooperativismo é uma história do seu fracasso e dissemina o mito da falta de espírito de cooperação entre os pescadores, o que decorreria, em grande medida, do seu senso de independência.

A Sociedade Amigos do Perequê (SAPE) é uma associação de classe, que representa os pescadores do Bairro Perequê. Possui uma sede construída na beira da praia, onde está localizada a Capatazia (filial) da Colonia de Pesca Z-3. Sua construção é narrada pelos pescadores com orgulho: “fomos nós que construímos, cada um deu um pouco e conseguimos fazer”.

Timm (1998 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 330) observa que “o governo deve ser “parceiro” e gerar condições para que o pescador artesanal se liberte da condição de objeto da paternidade estatal e assuma sua posição de sujeito do processo de desenvolvimento”. Contudo Timm explica que a pesca é exercida “sob um bem de domínio público (mar territorial, rios, lagoas e açudes), para ser praticada depende de licença do poder estatal, que é concedida sempre de forma precária”. E é “essa dependência da atividade econômica à vontade governamental” que, segundo o autor, “condiciona o desenvolvimento da pesca ao interesse da administração pública, que pode fomentá-la ou entravá-la, segundo a política dominante em determinado período governamental” (TIMM, 2000 *apud* MALDONADO; SANTOS, 2006, p. 326).

Dentre os projetos previstos pela Prefeitura Municipal de Guarujá para a praia do Perequê encontram-se a construção de um centro de processamento do pescado com câmara frigorífica, criação, em parceria com a iniciativa privada, de cinco pontos de venda, criação de cooperativa para pescadores do Perequê (agregando pescadores do Canal de Bertioga e do Costão do Tortuga), construção de um píer como estrutura de apoio para embarque/desembarque do pescado e instalação de um posto para abastecimento de barcos.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA

4.1 Caracterização metodológica

O objetivo principal para a escolha do método decorreu da necessidade de apreender o universo cultural dos pescadores artesanais da Praia de Perequê, Estado de São Paulo. Neste capítulo busca-se descrever o tipo de pesquisa desenvolvida, instrumento de coleta de dados, período, etc.

Minayo (2003, p. 16-18), a metodologia de pesquisa é o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata basicamente do conjunto de técnicas a ser adotadas para construir uma realidade. A pesquisa é a atividade básica da ciência na sua construção da realidade.

A esse respeito, Quivy e Campenhoudt (1992) explicam que a intenção dos pesquisadores em ciências sociais não é apenas a de descrever, mas sim de compreender os fenômenos. Para tanto, é necessário a obtenção de dados que mostrem o fenômeno de forma inteligível.

5.1.1 Tipo de pesquisa

Para a fundamentação teórica utilizou-se de dados secundários, pois na maioria dos trabalhos científicos exige-se a pesquisa bibliográfica, através da seleção e leitura de livros, artigos de revistas e periódicos. Consistiu, portanto, em minucioso levantamento e cuidadosa averiguação de todo o material teórico disponível.

A fundamentação teórica, ou referencial teórico, tem um papel bem definido como fundamento para orientação da pesquisa. Trata-se de um componente necessário a qualquer

tipo de pesquisa, haja vista que os instrumentos utilizados na pesquisa, tal como o questionário para a coleta de dados, são orientados pelos conceitos de uma teoria.

O objetivo da pesquisa foi o estudo de pescadores artesanais no contexto pré-definido da praia do Perequê, visando aprofundar o conhecimento sobre o cotidiano desses profissionais da arte de pesca artesanal, descrevendo e interpretando a territorialização e a territorialidade da coletividade, os novos usos dados ao tradicional, na superfície de referência e possíveis ameaças que essa coletividade enfrenta.

Além da pesquisa bibliográfica, a pesquisa apeia-se em dados primários obtidos de pesquisa documental e de pesquisa de campo. A pesquisa documental consiste na revisão de documentos disponíveis no acervo da Prefeitura Municipal de Guarujá e que foram utilizados para a descrição geral da região de Guarujá e da Praia do Perequê.

A pesquisa de campo foi dividida entre uma pesquisa exploratória e uma pesquisa de observação participativa. A pesquisa exploratória possui características como flexibilidade e versatilidade, já que não usa protocolos e procedimentos formais e pode ser usada para formular ou definir um problema com maior precisão, identificar cursos alternativos de ação, permitir o desenvolvimento de hipóteses, isolar variáveis e obter critérios para criar uma abordagem do problema, estabelecendo prioridades para pesquisas posteriores (MALHOTRA, 2006). Por sua vez, a pesquisa de observação participativa segundo Moreira (2004) é aquela na qual o pesquisador dispõe-se a adotar a perspectiva daqueles que são estudados, compartilhando as suas experiências do dia-a-dia. Essa pesquisa pode ser conceituada como uma estratégia de campo na qual se combina a participação ativa do pesquisador com os sujeitos, ao mesmo tempo em que promove uma observação intensiva. A abordagem da pesquisa foi quali-quantitativa, que segundo Marques *et al.* (2006) envolve ambos os aspectos qualitativos (cujos dados não são passíveis de serem matematizados) e quantitativos (cujos dados podem ser matematizados), porém, o ênfase principal é para os aspectos qualitativos.

Os dados foram coletados entre os meses de abril e novembro de 2009. A pesquisa exploratória consistiu em diversas visitas à Praia do Perequê, onde o autor em companhia do representante da Colônia de Pescadores do Perequê conheceu o bairro e os núcleos de moradia nos mangues, participou de conversações informais, além de conhecer outros pescadores. A pesquisa de observação participativa consistiu em duas pescarias de linhada para a pesca de peixes e outra de arrasto para a captura de camarão, objetivando obter

conhecimentos básicos para a elaboração dos itens a serem aplicados nas entrevistas, que aconteceram no período de agosto a novembro de 2009.

A pesquisa permitiu estabelecer através dos dados obtidos junto à amostra da população-alvo, as características e necessidades do segmento. Como geralmente não é possível pesquisar a totalidade da população, seleciona-se uma amostra com menor número de entrevistados para executar a pesquisa, sendo que, segundo Mattar (2000), a escolha e definição do tipo de amostragem é uma das principais fases do processo de pesquisa.

A amostra adotada foi não-probabilística, que na definição de Malhotra (2006) é aquela que confia no julgamento pessoal do pesquisador, onde ele decide os elementos a serem inclusos na amostra, e que não utiliza seleção aleatória. É uma técnica de amostragem na qual o uso de julgamento pelo pesquisador pode permitir maior controle sobre o processo de amostragem. Os critérios de definição dos pescadores artesanais para o estudo basearam-se nas seguintes características: pescadores artesanais, residentes na praia do Perequê e cadastrados na Associação de Pescadores Artesanais do Perequê, escolhidos pelo perfil de liderança e região de origem. Nesse sentido, a amostra é não probabilística intencional, pois os elementos da população são referentes aos pescadores que apresentem características específicas que possam representar de forma mais fiel o universo de pescadores do Perequê. Conforme Mattar (2000) nesse tipo de pesquisa os elementos da amostra são julgados como adequados baseado em escolhas de casos específicos, na população onde o pesquisador está interessado. Malhotra (2006) escreve que as características relevantes e a homogeneidade da população em relação às variáveis de interesse, podem ser representativas da população de interesse. Informações adicionais foram obtidas diretamente na Associação de pescadores da Capatazia da Colônia de Pesca Z-3, com seu presidente Sr. José Camilo.

A amostra foi constituída por 20 pescadores artesanais de um universo de aproximadamente 200 pescadores, escolhidos pelas suas origens: distribuídos entre caiçaras, catarinenses e nordestinos, que representam a composição do universo de pescadores do Perequê e pela liderança que exercem dentro da comunidade dos pescadores. Atuam prioritariamente na captura de camarão e peixes, segundo informações colhidas na colônia de pescadores locais, Capatazia da Colônia Z3. Foram entrevistados 07 pescadores de origem nordestina, 07 catarinenses e 06 caiçaras.

4.1.2 Seleção do local

A praia do Perequê foi escolhida por possuir características especiais, que se moldam ao perfil desejado. É uma praia onde está localizada uma grande comunidade pesqueira, possui uma Capatazazia da colônia de pescadores Z-3, onde se encontram os núcleos de moradia dos pescadores e ficam ancorados os barcos de pesca, sendo ponto de partida para a pesca, local de retorno e desembarque do pescado.

Outra característica importante da praia do Perequê é que fica no município de Guarujá, local frequentado por turistas de alto poder aquisitivo, contrastando com a situação econômica e cultural dos pescadores. A familiaridade com a região e a distância da residência do autor, que reside em São Paulo (SP) facilitaram o trabalho de pesquisa de campo e pesaram na escolha.

4.1.3 Instrumento de coleta de dados e período de coleta

A pesquisa foi feita a partir de entrevistas semi-estruturadas. Conforme Minayo (2003, p. 57-59), a entrevista é a forma mais comum utilizada nos trabalhos de pesquisa de campo e é através dela que o pesquisador busca colher informações contidas na fala dos entrevistados. O autor afirma que ela não significa uma conversa despretensiosa e neutra, visto que se enquadra como meio de se coletar fatos importantes relatados pelos atores, que vivenciam uma determinada realidade que esta sendo evidenciada. Minayo (2003) complementa e escreve que as entrevistas podem ser estruturadas e não-estruturadas, classificando-as por serem mais ou menos dirigidas, de abordagem livre ou com perguntas previamente elaboradas. Quando se articulam essas duas formas, o autor caracteriza a entrevista como semi-estruturada.

As variáveis e informações avaliadas na pesquisa de campo foram baseadas na fundamentação teórica e nas informações obtidas na pesquisa exploratória e de observação participante. As variáveis se constituíram em: perfil; tradições culturais; habitação; situação social; sentimento de pertença; renda; meio ambiente; conhecimento tradicional; transmissão do conhecimento.

CAPÍTULO 5

TERRITORIALIDADE DOS PESCADORES ARTESANAIS DA PRAIA DO PEREQUÊ

5.1 Descrição geral dos pescadores

5.1.1 Identificação da população-alvo

No grupo estudado ocorreu apenas um pescador abaixo de 40 anos de idade, considerado “jovem”. A média de idade foi de 48 anos e meio.

Tabela 5 - Idade dos pescadores

Faixa Etária	Número	Frequência
30 a 40 anos	2	10%
41 a 45 anos	4	20%
46 a 50 anos	5	25%
Acima 50 anos	9	45%

Francisco (2007, p. 1) encontrou resultados semelhantes quanto à idade, de pescadores artesanais. Para a autora, os pescadores de camarão apresentaram idades entre 31 e 56 anos com média de 42 anos, e os pescadores de peixe idades entre 37 e 61 anos com média de 48 anos.

Bail e Branco (2007, p. 1), em uma caracterização socioeconômica dos pescadores em Penha (SC), encontraram resultados parecidos em relação à faixa etária dos pescadores

(40-50 anos), salientando que esse resultado é “corroborado por Medeiros *et al.* (1997), onde a pesca artesanal é exercida principalmente pelos pescadores mais velhos da comunidade.

Quanto ao estado civil, 70% dos homens entrevistados eram casados e 30% solteiros, a maioria tendo mantido anteriormente união estável sem vínculo matrimonial.

Tabela 6 - Número de filhos

Número de Pescadores	Número de Filhos	Frequência
03	Sem filhos	15%
04	01	20%
06	02	30%
07	03	35%

Dos quinze pescadores que possuem filhos em idade laboral, em apenas quatro deles os filhos trabalham na pesca artesanal com os pais, os demais estão em outras atividades. Mesmo assim, todos os pescadores entrevistados afirmaram que possuem parentes de 1º e 2º graus como primos, irmãos, filhos, sobrinhos e cunhados que trabalham com pesca artesanal.

Por sua vez, as análises do estado civil e número de filhos dos pescadores da praia do Perequê são semelhantes ao estudo realizado por Bail e Branco (2007, p. 1) em Santa Catarina. A maioria dos entrevistados era casada (87,3%) e as famílias eram compostas em média por quatro pessoas (aproximadamente de 2 a 3 filhos por família).

Quanto à escolaridade, 16 dos entrevistados possuem o curso fundamental incompleto, três afirmaram que apenas iniciaram os estudos, mas que sabem ler e escrever e o outro está fazendo um curso de alfabetização noturno. 16 deles sempre tiveram como profissão a pesca e quatro exerceram outras profissões anteriormente, dois como lavradores junto com a família, um era lavrador e garçom e iniciou na pesca com a compra de um barco por influência de primos que eram pescadores. O último era tratorista e fazia serviços gerais antes de mudar para a pesca também por influência de primo e cunhado que pescavam.

A esse respeito Francisco (2007, p. 1), analisando o nível de escolaridade dos pescadores da praia de Perequê, observou que “72% dos pescadores de peixe e 71% dos pescadores de camarão têm o ensino fundamental incompleto”. Esses dados confirmam os resultados das entrevistas realizadas.

A tabela 7 mostra a distribuição dos pescadores quanto ao tempo de residência na praia de Perequê. Quanto a origem, 6 eram nascidos no Guarujá/Perequê, 7 de origem nordestina e 7 catarinenses.

Tabela 7 - Tempo de residência na Praia do Perequê

Tempo de Residência	Número	Frequência
15 a 25 anos	05	25%
26 a 35 anos	05	25%
Mais de 35 anos	10	50%

5.1.2 Padrão habitacional

As habitações dos pescadores da praia de Perequê, de acordo com as respostas obtidas, não possuem pavimentação, tratamento de água e esgotos. Existem dois núcleos de moradias, onde a quase totalidade dos pescadores moram. São palafitas localizadas no mangue, sem terrenos, chamadas de mangue de cima e mangue de baixo. As casas são próprias, de madeira e podem ser vendidas, mas os pescadores não podem alugar. A energia elétrica é comunitária e os pescadores participaram de curso realizado pela companhia de eletricidade, para saberem como usar a energia de forma correta. A companhia de abastecimento de água não quis fazer o mesmo e a água é “puxada” de longe e sem tratamento. Não existem redes de esgoto e nem pavimentação, pois não existem ruas.



Foto 1 - Habitações em palafita da Vila de pescadores - Praia de Perequê

Do total dos entrevistados, 95% moram em casa própria, sendo que destas, 80% são de madeira, em palafitas e encontram-se nos núcleos mangue de cima e mangue de baixo.



Foto 2 - Habitações em palafita da Vila de pescadores - Praia de Perequê.

Dos caiçaras, representando 15% do total, que não moram nos mangues, as casas são próprias, de material e madeirite, em terrenos próximos da praia, a maioria herdada dos pais, e legalizada por ação judicial, nestes terrenos é comum existirem outras residências de familiares, irmãos, primos, tios, etc.



Foto 3 - Habitações em palafita da Vila de pescadores - Praia de Perequê

Os pescadores entrevistados revelaram a realidade habitacional do Perequê, a forma como, em muitos casos, ocorreu a perda do direito de propriedade e as dificuldades encontradas: “a casa é minha, de madeirite e fica no terreno deixado por nosso pai... e que ficou em definitivo por demanda judicial. Também fui ameaçado para sair. Tem energia individual, mas não tem água boa para beber que busco na mina. Antes podia deixar a casa aberta, hoje já tem roubo”.

Contam ainda que antes moravam à beira-mar e que era tudo artesanal. Aí, uma família que se dizia dona do lugar tomou posse e construiu condomínios, expulsando os pescadores. “Os olhos deles cresceram... fizeram o jardim Umuarama, traçaram ruas fizeram tudo, esgoto e lotearam... ampliaram, tinham força. Tiraram os caiçaras velhos de suas casas... derrubaram as casas... eu vi os homens ‘pegarem’ uma senhora de uns 80 anos e tirá-la pelo braço e depois derrubar a casa. Os moradores eram caiçaras. Para mim a ordem foi de em 48 horas mudar... saí, fiquei dois anos morando em uma favela e depois voltei. Hoje tenho medo que me tirem de minha casa para fazer condomínio”. Diegues (1983, p. 166) confirma os depoimentos, quando narra que com a chegada da BR 101 às praias da litoral norte paulista, intensificou-se a especulação imobiliária, incluindo a violência e a coação física sobre os caiçaras que detinham a posse da terra, mas em geral não possuíam o título de propriedade.

Os pescadores caiçaras relembram que quando crianças... “aqui só tinha umas 10 famílias de caiçaras e umas 04 de catarinenses mais velhos. A água vinha do morro, era pura, tinha vertentes boas, aí invadiram tudo e acabou... agora para beber temos que ir buscar em uma mina, a água encanada é só para lavar as coisas e cozinhar. Ganhamos o terreno na justiça, depois de 10 anos de demanda. Eles pagaram para capangas, queimaram casa, agrediram gente”, outro complementa, “a estrada era de barro, vinha pouca gente, depois que fizeram a nova, tudo piorou”.

Contam sobre a família que tomou posse do lugar: “Eles conseguiram uns documentos e viraram dono de tudo, lotearam e venderam tudo, expulsaram os caiçaras da praia. Aqui é tudo da marinha, mas está tudo grilado, tudo invadido”.

Os recursos naturais, a organização espacial e a população caiçara da praia do Perequê foram envolvidos num movimento destruidor, determinado pelo mercado, que ignorou a história, as tradições e o direito à propriedade, ocasionando uma desterritorialização do ambiente de moradia. Pelos dados apresentados observa-se que a situação habitacional é precária. A falta de equipamentos urbanos como asfalto, esgoto e tratamento de água faz parte

das ocupações clandestinas. Contudo, é ainda uma das poucas opções de moradia para esses trabalhadores do mar.

Francisco (2007, p. 1) descreve o bairro do Perequê como “caracterizado pelo crescimento desordenado, com áreas de invasão e palafitas sobre o mangue, acúmulo de lixo nas vias públicas e carência de saneamento básico”. Afirma a autora que os canais de mangue têm sido usados na maré alta para acesso de barcos, recebendo todo o esgoto doméstico que vem das casas e palafitas dos pescadores e dos dejetos vindos das salgas. Infelizmente, o saneamento básico não tem sido uma preocupação do Governo para a busca de soluções que afetam inclusive a saúde pública.

5.1.3 Situação social

Os pescadores não têm registro em carteira profissional, pois pela sua condição de donos dos barcos de pesca, são autônomos. Para se associar à Colônia de Pescadores é obrigatório que o pescador seja contribuinte autônomo do Instituto Nacional de Previdência Social (INSS), e no caso do pescador ainda não ser contribuinte, a Associação auxilia-o no cadastramento junto ao Instituto. Esta condicionante faz com que todos os pescadores vinculados à Associação estejam contribuindo para a Previdência Social.

Gonçalves *et al.* (2009) afirmam que esses pescadores, apesar da condição de segurados especiais da previdência, em sua maioria desconhecem os direitos previdenciários (auxílio acidente, auxílio doença, auxílio maternidade, aposentadoria etc.), exacerbando por si só o nível de exclusão social.

A atuação da Associação da Colônia de Pescadores do Perequê ainda está mais ligada a aspectos burocráticos, como documentação para a prática da pesca profissional, licença de embarcações e auxílio na requisição do seguro desemprego. Mas é perceptível a preocupação com aspectos sociais, quando iniciam uma atuação junto ao poder público buscando melhorias no atendimento as demandas dos pescadores, quanto a questões de atendimento à saúde e condições de estrutura para a educação. Na parte política houve um início de envolvimento, onde apoiaram e conseguiram eleger um vereador do bairro que está sendo o canal de acesso ao poder público e auxiliando na manutenção financeira da associação.

Na área de saúde, a comunidade possui um posto de atendimento bancado pela prefeitura, localizado na sede da associação dos pescadores e aonde o médico vem três vezes por semana para fazer consultas. Existe o programa “médico da família”, onde além das visitas do médico, as famílias recebem medicamentos grátis. Ao ser perguntado sobre a qualidade do atendimento a opinião é que “ainda é precário”.

Carecem de avanços na área social, a condição nesse item é precária. A moradia nos mangues, em palafitas, impossibilita uma série de medidas para que passem a contar com serviços básicos, tais como rede domiciliar de esgoto, de abastecimento de água tratada, que refletiria em uma melhor condição de saúde. Na área de educação, cursos técnicos de pesca e de preservação ambiental possibilitariam uma melhor qualidade de vida. Há um quase abandono, uma exclusão social por parte do poder público ou, como afirma Santos (2000, p. 43) “o espaço urbano, submetido ao jogo do mercado, fortaleceu uma visão imobiliária da cidade e consagrou injustiças e desigualdades”.

É importante ressaltar que na maioria dos municípios costeiros existe, segundo Moraes (1999), uma lógica excludente que é potencializada a partir da valorização das áreas naturais preservadas - que ganham valor econômico por seus atributos naturais - reproduzindo com algumas particularidades o que se vislumbra nos grandes centros urbanos. A intensificação da atividade turística, principalmente através de seu impacto no preço da terra, desencadeia profundas transformações na organização do espaço do litoral brasileiro (CALVENTE, 1999, p. 29).

5.1.4 Tradições e manifestações culturais

Pelo depoimento dos pescadores, as manifestações culturais se resumem a procissão marítima de São Pedro, que é realizada no dia 29 de junho, na praia do Perequê, com desfile de barcos enfeitados: “não temos tradição, só a festa procissão de barcos no dia de São Pedro. Tinha a igreja aonde todos iam, depois a derrubaram... construímos outra, mas não é igual”.

Outro pescador que organiza o desfile de barcos afirma que o surgimento de várias igrejas que pregam a não adoração de imagens tem contribuído para que muitos pescadores deixem de participar da procissão. “Vou de casa em casa vendo quem vai participar, vou à secretaria de turismo e eles dão os troféus para os ganhadores do barco mais

enfeitado. A prefeitura faz um palco para a festa... na ultima tinha 72 barcos, mas está diminuindo”.

Um pescador que mora a mais de 40 anos na praia do Perequê, relembra saudoso: “não tinha quase nada. Só uma venda e umas barracas, as casas eram de sapé e chão batido. As pessoas tocavam viola e faziam os peixes frescos, pescados na hora. Aí começou a vir ônibus de excursão e os condomínios e acabou a paz, era só bagunça”.

Reconhece-se por essas narrativas que ainda se mantém algumas tradições, embora poucas, mas que essas estão caindo no desuso e esquecimento. Observou-se que embora procurem resguardá-las, são poucos os que ainda aderem às festividades e tradições locais, como relatam os pescadores. Saraiva (2009), em estudo sobre ‘a modernidade brasileira e o rompimento com as tradições’, afirma que “a modernidade traz a marca da tecnociência como mecanismo viabilizador do progresso associado diretamente à ideia de desenvolvimento - o saber erudito de base científica se impõe diante dos saberes tradicionais”.

A praia do Perequê por estar vinculada aos centros urbanos sofre sua influência e minimiza a importância do conhecimento e das tradições locais, além de vincular-se “ao modo de produção capitalista”, como analisa Diegues (2001).

5.2 Situação econômica

5.2.1. Renda

O nível da renda familiar é baixo entre os profissionais da pesca artesanal. Geralmente é o próprio pescador que com seus rendimentos da pesca sustenta a casa. A renda mensal é variável e muitas vezes inclui o frete cobrado para turistas pescarem.

Os pescadores afirmaram que pescam em torno de 30 kg de camarão por dia, mas não pescam todos os dias, pois o camarão aparece por 2 ou 3 dias e depois “some”. Vendem o camarão para as salgas existentes no Perequê, que pagam de R\$ 0,80 a R\$ 2,30 o kg. “No momento, está saindo pouco camarão e estão pagando R\$ 2,00 o kg” cita um pescador. Pelos depoimentos, nos últimos meses a média de captura foi em torno de 350 kg por mês por pescador, o que resultaria numa renda mensal com a pesca de aproximadamente R\$ 700,00 brutos, sem considerar as despesas de óleo diesel, gelo para conservação do pescado, rancho e outras despesas com a embarcação.

Sobre outro tipo de atividade e renda, 15 dos 20 pescadores entrevistados faziam frete de barco para turistas pescarem, outro tinha banca de venda de peixe e dois deles costurava rede para os demais pescadores. Apenas dois pescadores tinham renda apenas com a pesca artesanal, sem acumular outras funções. A maioria dos pescadores tem barco próprio, usados tanto para a pesca quanto para atender a atividade turística.

No caso do transporte dos turistas, são feitos até 04 fretes por mês, ao preço de R\$ 160,00 a R\$ 200,00 o frete. Essa atividade é atraente para os pescadores, pois o valor cobrado por um frete equivale a aproximadamente 03 dias de pesca, mas com um gasto irrisório de óleo diesel em comparação com o arrasto de camarão e tempo dispendido. Assim como a pesca, essa atividade também não é constante e depende de variáveis como o tempo. Quando chove, esfria, ou o tempo está “fechado”, o turista de pesca diminui muito. O grande número de pescadores que faz frete provoca uma concorrência predatória na disputa pelo turista, o que acaba diminuindo o preço do frete.

Há também os que não pescam camarões e vivem da pesca de peixes, geralmente caiçaras que tinham tradição nesse tipo de pesca e confessaram que não “gostam” de fazer arrasto de camarão, afirmando pescar em torno de 25 quilos de peixe por dia. Os peixes são vendidos em torno de R\$ 4,00 o quilo, para as bancas de peixes. Assim como na pesca do camarão, esses pescadores não obtêm captura de peixes todos os dias. A renda mensal estimada para a pesca de peixes é em torno de R\$ 900,00 a R\$ 1.000,00 brutos, sem considerar as despesas de óleo diesel, gelo para conservação do pescado, rancho, e outras despesas com a embarcação.

Quando o pescador trabalha como empregado, há uma relação de parceria, pois se divide a despesa do óleo diesel com o proprietário. Cada um fica com metade do que auferir na pesca, tanto do camarão quanto dos peixes, recebendo aproximadamente um salário mínimo por mês (em torno de R\$ 465,00).

Os resultados da pesquisa realizada por Francisco (2009) mostraram resultados semelhantes aos já analisados: “a Praia do Perequê atrai grande número de pescadores esportivos aos finais de semana, e o frete é a principal atividade alternativa”. Souza (2004 *apud* FRANCISCO, 2009, p. 1) afirma que “o frete consiste no aluguel do barco para grupos de turistas interessados na pesca. Segundo os pescadores, o frete é uma importante fonte de lucro e para alguns pescadores, que têm clientes fixos, o frete passa a ser uma fonte mais segura em vista da imprevisibilidade da pesca”.

A situação socioeconômica dos pescadores da praia do Perequê, pelos resultados obtidos na pesquisa, não é boa. O exercício de outras atividades, como a atividade turística, minimiza a situação para um grande número de pescadores. Conforme Bergossi (2004a *apud* FRANCISCO, 2009, p. 1) “a pesca esportiva embarcada tem nos finais de semana, intenso fluxo de turistas. A pesca esportiva é realizada com linha e anzol e captura espécies visadas pelos pescadores artesanais”. Pelos resultados apresentados pode-se dizer que há na atividade certa imprevisibilidade e instabilidade econômico-financeira entre esses pescadores. Esta situação é comprovada, pois eles afirmaram que “não saem da pesca por falta de condições, quem tem oportunidade vai embora” e “o pescador artesanal ganha hoje para comer hoje”.

7.2.2 Período de defeso

Para Garcez e Sánchez-Botero (2009, p. 1) nos períodos de defeso (proibição de pesca), os pescadores procuram outras possibilidades de trabalho. Todos os entrevistados utilizam o seguro-defeso, que é de um salário mínimo por mês, contudo afirmam: “recebemos o seguro-desemprego na época do defeso, mas demora para vir, vem quase no fim do período, e ai os que não tem como, acabam pescando no defeso. Outros vão fazer outros serviços, de pintura, servente de pedreiro, auxiliar de mecânico e outros”, ou ainda “no defeso, não arrasto camarão, mas pesco com espinhel de 500 anzóis e três bandeiras e linhada que é permitido”.

Todos os pescadores entrevistados têm conhecimento sobre o período de defeso. Na praia do Perequê o período de defeso para a pesca do camarão começa em 01 de março e termina em 30 de maio. O robalo, único peixe a ter período de defeso, é em dezembro. Questionados sobre a pesca durante o defeso, noventa por cento dos pescadores entrevistados afirmaram que não pescam, e apenas 10% que pesca às vezes, mesmo tendo conhecimento sobre esse período.

Percebe-se, pelas informações dos pescadores entrevistados, a preocupação com a sustentabilidade.

- “Com 15 anos de idade fui pescar embarcado em barco de pesca de cação, era uma judiação, do que vinha na rede só pegávamos os grandes o resto era descartado e do cação só aproveitávamos a barbatana que tinha preço o resto do peixe jogava fora”.
- “A pesca artesanal não destreia, só da para sobreviver”.

- “Falam em criar uma área ecológica, mas não adianta, nós esperamos o peixe e o camarão vir, mas o industrial vai buscar ele onde estiver e acaba com eles, eles não vem pois já foram capturados”.
- “O pescador artesanal tem limite, arrasta sempre no mesmo lugar, o industrial busca onde estiver”.
- “[...] a poluição tomou conta de tudo, antes no rio do mangue se pescava de tudo, até robalos, antes passava no rio com água no peito, era limpo, matava até caranha grande, fazia fiadura de robalos. Ia a pé até o rio, pegava camarão no capim. A água vinha do morro era pura, tinha vertentes ótimas, ai invadiram tudo e acabou [...] agora para tomar temos que ir buscar em uma mina, esta encanada é só para lavar as coisas e cozinar”.

Quanto à diminuição do volume de captura, os pescadores entrevistados a relacionaram a forma depredadora da pesca industrial (“O peixe foi arruinando, as parelhas que apareceram arrebentaram com tudo”) e a forma de comercialização das salgas (“pagam o mesmo preço no camarão bom e no ruim... assim não se consegue que se pesque só com as malhas certas, preservando o camarão. As malhas certas são a 30 no sacador e na planagem [...] mas 40% usam malhas menores entre 20 a 24.”). Reclamam ainda que a fiscalização só é efetiva para os pescadores artesanais, mas para a pesca industrial não tem o mesmo rigor.

Não é apenas nos equipamentos e na forma de captura que existe uma preocupação para se preservarem as espécies. Uma nova realidade esta sendo constatada pelos pescadores artesanais, que é a poluição do mar. Os pescadores creditam a grande quantidade de lixo que “malham” nas redes, ao crescimento imobiliário desordenado e ao grande número de condomínios de luxo que foram implantados nas imediações do Perequê.

“Hoje que os pescadores estão começando a trazer o lixo que vem nas redes, mas deviam ter um incentivo, pelo menos receber o saco de lixo para colocar”. A poluição do mar, conforme figura 8, e a recuperação do lixo foram observadas durante a pesquisa, após um arrasto de camarão. Concluída a separação, chamada pelos pescadores de “limpeza” do camarão, todo o lixo recolhido na rede foi acondicionado em saco pelo pescador e levado para a terra.



Foto 4 - Lixo recolhido na rede de captura de camarão - Praia do Perequê

Conforme salientam Barbosa e Begossi (2004 *apud* FRANCISCO, 2009, p. 1), a expansão urbana sem planejamento acarreta problemas habitacionais, de lixo, esgoto, que resultam na queda de qualidade de vida dos moradores locais. Ponderam os autores que o aumento acelerado da população do bairro ocasiona a exploração mais intensa dos recursos naturais da região, que também sofrem com os impactos da poluição

Contudo, verificou-se pela pesquisa realizada que a maioria dos pescadores artesanais da praia do Perequê demonstrou ter consciência da necessidade de melhorias em relação ao meio ambiente e do respeito necessário à manutenção das espécies marítimas.

5.3 Pesca artesanal

5.3.1 Padrão de conhecimento tradicional e sua transmissão

Entre os pescadores entrevistados do Perequê existe um conhecimento empiricamente adquirido, a respeito das diversas espécies capturadas, seu ciclo biológico, comportamento, hábitos alimentares (usados para selecionar as iscas corretas para uma

melhor captura), horários em que se alimentam (usados como horários de captura), épocas do ano para captura, migração de cardumes.

Esses pescadores demonstraram conhecimento dos habitats, dos tipos de fundo (“de lama” e “de pedra”), profundidade (“aqui pescamos dos 08 até 23 metros de profundidade”), marés, correntes, temperatura da água, com separação dos peixes em dois grupos (“peixes de água quente” e “peixes de água fria”), relacionando-os as estações do ano, verão e inverno e local - peixes capturados na costa e “lá fora” no mar aberto.

Quanto ao conhecimento do ambiente marinho, os pescadores descrevem pela experiência, práticas adotadas na navegação, “quando não tem equipamento, e a neblina abaixa não se vê nada, tem que saber para onde a onda bate, se para fora ou para dentro, e ai seguir a direção para voltar”, ou de experiência do tempo “[...] é só olhar o céu, se tiver rabo de galo, em 3 dias o tempo arruína”.

A localização dos pesqueiros é da forma tradicional, através do método de marcação: “faço a marcação pelos morros, eu olho e sei o lugar. Um morro para cada bandeira. A rede esta a uma hora de barco mar adentro”. Para o camarão não há estas características, “camarão dá o ano todo, só não arrastamos no defeso”; “arrastamos dos 8 metros de profundidade até 23 metros”.

Questionados sobre com quem aprenderam o ofício da pesca, dois (2) dos pescadores entrevistados responderam que foi na praia do Perequê com parentes (primo) e pessoas contratadas para trabalhar no barco. 14 aprenderam com o pai (pescador profissional), e entre eles, um (1) aprendeu também com o irmão mais velho e três com amigos que também eram pescadores. Um (1) pescador aprendeu embarcando em uma traineira industrial, com o mestre do barco. Outro aprendeu na cidade de Penha/SC com o tio que também era pescador. O pescador mais velho entre os entrevistados respondeu que aprendeu o ofício da pesca em Barra do Sul/SC e que começou a aprender a pescar com um amigo, que possuía uma canoa com motor à gasolina. Eles iam bem longe da costa, pescavam camarão com rede de espera e só mais tarde passou a pescar com espinhel. Lembra que o pai dele pescava com espinhel e que como era considerado perigoso não o chamava. O pai dele arrastava camarão com barco à vela e no remo.

Pelo descrito acima, percebe-se que 14 dos 20 pescadores entrevistados aprenderam a arte da pesca com o pai. Sobre a idade com que começaram a pescar, o mais

novo iniciou no ofício da pesca artesanal com 5 anos e 14 dos pescadores entrevistados começaram até os 12 anos de idade, dois (2) em torno de 15 anos, dois (2) aos 21 e um (1) muito mais tarde, com 37 anos.

Quanto aos anos de experiência desde que iniciaram o aprendizado na pesca artesanal, a Tabela 8 mostra a grande experiência profissional dos pescadores entrevistados, e mesmo os mais recentes na atividade pescam há mais de 15 anos.

Tabela 8 - Tempo de experiência na pesca artesanal

Tempo de experiência	Número	Frequência
15 a 20 anos	4	20%
21 a 30 anos	5	25%
31 a 40 anos	4	20%
Mais de 40 anos	7	35%

Questionados sobre as melhores condições para a pesca, em relação ao arrasto de camarão as respostas foram todas parecidas: “no camarão só não pescamos se o mar estiver ruim, é por tentativa, começamos nos oito metros de profundidade e vamos até 23 metros, tem uma área que limitamos para pescar”; “para o camarão o mar só não pode estar ruim”.

Em relação à pesca de peixes, as respostas foram mais diversificadas:

? “armo a rede a favor da maré, senão o vento embola ela”;

? “quando a água está escura é melhor, o peixe não vê a rede e tem menos lodo”;

? “para armazena a rede depende muito da maré, se está mais calma é melhor perto da praia. Se a maré está agitada é melhor armazena a rede mais para fora, em lugar mais fundo. Se o vento vem do leste, é melhor armazena a rede mais para o sul. Se está mais quente o peixe fica mais perto da praia, se está mais frio ele vai para lugar mais fundo”;

? “ver a força da maré, se está pro sul ou pro norte. Com a água mais escura é melhor, o peixe malha mais”.

Sobre como escolhe ou localiza o lugar do pesqueiro, metade dos pescadores responderam que é por intuição, por conhecimento. “A gente olha e vê o lugar que acha que vai dar peixe”. Mas houve respostas como: “a escolha do lugar é por tentativa”, “é no olho, no tato” [...]; ou ainda “hoje é mais com aparelhagem”.

Do total de pescadores entrevistados, 11 não utilizavam nenhum tipo de equipamento; seis (6) utilizam apenas o rádio PX; dois (2) quando vão para o mar adentro utilizam a bússola e apenas um (1) utiliza sonar, GPS, bússola e rádio PX: “tenho um barco de pesca para arrasto de camarão e um barco só para fazer frete para turistas (levar turistas para pescar). No barco tenho sonar para ver a profundidade, GPS para marcar os pontos de pesca e Radio PX para comunicar com os colegas”.

Um dos pescadores afirmou que usa só o rádio PX porque ‘[...] é bom ter [...] sabemos de vento e chuva antes, ele sempre vem da praia grande [...] o canal 4 é usado quando estamos no frete [...] o 20 quando arrastamos camarão e têm outros, o 13 pra falar com caminhoneiros. Quando esta dando camarão ai avisa os outros pelo radio”.

Apenas quatro dos pescadores entrevistados têm ajudante na pesca, três são os próprios filhos e estão na pesca de peixes, que exige a participação de mais de uma pessoa para manuseio das redes. Entre os pescadores de camarão, que segundo informações da Associação da Colônia em torno 90% dos pescadores cadastrados, não são utilizados ajudantes. Conforme narrativa dos pescadores, com a introdução de guincho nas embarcações o trabalho de recolher as redes que era feito por mais de uma pessoa, hoje é feito pela máquina.

Questionados se pretendem continuar com o ofício da pesca, todos os entrevistados afirmaram que sim. Contudo, apenas 14 desses pescadores afirmaram que transmitiram o que sabem para alguém, ao longo de suas vidas, conforme mostra o Gráfico 1.

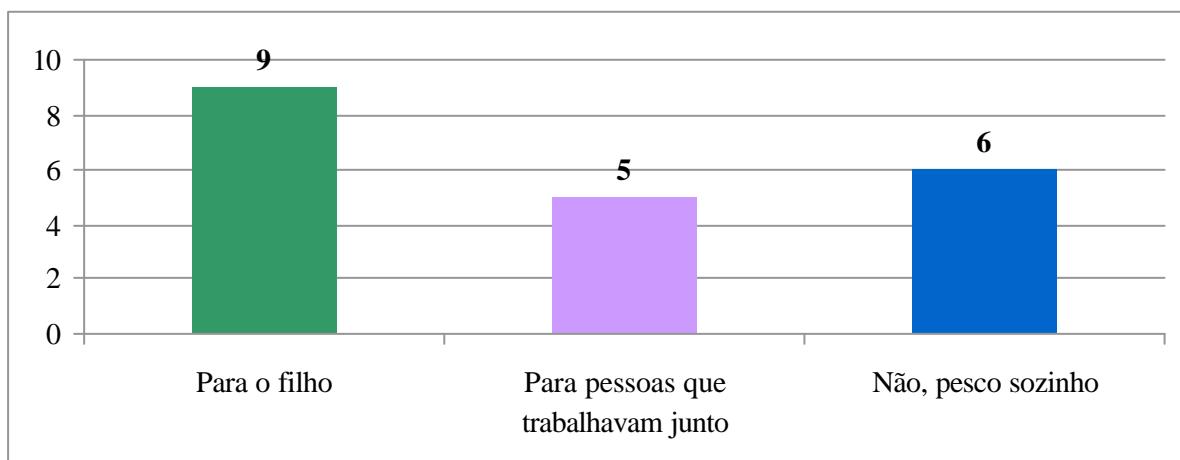


Gráfico 1 - Frequência de respostas sobre a transmissão de conhecimento

Em relação à forma de transmissão do conhecimento da pesca artesanal, seis (6) dos entrevistados afirmaram que “ensinam na prática, desde criança”, oito (8) indicaram que a transmissão se faz através da prática, pescando junto. Por fim, quando questionados se pretendem que seus filhos sejam pescadores, quatro (4) afirmaram que sim e 16 que não. As justificativas foram: “não, ela está estudando”; “apenas um quis, os outros dois estão trabalhando em São Paulo”; “não tenho filhos, mas se tivesse não queria que fosse pescador”; “pretendia, mas eles não quiseram”; “eles estão estudando e trabalhando fora”; “ele parou de pescar, está trabalhando com meu irmão fora da pesca”; “queria que o caçula estudasse, mas ele não quis. Quis ser pescador”; “não, ele parou de pescar, está trabalhando na balsa que faz a travessia de carros”.

A transmissão do conhecimento sobre a arte da pesca ocorre quando os filhos ainda são pequenos, mas 80% dos pescadores entrevistados não gostariam que os filhos fossem pescadores. Bail e Branco (2007, p. 1), analisando o posicionamento dos pais em relação aos filhos serem pescadores, concluíram que 90,9% não gostariam que os filhos seguissem nesta profissão, motivados pela situação atual da pesca artesanal.

Vê-se que a transmissão do conhecimento tradicional, está desaparecendo aos poucos na praia do Perequê. São poucos os filhos de pescadores que mantém interesse pela atividade, motivados pelas várias opções de trabalho disponíveis, fornecidas pela proximidade do Perequê com a cidade do Guarujá e as praias vizinhas com intenso fluxo da atividade turística. A mecanização da pesca, com a extinção da figura do “ajudante”, dificulta o processo de transmissão e aprendizado do saber tradicional da pesca artesanal.

5.3.2 Sentimento de pertença

Durante as entrevistas, mesmo sem serem questionados ou motivados a falar sobre o sentimento pela praia do Perequê, foi unânime e espontânea entre os pescadores entrevistados a demonstração do sentimento de pertença. Entre as respostas as entrevistas, é possível selecionar as seguintes: “adotei este lugar, aqui casei, criei meus filhos, vou me aposentar na pesca e morrer aqui”; “não sairia daqui por nada, aqui temos tudo”; “nasci aqui neste terreno, e vou morrer aqui”; “vim com 19 anos, casei com uma mulher caíçara, tenho um filho, moro aqui no Perequê e não saio, vou morrer aqui”; “não penso em sair daqui. Minha esposa adora aqui, não quer voltar, não quer sair daqui por nada”.

A longa vivência no local, conforme visto na Tabela 9 é outra condição que auxilia na criação de vínculo e reforço do sentimento.

Por esses resultados é possível definir que, independentemente da condição socioeconômica constatada, criou-se um sentimento de afinidade com o local. As alternativas de ganhos financeiros, principalmente através da movimentação turística e a diversas oportunidades de exercer outros trabalhos, o apego ao mar e a atividade que exercem, possibilitam a criação de raízes e satisfação de viver no local. Outro fator a considerar é que aliada a falta de opção dos pescadores, a idade e o amadurecimento decorrente dela são fatores que favorecem a estabilidade situacional dos pescadores artesanais do Perequê. Nesse caso a permanência no local também é motivada pela falta de expectativas e na impossibilidade de mudar, e não apenas a vínculos com o local.

5.4 Síntese da análise

A praia do Perequê, recanto de pescadores, é um tradicional reduto de comunidades caiçaras, que até a década de 60 conservavam uma forma tradicional de vida e possuíam uma cultura particular. Após este período, a construção de estradas ligando o litoral aos grandes centros urbanos trouxe uma violenta especulação imobiliária, um forte fluxo de turistas. Maldonado (1986), conclui que isto afastou o pescador do contato frequente com o mar, elemento imprescindível “à formação individual e à reprodução do grupo”, desarticulando-os e marginalizando o pescador. Os recursos naturais, a organização espacial, a população caiçara e os primeiros migrantes, foram envolvidos num movimento destruidor, determinado pelas relações de mercado que ignoraram a história, as tradições e o direito à propriedade.

Nesta mesma época a comunidade pesqueira viu chegar uma grande quantidade de pescadores catarinenses, com suas embarcações motorizadas, iniciando a pesca por arrasto de camarão e indo pescar além das barras. Em seguida chegou uma forte migração de pescadores de origem nordestina. Principalmente a chegada dos catarinenses mudou a forma tradicional de pesca até então praticada. Este momento é lembrado no depoimento de um pescador caiçara “[...] só pescávamos peixes, eu fazia cerco flutuante, mas o nosso era de uma boca de entrada, tinha um japonês que pescava com um cerco de duas entradas, as canoas eram de um tronco só”.

Estas situações levaram a comunidade pesqueira do Perequê a uma mudança em sua forma de ser e a obrigou a se adaptar a esta nova realidade, alterando sua condição socioeconômica e cultural. Houve um choque de cultura e o depoimento de um pescador reflete bem isto “no começo ficavam separados, em grupos, depois isto foi acabando e hoje não tem mais, comecei a fazer amizade por saber consertar rede”.

Em relação à situação econômica dos pescadores, a quase totalidade deles é proprietário dos barcos. No período do defeso utilizam o seguro-desemprego, além de exercer outras atividades. A opção da atividade turística minimiza a situação do pouco ganho aferido apenas com a captura de peixe e camarão sete-barbas, que encontram um baixo preço de venda, principalmente pelo fato dos pescadores comercializarem através de intermediários. O intenso fluxo de turistas que praticam a pesca esportiva e fretam os barcos dos pescadores, está transformando esta atividade na principal fonte de renda, que aos poucos afasta a comunidade da pesca.

Outro ponto relevante é a drástica diminuição dos estoques de peixes e camarão, que é explicada pelos pescadores pelo grande número de embarcações existentes no local, além da pesca industrial que não respeita os limites e possui um poder de captura muitas vezes superior ao da pesca artesanal. A pesca industrial marítima no Estado de São Paulo, segundo o relatório estatístico da pesca 2007 publicado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), representa 86,82% do total de capturas do ano de 2007, mostrando o quanto é representativa, e o espaço que ocupa frente à pesca artesanal. Estes fatos agravam a baixa rentabilidade da pesca artesanal, aliada a imprevisibilidade e instabilidade econômico-financeira.

Com a disponibilidade do estoque pesqueiro extrativo cada vez menor em águas livres, a aquicultura marinha, por sua característica restritiva para o segmento da pesca industrial, poderia ser uma opção para o fator renda dos pescadores artesanais, sem afastá-los do mar. Mas essa opção carece de incentivo por parte dos órgãos de apoio, com projetos que contemplam diagnóstico, capacitação, desenvolvimento de tecnologias, recursos, comercialização, etc.

Conforme Cardoso (2001), é na terra e não no mar que as causas desta situação são manifestadas, refletindo nas condições de moradia, saneamento, etc. A situação social no bairro do Perequê se caracteriza por um crescimento desarranjado, sem planejamento. A grande maioria dos pescadores mora em área de invasão em palafitas, no mangue, em casas de

madeira rusticamente construídas e com carência de saneamento básico, em total precariedade. Apesar desta condição, é uma das poucas opções de moradia de que dispõem e de onde sabem que não serão retirados.

Independente da condição socioeconômica verificada constatou-se uma forte afinidade com o lugar. O longo período de moradia no local, a ausência de opções, a idade e o amadurecimento dos pescadores, aliados ao apego ao mar, justificam o forte sentimento de pertença encontrado.

Existem no bairro Perequê vários locais de reunião, que são espaços de referência onde ocorre o processo de socialização dos pescadores. Além da proximidade das moradias, a Associação dos Amigos do Perequê onde funciona a Capatazia da Colônia de Pesca, pela sua localização em frente o mar e onde ficam ancoradas as embarcações, assim como a padaria que fica em frente, são locais de constantes encontros dos pescadores, onde ocorrem as conversas, discussões, etc. Outro local que promove encontros e é valorizado pelos pescadores, é o campo de futebol, onde aos domingos acontecem jogos entre os pescadores, com a participação de familiares, e muitos dos que não jogam comparecem para assistir.

A comunidade pesqueira ainda mantém algumas poucas tradições locais, principalmente a procissão marítima de São Pedro, considerado o padroeiro dos pescadores. No entanto, menos da metade dos pescadores participa do evento e este número está diminuindo. A sobrevivência desta tradição está ligada a poucas pessoas, já com idade avançada, que ainda promovem o evento, indo de casa em casa para motivar as pessoas a participarem. A pluralidade religiosa e a “modernidade”, hoje verificada na comunidade são citadas pelos pescadores como os principais motivos que provocam o rompimento com as tradições. Parte do relacionamento social, antes provocado pelos encontros religiosos, não tem se verificado atualmente com a mesma intensidade, motivado pela diversidade de religiões que estão sendo frequentadas pelos pescadores do bairro.

A expansão sem o mínimo de planejamento do bairro Perequê e os empreendimentos turísticos de alto padrão, representados por diversos condomínios que se avizinham com o Perequê, acarretam problemas do excesso de lixo e forte impacto na poluição dos recursos naturais. Contudo, verificou-se que a maioria dos pescadores artesanais da praia do Perequê tem consciência da necessidade de melhorias em relação ao meio ambiente e do respeito necessário à manutenção das espécies marítimas, entendendo isto como uma condição prévia para a melhoria de sua qualidade de vida.

É ínfimo o número de pescadores que utilizam equipamentos eletrônicos tipo Sonar, GPS, etc, para a localização de cardumes e pesqueiros e para a navegação, em suas embarcações. Utilizam principalmente o conhecimento tradicional, mantendo as características da pesca artesanal. Apesar de todas as influências sofridas e da mudança de forma de vida vivenciada nas últimas décadas, os pescadores artesanais apresentaram grande conhecimento tradicional sobre a arte da pesca. Existe um conhecimento empiricamente adquirido, a respeito das diversas espécies capturadas, hábitos alimentares, ciclos biológicos, comportamento, horários de melhor captura, épocas, fluxo migratório, etc. Esse conhecimento porta sobre as particularidades do mar e do habitat, tipo profundidade, marés, correntes marítimas, temperatura da água para as diversas espécies capturadas, locais onde cada espécie habita, tipos de “fundos”, artes e apetrechos usados para a pesca, etc.

O conhecimento tradicional é resultado de uma assimilação contínua de elementos culturais internos e externos e sofre mudanças. Sua manutenção se reveste de vital importância para as comunidades pesqueiras que praticam a pesca artesanal. A forma artesanal de captura prescinde de equipamentos tecnológicos e depende do conhecimento tradicional para o seu sucesso. A importância da captura artesanal pode ser comprovada pelas estimativas do IBAMA, onde representa 64,58% de todo o pescado capturado no ano de 2007 no Brasil, e pelo grande número de pessoas que têm sua subsistência ancorada nela.

A transmissão do conhecimento sobre a pesca ocorre quando os filhos ainda são pequenos. Esse conhecimento tradicional é transmitido na prática, por via oral e pescando juntos. Dos pescadores do Perequê entrevistados, 75% iniciaram o aprendizado da pesca com idade de 5 a 12 anos, a grande maioria ensinada por parentes.

A proximidade da praia do Perequê com a cidade do Guarujá e as praias vizinhas, com grandes empreendimentos comerciais e imobiliários, intenso fluxo de atividades turísticas, fornece muitas opções de trabalho para os jovens. Esta proximidade possibilita aos filhos dos pescadores frequentar escola. A condição socioeconômica vivida pelos pais, pescadores, reforça com que os filhos se desinteressem pela atividade da pesca, o que nisto são apoiados pelos pais.

A motorização e mecanização da pesca, principalmente do camarão, com a instalação de guincho para recolhimento das redes, faz com que o pescador passe a atuar sozinho. A extinção da figura do “ajudante” dificulta o processo de transmissão e aprendizado do saber tradicional.

A praia do Perequê, por estar vinculada aos centros urbanos, acaba por sofrer sua influência e minimizar a importância do conhecimento e das tradições locais. A existência do pescador artesanal representa todo um conhecimento acumulado durante vários séculos, da arte da pesca, mas na Praia do Perequê todo este conhecimento esta ficando retido com os pescadores mais velhos. Com isso, é possível estimar que a transmissão do conhecimento tradicional está desaparecendo aos poucos.

A praia do Perequê, já não mantém as características básicas das antigas comunidades pesqueiras marítimas, que é segundo Diegues (1995, p.18) “viver exclusivamente de um ambiente marítimo”, podendo ser caracterizada com um povoado litorâneo, definido por Lima (2009, p. 1) como aquele que se caracteriza por “ter um baixo percentual de moradores envolvidos com a pesca artesanal, tendo parte dos moradores envolvidos com o comércio, prestação de serviços domésticos para proprietários de segunda-residência e para turistas”.

CONCLUSÕES

Verificou-se através da caracterização socioeconômica dos pescadores artesanais, os impactos que a comunidade pesqueira vem sofrendo ao longo de sua trajetória. O descaso das autoridades para com os problemas da pesca artesanal, seja no mar através de uma melhor legislação que proteja a pesca artesanal, ou em terra onde os problemas se potencializam nas más condições de qualidade de vida, representada pela ausência de políticas sociais básicas.

A pouca representatividade dos pescadores junto ao poder público, para a resolução de seus problemas mais primários, tais como uma melhoria na renda, através de novas formas de comercialização, que valorizem os produtos de captura, a ausência nos debates e decisões onde são parte interessada e para a qual poderiam contribuir com seu conhecimento natural, ocasionam que não se sintam parte das decisões.

A diminuição gradativa das capturas ao longo dos anos, pelo excesso de exploração dos recursos naturais, é compreendida pelos pescadores, mas a situação econômica não permite que ele faça a parte que cabe a ele. Para um melhor uso do ambiente natural é necessário um trabalho de educação ambiental, assim como uma política de combate a poluição sofrida pelo ambiente marinho.

Observou-se que a grande maioria do contingente dos que praticam a pesca é composta de pescadores mais velhos. Os filhos dos pescadores, que seriam a continuidade natural, estão envolvidos em outras atividades, que pela precariedade da pesca artesanal apresentam-se mais rentáveis.

É importante ressaltar, pela natureza exploratória deste trabalho, algumas limitações verificadas. Um fator limitante identificado é o tamanho da amostra, que não permitiu análises mais aprofundadas. Portanto, os resultados não podem ser generalizados. Mesmo assim, foi possível estimar que o saber tradicional, apesar de sua importância para o desenvolvimento da atividade da pesca artesanal e sobrevivência da comunidade pesqueira, a

sua transmissão natural de pai para filho, pescando junto, não vem ocorrendo e esta ficando restrito aos pescadores mais velhos. A desterritorialização esta presente, pelos novos usos, na superfície de referência da praia do Perequê.

Sugere-se o aprofundamento em novas pesquisas, através de uma amostra mais expressiva e em mais comunidades pesqueiras com as mesmas características da Praia do Perequê. Essas pesquisas são necessárias para investigar e registrar estes conhecimentos, para que não se percam e possam ser utilizados para uma melhor preservação da cultura pesqueira e conservação dos recursos naturais.

A desterritorialização, seja de superfície de referência, seja de conhecimento construído a respeito da prática vivida na pesca, encontra-se presente sob a ameaça dos novos usos do local. Muito do que se diz em termos de defesa das comunidades, acontece em esferas esparsas e sem respaldo das diversas instituições públicas, centros de pesquisa, universidades e da própria sociedade. A evolução é normal e irreversível, tem regras claras que não são cumpridas e aceleram a desterritorialização. É presente a necessidade dos pescadores serem capacitados para responderem as mudanças.

Moraes (2008, p. 1) assinala que somente com a Constituição Federal de 1988, os pescadores artesanais “conquistaram avanços no que tange aos direitos sociais e políticos, quando as colônias de pescadores, através do artigo 8º, foram equiparadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, recebendo a configuração sindical”. Outro exemplo é na área trabalhista, com o seguro desemprego (salário no período do defeso).

Não há esforço sistemático das instituições no sentido de levantar possíveis causas do desajustamento por que passam essas comunidades. Não se têm cogitado novas colocações no campo da atividade pesqueira e estas ausências mostram como continua ausente o diálogo de saberes, das interculturalidades que poderiam ser uma solução presente e futura, para a preservação do conhecimento tradicional e, consequentemente, das comunidades de pescadores. Quinamo (2008) sustenta que “a atividade pesqueira artesanal não tem recebido o reconhecimento que lhe é devido por parte das autoridades governamentais”.

As alterações introduzidas no espaço local dessas comunidades como, por exemplo, o turismo mudou de maneira básica os antigos conceitos em que se apoiavam a estrutura da vida do pescador artesanal e de seus descendentes, propiciando uma desterritorialização do conhecimento, hábitos, costumes e cultura, exigindo hoje uma

profunda autocrítica e reconsideração da forma de pensar, para se fazer acréscimos e mudanças, ou seja, uma reterritorialização. Carlos (2005) reforça que a “reterritorialização, quando se faz, guarda novos traços e trajetórias que divergem da territorialidade anteriormente estabelecida”

Por sua vez, a pesca artesanal não se confunde com a pesca profissional, pois como conceitua Maldonado (2003) “se caracteriza pela simplicidade da tecnologia e pelo baixo custo da produção” e na industrial não se encontra um sistema elaborado, mas apenas a tecnologia dos grandes pesqueiros. Há hoje, na pesca industrial uma estrutura tecnológica que se sobrepõe à pesca artesanal, com técnicas de apurada especialização e trazendo a racionalidade de um sistema produtivo moderno, minimizando o conhecimento tradicional, afetando a transmissão de conhecimento, o sentimento de pertença e a renda do pescador artesanal.

Por essas contingências é que se pode afirmar que a territorialidade dos pescadores artesanais da Praia do Perequê encontra-se ameaçada, cristalizada a partir do pensamento tradicional que não busca apenas um saber, mas acima de tudo, busca a condição real do pescador artesanal.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C. As florestas virgens manejadas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, v. 10, n. 1, p. 3-20, 1994 (Série Antropologia).

ANDREOLI, Vanessa Marion; SILVA, Osvaldo Heller da. **Conhecimentos tradicionais e práticas conservacionistas da natureza: a pesca artesanal em Matinhos - PR**. IV Encontro Nacional da Anppas 4,5 e 6 de junho de 2008, Brasília - DF - Brasil. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro4/cd/.../GT3-261-301-20080517114902.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.

ARAÚJO FILHO, Luiz Demétrio de. **Sindicato dos Pescadores de São Paulo**. Disponível em: <www.pesca.sp.gov.br/noticia.php?id_not=3293>. Acesso em: 2 ago. 2009.

ÁVILA, Vicente F. de. (org.) **Formação educacional em desenvolvimento local**: relato de estudo em grupo e análise de conceitos. 3.ed. Campo Grande: UCDB, 2003.

ÁVILA, Vicente Fideles de. **Cultura de subdesenvolvimento e desenvolvimento local**. Sobral: UVA, 2005.

BAIL, G. C.; BRANCO, J. O. Pesca artesanal do camarão sete-barbas: uma caracterização sócio-econômica na Penha, SC. **Braz. J. Aquat. Sci. Technol.**, 2007, v. 11, n. 2, p. 25-32. Disponível em: <www.avesmarinhas.com.br/pesca%20artesanal%20camarao%20sb%20penha.pdf>. Acesso em: 14 set. 2009.

BARTLE, Phil. **O que é comunidade?** Uma perspectiva sociológica. 09.01.2008. Trad. Sofia Ferreira Fernandes. Disponível em: <www.scn.org/mpfc/whatcomp.htm>. Acesso em: 23 jan. 2009.

BECKER, Dinizar Fermiano (Org.). **Desenvolvimento sustentável**: necessidade e/ou possibilidade? 4.ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

BERKES, F. Traditional Ecological Knowledge in Perspective. In: INGLIS J. T. (Org.). **Traditional Ecological Knowledge**: concepts and cases. Canadá: IDRC, 1993

BORGES, Julio César Lopes. **A institucionalização da pesca no Brasil entre 1912 a 1989**. 25/09/2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/2276/1/A-Institucionalizaccedilatildeo-Da-Pesca-No-Brasil-Entre-1912-A-1989/pagina1.html>>. Acesso em: 25 abr. 2009.

BORGES, Teresa Cerveira. **Alguns apontamentos sobre métodos e artes de pesca**. Disponível em: <www.fcma.ualg.pt/biopescas/docs/Artes%20de%20Pesca.doc>. Acesso em: 23 nov. 2009.

BORGUETTI, José Roberto. Estimativa da pesca e aquicultura de água doce e marinha. **Série Relatório Técnico** n. 3. São Paulo: Instituto de Pesca/APTA/SAA, 2000.

BRASIL. **Agenda 21**. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br>>. Acesso em: 12 jan. 2009.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 24 de fevereiro de 1891). Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 12 jan. de 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 12 jan. de 2009.

BRASIL. **Decreto nº 60.401, de 11 de março de 1967**. Aprova o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro do Brasil (PDP), constitui a Comissão Nacional de Pesca e dá outras providências. Disponível em: br.vlex.com/vid/pesquisa-pesqueiro-pdp-constitui-pesca-34166548. Acesso em: 23 jul. 2009.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil/_Decreto-Lei/Del0221.htm>. Acesso em: 3 jul. 2009.

BRASIL. Instituto de Pesca de São Paulo. **Diagnóstico do perfil dos profissionais da pesca - Itanhaém - SP**. Disponível em: <www.pesca.sp.gov.br/destaque.php?id_destaque=330-5k>. Acesso em: 24 jan. 2009.

BRASIL. **Lei Delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962** - Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Disponível em: <www.jusbrasil.com.br/legislacao/.../lei-delegada-10-62>. Acesso em: 1 mai. 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.661, de 16 de maio de 1988**. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7661.htm>. Acesso em: 13 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989**. Dispõe sobre a extinção de órgão e de entidade autárquica, cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7735.htm>. Acesso em: 23 set. 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9795.htm>. Acesso em: 23 out. 2009.

BRASIL. **Prefeitura Municipal de Guarujá**. Disponível em: <www.portaldoguaruja.com.br/sys/templates/v2/canal.asp?canal=138>. Acesso em 22 abr. 2009.

CARDOSO, Eduardo Schiavone. **Pescadores artesanais**: natureza, território, movimento social. 2001. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Carlos Alberto José de. **A contribuição do conceito de território para uma gestão socialmente justa da cidade**. Ciclo de Atividades com as Subprefeituras. Gestão Local nos Territórios da Cidade. Disponível em: <www.cidadessaudaveis.org.br/art_carlos_alberto.pdf>. Acesso em: 23 out. 2009.

CASTRO, Luiz Arnaud Britto de *et al.* Situação atual da cadeia produtiva do pescado no litoral do Estado de São Paulo. **Série Relatórios Técnicos**, São Paulo, n. 21, p. 1-55, ago., 2005. Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios. Instituto de Pesca. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpipesca/serreltec_21.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2009.

CLAUZET, M.; RAMIRES, M.; BARRELLA, W. Pesca artesanal e conhecimento local de duas populações caiçaras (enseada do mar virado e barra do una) no litoral de São Paulo, Brasil. **Revista Multi Ciência - A Linguagem da Ciência** n. 4, mai, 2005. Disponível em: <www.multiciencia.unicamp.br/artigos_04/rede_01_.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Entrevista. **Revista Discente Expressões Geográficas**, Florianópolis- SC, n. 1, p. 1- 14, jun. 2005. Disponível em: <www.geograficas.cfh.ufsc.br/arquivo/ed01/entrevista.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2009

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. **Série Princípios**. São Paulo: Ática, 1991.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação. In: SANTOS *et al.* (Org.) **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITE, 1998.

DIEGUES, A. C. S. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana (Org.); ARRUDA, Rinaldo S. V. (Org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Povos e mares**: leituras em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

DIEGUES, Antônio Carlos. Caiçaras e jangadeiros: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). **Série Documentos e Relatórios de Pesquisa**, n. 1, São Paulo, 2004

DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento e manejo tradicionais em áreas protegidas de uso sustentável**: o caso da resex marinha do Arraial do Cabo-Rio de Janeiro. 2003. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/resexarraial.pdf>. Acesso em: 23 set. 2009.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Conhecimento tradicional e apropriação social do ambiente marinho**. Disponível em: <www.usp.br/nupaub/conhectradicapro.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2009.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2008.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de direito ambiental brasileiro**. 8.ed. São Paulo, Saraiva, 2007.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FRANCISCO, Arlaine dos Santos. **Etnoictiologia de pescadores da Praia do Perequê, Guarujá, São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Estadual de Campinas, 2007. Disponível em: <www.bv.fapesp.br/.../etnoictiologia-pescadores-praia-pereque-guaruja-sao>. Acesso em: 3 out. 2009.

GANDINI, Fabrício. **Pescadores de Perequê discutem zona de pesca no Guarujá.** 5 Set. 2006. Disponível em: <www.clicklitoral.com.br/01505-pescadores-do-pereque-discutem-zona-de-pesca-no-guaruja>. Acesso em: 13 jul. 2009.

GIANELI, Arlaine dos Santos Francisco. **Etnoictiologia de pescadores da praia do Perequê - Guaruja, São Paulo.** Dissertação (Mestrado em Ecologia) - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Biologia. Campinas/São Paulo: 2007. Resumo disponível em: <libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000429095>. Acesso em: 23 jun. 2009.

GRANDO, Raquel Lopes Sinigaglia Caribé. O conhecimento etnoecológico de pescadores da Praia do Forte, litoral norte - BA: um saber ameaçado. **Enciclopédia Biosfera**, n. 2, 2006 ISSN 1809-0583. Disponível em: <www.biologia.ufba.br/E2003-20.pdf>. Acesso em: 30 set. 2009.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* (Orgs). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis **Estatísticas da pesca** - 2004. Brasília: MMA, 2005.

INSTITUTO DE PESCA. Situação atual da cadeia produtiva do pescado no litoral do Estado de São Paulo. CASTRO, Luiz Arnaud de Britto de *et al.* (Orgs.). **Sér. Relat. Téc.** São Paulo n. 21 ago./2005. Disponível em: <[ftp://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_21.pdf](http://ftp.sp.gov.br/ftppesca/serreltec_21.pdf)>. Acesso em: 20 jul. 2009.

JORNAL A TRIBUNA. **Pescadores artesanais são os mais prejudicados**, setembro, 2008. Disponível em: <<http://atribunadigital.globo.com>>. Acesso em: 23 mai. 2009.

KAGEYAMA, P.Y. *et al.* **Recomposição da vegetação com espécies arbóreas nativas em reservatórios de usina hidroelétricas da CESP.** Piracicaba: IPEF, 1992. (Série Técnica).

KOGA, D. **Medidas de cidades:** entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

LIMA JÚNIOR, Walter Teixeira. **Comunidades sob o olhar da sociologia.** Disponível em: <www.walterlima.jor.br/academico/pos/casper/.../aula1.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2009.

LIMA, Maria do Céu de. **Pescadoras e pescadores artesanais do ceará: modo de vida, confrontos e horizontes.** Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/66/41>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

LOPES, Roberto da Graça. **A pesca do camarão sete-barbas Xiphopenaeus Kroyeri, Heller (1862) e sua fauna acompanhante no litoral do Estado de São Paulo.** Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. 1996.

LOPES, Roberto da Graça; SILVA, Newton José Rodrigues da. **Programa integrado de extensão pesqueira** (Programa Institucional da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do

Estado de São Paulo - junho de 1997). **Sér. Relat. Téc.**, São Paulo 4 jul., 2001. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpPesca/relatorio_4.pdf>. Acesso em: 2 out. 2009.

MALDONADO, Fabiana; SANTOS, Carlos dos Santos. Pescadores artesanais: uma análise sob a perspectiva teórica. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 8, n. 3, p. 323-333, 2006. Disponível em: <[ageconsearch.umn.edu/bitstream/43805/2/\(03\)%20Artigo%2006.227.pdf](http://ageconsearch.umn.edu/bitstream/43805/2/(03)%20Artigo%2006.227.pdf)>. Acesso em: 23 jun. 2009.

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres & Mares**: espaço e indivisão na pesca marítima. 2.ed. São Paulo: Annablume, 1993.

MALDONADO, Simone Carneiro. Pescadores do mar. **Série Princípios**, São Paulo, Ática, 1986.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing**: uma orientação aplicada. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MARQUES, Heitor Romero, *et al.* **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Campo Grande: UCDB, 2006

MATTAR, Fauze Najib. **Pesquisa de Marketing**. Edição Compacta. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 22.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

MOREIRA, Daniel Augusto. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

MOREIRA, Eliane. **Conhecimento tradicional e a proteção**. Disponível em: <https://portal.fucapi.br/.../005_rev011_conhecimento_tradicional_e_a_protecao.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2009.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**: um estudo de sociologia diferencial. São Paulo: HUCITEC/NUPAUB/CEC, 2003.

NISHIDA, Alberto Kioharu; NORDI, Nivaldo; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. **Embarcações utilizadas por pescadores estuarinos da Paraíba, nordeste Brasil**. Disponível em: <eduep.uepb.edu.br/biofar/v3n1/EMBARCACOES_UTILIZADAS_POR_PESCADORES.htm>. Acesso em: 23 mai. 2009.

PEREIRA, Maria Odete da Rosa. Educação ambiental com pescadores. Artesanais: um convite à participação. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, PR, v. 3, n. 1, p. 73-80, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<http://www.uepg.br/praxiseducativa/v3n1Artigo07.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2009.

PETITINGA, Carolina Santos. **Desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>>. 2008. Acesso em: 23 set. 2009.

QUIVY, Raynond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de Investigação em ciências sociais**. 2. ed. col. Trajectos, n. 17. Lisboa: Gradiva, 1992.

REALE, Miguel. **Lições preliminares de direito**. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

REIS, A. et.al. **Recuperação de áreas florestais degradadas utilizando a sucessão e as interações planta-animal**. São Paulo: Reserva da Biosfera, 1999. (Caderno da Reserva Biológica da mata Atlântica, 14).

RICCI, Rudá. **Comunidade**. Disponível em: <crv.educacao.mg.gov.br/sistema_crv>. Acesso em: 30 jan. 2009.

RODRIGUES, Ricardo. R. Restauração de áreas degradadas no Estado de São Paulo: Iniciativas com base nos processos ecológicos. In: **Reunião Anual de Pesquisa Ambiental**. Resumos. São Paulo: SMA, 2002.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, Ignacy. **Rumo à ecossocioeconomia**: teoria e prática do desenvolvimento. São Paulo: Cortez, 2007.

SALDANHA, Iaskara Regina Ribeiro. **Espaços, recursos e conhecimento tradicional dos pescadores de manjuba (Anchoviella lepidostole) em Iguape/SP**. Disponível em: <dlc.dlib.indiana.edu/archive/00001481/00/Saldanha_Espacos_040511_Paper240.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2009.

SANTOS, Antônio Silveira R. dos. **Biodiversidade**. Disponível em: <www.aultimaarcade noe.com>. Acesso em: 12 mai. 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem** 5.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia de; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/ANPPUR, 1994.

SARAIVA, Regina Coelly Fernandes. **A modernidade brasileira e o rompimento com as tradições**. Disponível em: <www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/face/.../397>. Acesso em: 1 out. 2009.

SCOTTO, Gabriela; CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GUIMARÃES, Leandro Belinaso. **Desenvolvimento sustentável**. Petrópolis: Vozes, 2007.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e jangadeiros**: cultura marítima e modernização no Brasil (1920-1980). NUPAUB-USP - Série Documentos e Relatórios de Pesquisa n.º 1. São Paulo, 2004.

SILVEIRA, Renata Abrantes da. Conhecimento e linguagem. Uma análise sobre os objetos culturais. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 2120, 21 abr. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12673>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

SILVINO, Ana Silvia Costa. **Análise do conceito de pescador artesanal na legislação federal pesqueira, trabalhista e previdenciária**. Disponível em: <200.198.202.145/.../TCP%20BRA%203001%20%20Pescador%20artesanal%20na%20legislação%20fe...>. Acesso em: 24 mar. 2009.

SOARES, M. G. et. al. **Extensão da educação ambiental na Colônia de Pesca Z-10, Itapissuma - PE** (Projeto Manguezal em nossa casa - UNISOL, 2002). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO, 1, 2002. *Anais...* João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, p. 1-7.

SOUZA, Felipe Augusto Zanuso. **UNESP São Vicente estuda conhecimentos de pescadores do Guarujá**. Disponível em: <http://www.csv.unesp.br/P_noticias/07/mar07/26-03-07.php>. Acesso em 23. abr. 2009.

SOUZA, Karla Marques *et al.* Viabilidade econômica da pesca de camarão-sete-barbas com embarcação de pequeno porte na praia do Perequê, Guarujá, estado de São Paulo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.39, n.4, abr. 2009. Disponível em: <ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicacoes/IE/2009/tec3-0409.pdf>. Acesso em 23. abr. 2009.

SOUZA, Marcelo José L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO. Iná Elias; GOMES, Paulo César da C.; CORRÊA, Roberto L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

TBILISI, Georgia. Definição da UNESCO -Educação Ambiental. UNESCO, 1997. Disponível em: <http://www.tre-rn.gov.br/nova/inicial/links_especiais/coleta_seletiva/definicaounesco.htm> Acesso em: 24 abr. 2009

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva de experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELLOS, Marcelo; DIEGUES Antonio Carlos; SALES, Renato Rivaben de. **Relatório integrado:** diagnóstico da pesca artesanal no Brasil como subsídio para o fortalecimento institucional da secretaria especial de aquicultura e pesca. 2003. Disponível em: <<http://200.198.202.145/seap/conape/planejamento/Pesca%20Artesanal%20no%20Brasil%20-%20PNUD%20>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

APÊNDICE

Questionário aplicado aos pescadores da Praia do Perequê

DIMENSÃO	VARIÁVEIS	PERGUNTAS
PESCADOR ARTESANAL	Perfil	<ul style="list-style-type: none"> ? Idade? ? Sexo? ? Estado civil? ? Tem filhos? Quantos? ? Escolaridade? ? Profissão? ? Sempre foi pescador? ? Tempo de residência na Praia de Perequê? ? Familiares que trabalham com a pesca artesanal? ? Parentesco?
	Tradições Culturais	<ul style="list-style-type: none"> ? Participla de alguma atividade de Tradição Cultural?
	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> ? Moradia? Tipo? Própria? Financiada? ? Pavimentação? ? Tipo de energia? ? Tipo de abastecimento de água? ? Tratamento de água? ? Rede de esgoto?
	Situação Social	<ul style="list-style-type: none"> ? Possui Carteira de Trabalho registrada? ? É contribuinte autônomo do INSS?
	Sentimento de Pertença	<ul style="list-style-type: none"> ? Sente vontade de mudar do Perequê? ? Para onde iria?
SITUAÇÃO ECONÔMICA	Renda	<ul style="list-style-type: none"> ? Renda Familiar? ? Renda mensal com a pesca artesanal? ? Tem algum outro rendimento além da pesca artesanal?
	Meio-ambiente	<ul style="list-style-type: none"> ? Qual o período de defeso? ? Pesca durante o defeso? ? Possui seguro defeso? ? Qual o tamanho da malha que usa na rede de arrasto? ? O que faz do lixo recolhido na rede de pesca? ? Qual a origem do lixo encontrado no mar?
PESCA ARTESANAL	Conhecimento Tradicional	<ul style="list-style-type: none"> ? Onde aprendeu o ofício da pesca? ? Com que idade iniciou na pesca? ? Qual a melhor condição? Vento? Temperatura da água? Cor da água? Maré? Corrente marítima? ? Como você localiza o pesqueiro? ? Utiliza algum equipamento para navegar?
	Transmissão Conhecimento	<ul style="list-style-type: none"> ? Pretende continuar na pesca? ? Tem transmitido o que sabe para alguém? ? Transmitido de que forma? ? Pretende que seus filhos sejam pescadores?

ANEXO
Fotos da Praia Perequê



Praia do Perequê - Guarujá (SP)



Praia do Perequê - Guarujá (SP)



Praia do Perequê - Vista do mar



Canoa de um tronco só - utilizada antigamente pelos pescadores caiçaras.



Embarcação utilizada para pesca e frete para turistas



Embarcação utilizada para a pesca de arrasto de camarão



Interior de embarcação típica de frete para turistas e arrasto de camarão



Guincho mecânico - utilizado para recolhimento das redes



Camarão recolhido na rede, em processo de “limpeza”